



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 341

Quarta-feira - 07 de outubro de 2009

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Antonio Carlos	1
Atalanta	3
Braço do Trombudo	4
Canoinhas	4
Chapadão do Lageado	5
Eral Velho	5
Garopaba	5
Gaspar	6
Herval d' Oeste	25
Imbituba	26
Luzerna	26
Massaranduba	28
Meleiro	29
Paulo Lopes	31
Pinheiro Preto	56
Porto União	56
Rio do Sul	57
Salto Veloso	57
São Lourenço do Oeste	58
Schroeder	58
Tunápolis	68
Turvo	69
Videira	70

Consórcios

CITMAR	71
--------------	----

Antonio Carlos

Prefeitura Municipal

Portaria Nº 308/2009

PORTARIA Nº 308/2009.

CONCEDE ADICIONAL P/TEMPO DE SERVIÇO.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a lei nº 558 de 30 de Novembro de 1992,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, ADICIONAL P/TEMPO DE SERVIÇO, a servidor efetivo a partir do mês de Outubro de 2009, conforme discriminado abaixo:

Nome do Servidor	Nível Salarial	Adicional P/T.Serviço
LEONITA PETRI KUHN	02	6%
AUGUSTO ENIZ NEUHAUS	02	6%

IVALDO PLACIDO DE CAMPOS	--	60%
--------------------------	----	-----

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 01 de Outubro de 2009.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 01 de Outubro de 2009.

MAUROCEZAR DA SILVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 309/2009

PORTARIA Nº 309/2009.

PRORROGA LICENÇA SEM VENCIMENTO.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a lei nº 558 de 30 de Novembro de 1992,

RESOLVE:

Artigo 1º - Prorrogar, por mais um ano, a pedido, LICENÇA SEM VENCIMENTO, ao servidor efetivo CARLOS HENRIQUE SANTOS, ocupante do Cargo de MECANICO, a partir de 01 Outubro de 2009.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 01 de Outubro de 2009

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 01 de Outubro de 2009.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 310/2009

PORTARIA Nº 310/2009.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a lei nº 558 de 30 de Novembro de 1992,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, a pedido, FERIAS, por 30 dias, ao servidor

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Antoninho Tiburcio Gonçalves - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Lucas Rossi - Diagramador • Tales Tombini - Diagramador

Praça XV de novembro, 270 - Centro - 88010-400 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

contato@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

efetivo LEANDRO CAMPOS, ocupante do Cargo de OPERADOR DE MAQUINA, a partir de 01 Outubro de 2009, referente ao período aquisitivo de 02/07/2008 a 01/07/2009.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 01 de Outubro de 2009
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 01 de Outubro de 2009.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 311/2009

PORTARIA Nº 311/2009.

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDOR.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a lei nº 558 de 30 de Novembro de 1992,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, a pedido, LICENÇA PREMIO, por 30 dias, ao servidor efetivo EVALDO PLACIDO DE CAMPOS, ocupante do Cargo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, a partir de 01 Outubro de 2009, referente ao período aquisitivo de Fevereiro/1997 a Fevereiro/2002.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 01 de Outubro de 2009
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 01 de Outubro de 2009.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 312/2009

PORTARIA Nº 312/2009.

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDOR.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a lei nº 558 de 30 de Novembro de 1992,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, a pedido, LICENÇA PREMIO, por 30 dias, ao servidor efetivo PEDRO NAZARENO JUNKES, ocupante do Cargo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, a partir de 01 Outubro de 2009, referente ao período aquisitivo de Setembro/1999 a Setembro/2004.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 01 de Outubro de 2009
GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 01 de Outubro de 2009.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 313/2009

PORTARIA Nº 313/2009.

NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO EFETIVO.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Edital do Concurso Público nº 002/2006,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear, MARGARETE VIEIRA DOS SANTOS, para o Cargo efetivo de AGENTE SERVIÇOS GERAIS – 20H, passando a fazer parte integrante do Quadro de Pessoal da Prefeitura, para atuar na Secretaria da Educação e Cultura, a partir de 01 de Outubro de 2009.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 01 de Outubro de 2009
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 01 de Outubro de 2009.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 315/2009

PORTARIA Nº 315/2009.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a lei nº 558/1992,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FERIAS, por 30 dias, ao servidor efetivo IRMA PAULI CUNRADI, ocupante do Cargo de AGENTE SERVIÇOS GERAIS – 40H, a partir de 02 de Outubro de 2009, referente ao período aquisitivo de 01/03/2008 a 02/03/2009.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 02 de Outubro de 2009
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 02 de Outubro de 2009.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria N° 316/2009

PORTARIA N° 316/2009.

CONCEDE LICENÇA PREMIO.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a lei nº 558/1992,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA PREMIO, por 60 dias, a servidor efetivo ELISANGELA DECKER, ocupante do Cargo de PROFESSOR III – 20H, a partir de 05 de Outubro de 2009, referente ao período aquisitivo de Agosto/1999 a Agosto/2004.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 02 de Outubro de 2009
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 02 de Outubro de 2009.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Esclarecimento - Licitação 84/2009**MENSAGEM**

Assunto: Esclarecimento 01

Referência: Pregão Presencial n.º 84/2009

Data: 05/10/2009

Objeto: Esclarecimento sobre o Edital de Licitação n.º 084/2009.

PREGÃO PRESENCIAL N.º 84/2009

ESCLARECIMENTO 01

Prezados Senhores,

1. A empresa PESA apresentou pedido de esclarecimento ao edital supracitado, alertando em síntese, que a configuração apresentada naquele instrumento convocatório não é recomendada pela fábrica e "(...)pode acarretar diversos prejuízos de produção e manutenção, inclusive dependendo da operação levar o equipamento a quebra de componentes como: Braço, lança, caçamba e sistema hidráulico.". Sugeriu, ao final, a alteração editalícia, para que nela conste "(...) lança de escavação de no mínimo 5.100mm, braço de escavação de no mínimo 2,50mm."

2. Em atenção à sugestão apresentada, encaminhamos o presente ao setor técnico da Prefeitura que opinou pela manutenção das regras inicialmente estabelecidas.

3. Destarte, diante do entendimento do setor técnico da Prefeitura, DECIDO pela manutenção das regras e especificações anteriormente formuladas, inclusive quanto à data de abertura do certame.

4. O presente esclarecimento passa a integrar o Pregão Presencial n.º 84/2009, devendo seus termos ser obrigatoriamente considerados pelos proponentes que vierem a participar do certame.

5. A presente mensagem está disponível no site www.antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 05 de outubro de 2009.
CAMILA NEIS
Pregoeira

Processo Licitatório N° 90/2009**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório: nº 90/2009; Modalidade: Pregão Presencial; Tipo: menor preço por item; Objeto: Aquisição de materiais e serviços para escolas da Rede Municipal de Ensino, tais como: Calhas de Chuva, Grades de Ferro, Móveis sob medida, Pedras de Mármore, Cubas de Pia e Cortinas, através da Secretaria de Educação e Cultura do Município de Antônio Carlos; Entrega dos envelopes e abertura: dia 20/10/09 às 09:00 horas.

Obtenção dos Editais e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 7:30 as 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, fone (48)3272-1123.

Ou no site www.antoniocarlos.sc.gov.br

Antônio Carlos, 06 de Outubro de 2009.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Atalanta**Prefeitura Municipal****Decreto N° 054/2009**

DECRETO N° 054/2009.

DECLARA EM SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA A ÁREA DO MUNICÍPIO AFETADA POR ENXURRADAS.

BRAZ BILCK, Prefeito Municipal de Atalanta, no uso das atribuições legais conferidas pelo artigo 65, da Lei Orgânica do Município, pelo Art. 17 do Decreto Federal nº 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, pela Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil.

CONSIDERANDO QUE:

- enxurradas provocadas por chuvas intensas e concentradas, nos dias 26, 27 e 28 de setembro de 2009, atingindo parte do município, conforme Mapa das Áreas Afetadas anexo a este Decreto;

- como consequência deste desastre, resultaram os danos e prejuízos, constantes do Formulário de Avaliação de Danos, anexo ao presente Decreto;

- a recomendação da Comissão Municipal de Defesa Civil, que avaliou e quantificou o desastre em acordo com a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil – CONDEC;

- concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o grau de vulnerabilidade do cenário e da população local afetada, agravado pela deficiência de estrutura da Defesa Civil local frente ao desastre e pela tendência da continuidade de chuvas nos próximos dias e pela ocorrência de deslizamentos e alagamentos nas áreas afetadas.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a existência de situação anormal provocada por desastre e caracterizada como Situação de Emergência.

Parágrafo único. Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo Croqui da Área Afetada, anexos a este Decreto.

Art. 2º Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da

Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre.

Parágrafo único. Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMDEC.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente:

I - penetrar nas casas, a qualquer hora do dia ou da noite, mesmo sem o consentimento do morador, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação das mesmas;

II - usar da propriedade, inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou particulares, assegurando-se ao proprietário indenização ulterior, caso o uso da propriedade provoque danos à mesma.

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou a autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º De acordo com o estabelecido no artigo 5º do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se que se dê início a processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastres.

§ 1º - No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º - Sempre que possível, essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem das edificações e de reconstrução das mesmas, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo único. O prazo de vigência deste Decreto pode ser prorrogado até completar um máximo de 180 dias.

Atalanta (SC), 28 de setembro de 2009.

BRAZ BILCK

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

Prefeitura Municipal

Pregão Presencial 58/2009

EDITAL DE LIC. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 58/2009

O Município de Braço do Trombudo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, até as 14:00 horas do dia 21.10.2009, estará selecionando a melhor proposta para Aquisição de Gêneros Alimentícios para merenda escolar. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal pelo fone 47 35470179.

Braço do Trombudo, em 06 de outubro de 2009.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Pregão Presencial 59/2009

EDITAL DE LIC. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 59/2009

O Município de Braço do Trombudo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, até as 15:30 horas do dia 21.10.2009, estará selecionando a melhor proposta para Aquisição de material de limpeza. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal pelo fone 47 35470179.

Braço do Trombudo, em 06 de outubro de 2009.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Canoinhas

Prefeitura Municipal

Edital de Convocação da Assembléia Pública Para Eleição dos Membros da Presidência do Conselho Municipal do Plano Diretor

MUNICÍPIO DE CANOINHAS ESTADO DE SANTA CATARINA

CNPJ nº83.102.384/0001-80

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLÉIA PÚBLICA PARA ELEIÇÃO DOS MEMBROS DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO MUNICIPAL DO PLANO DIRETOR

O Engº. Gilson Luiz Guimarães Secretário Municipal do Planejamento e Orçamento do Município de Canoinhas, com sede à Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, conforme previsão na Lei Municipal nº 4.187/2007, convoca todos os membros do Conselho Municipal do Plano Diretor e representantes das entidades cadastradas perante este Conselho para realização da Assembléia na data de 26 de outubro de 2009, a ser realizada na Sala de Reuniões do piso superior do Paço Municipal, mediante convocação única para às 17h00min, quando se dará início à assembléia para eleição em plenário dos membros da Presidência, por votação individual da maioria absoluta dos membros integrantes do Conselho.

DA ORDEM DO DIA:

- 1 - Eleição e posse dos Membros da Presidência período 2008/2010;
- 2 - Aprovação do Regimento Interno Conselho;
- 3 - Outros assuntos de interesse geral.

Canoinhas, 6 de outubro de 2009

ENGº GILSON LUIZ GUIMARÃES

Secretário do Planejamento e Orçamento

Chapadão do Lageado

Prefeitura Municipal

Extrato de Edital de Leilão N° 002/2009

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 059/2009

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO DE BENS INSERVÍVEIS N° 002/2009.

O Município de Chapadão do Lageado torna público aos interessados o presente Edital de Licitação, sob a Modalidade de Leilão, do Tipo "Maior Lance", que ocorrerá no dia 22 de outubro de 2009 às 10h, cujo objeto é a venda de bens móveis considerados inservíveis para a Administração Pública, de acordo com as especificações contidas no Anexo do Edital. As informações poderão ser obtidas pelo fone (47) 3537-0072, das 13h às 18h ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br

Chapadão do Lageado (SC), 07 de outubro de 2009.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Erval Velho

Prefeitura Municipal

Decreto 1339/2009

DECRETO 1339, DE 05 DE OUTUBRO DE 2009.

NOMEIA INTEGRANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA AGRÍCOLA – CMPA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que lhe confere o inciso XXVI do artigo 85 da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei nº 1193 de 19 de junho de 2009,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada as pessoas a seguir relacionadas para comporem o Conselho Municipal de Política Agrícola – CMPA de Erval Velho.

Representante da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Vanilson Alessi - Titular

José Primo - Suplente

Representante da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

Claudemir Bordin – Titular

Mário Fracaro - Suplente

Representante da EPAGRI – Escritório Local

Engº Darci Severino Gálio – Titular

Roseli Parissenti Castaldelo - Suplente

Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Antonio Carlos Parissenti – Titular

Adenir Tilha - Suplente

Representante da Cooperativa Rio do Peixe Ltda – Coperio Unidade de Erval Velho

Gerson Luis Cavasin – Titular

Walmir Gemelli - Suplente

Representante da Associação dos Pecuáristas de Erval Velho - APEV

Eloir de Sordi – Titular

Itamar Alessi - Suplente

Representante da Câmara Municipal de Vereadores de Erval Velho

Ver. Miguel Tessari – Titular

Ver. José Carlos Marcon - Suplente

Representante da Associação das Mulheres Agricultoras de Erval Velho

Tereza Peroto Bof – Titular

Rejane Angélica Surdi Bulla - Suplente

Representante do Projeto Microbacias II

Engª Jamara Rayser – Titular

Flávio Tonet – Suplente

Representante da Secretaria de Saúde, Promoção Social e Habitação

Luiz Antonio Tonial - Titular

Keli Regina Maleski de Andrade - Suplente

Art. 2º. O mandato dos conselheiros será de 02 (dois) anos permitida uma recondução podendo ser substituído a qualquer tempo a critério dos órgãos e entidades representadas.

Art. 3º. A função dos membros do Conselho será considerada como "serviço relevante prestado ao Município de Erval Velho e será exercido de forma gratuita".

Parágrafo único – As atribuições dos conselheiros servidores públicos municipais, terão prioridade sobre quaisquer outros.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 05 de outubro de 2009.

LENITA DADALT FONTANA

Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto, em 05 de outubro de 2009.

WALTER KLEBER KUCHER JÚNIOR

Secretário de Administração e Finanças.

Garopaba

Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato N° 016/2009

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 016/2009; Processo nº. 42/2009;

Contratante: Fundo Municipal de Saúde;

Contratada: Lobos Construções e Transportes Ltda - ME;

Objeto: Contratação de empresa especializada para serviços de reforma e ampliação do posto de saúde da Encantada;

Valor: R\$ 48.145,66; Data da Assinatura: 01/09/2009.

Extrato de Contrato N° 061/2009

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 061/2009; Processo nº. 97/2009;

Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba;

Contratada: Vera Lucia Espínola Moreira;

Objeto: Contratação de empresa especializada para serviços



técnicos na área de estrutura, para realização de eventos;
Valor: R\$ 24.950,00;
Data da Assinatura: 02/09/2009.

1-17/2009

EXTRATO DE CONTRATO

1º Termo Aditivo; Processo nº. 17/2009;
Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba;
Contratada: ANCS - informatica Ltda;
Objeto: Aquisição de forma parcelada, conforme necessidade de Material de expediente, para a secretaria de educação;
Valor: R\$ 1.113,54;
Data da Assinatura: 01/09/2009.

Extrato de Ata de Registro de Preço Nº 021/2009

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata nº. 021/2009; Processo nº. 100/2009;
Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba;
Contratada: ANCS - informatica Ltda;
Objeto: Aquisição de forma parcelada, conforme necessidade de papel A4, para todas as unidades da Prefeitura;
Valor: R\$ 31.309,70;
Data da Assinatura: 30/09/2009.

Gaspar

Prefeitura Municipal

Decreto Nº 3.625/09

DECRETO Nº. 3.625 DE 28 DE SETEMBRO DE 2009.
DECLARA VACÂNCIA DE CARGO EM DECORRÊNCIA DE APOSENTADORIA DA SERVIDORA MARTINA DE FÁTIMA SANTOS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com base no artigo 45, inciso IV da Lei Municipal no 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1o. Fica declarada a partir de 30 de setembro de 2009, a vacância do cargo de provimento efetivo de Merendeira/Servente, da servidora MARTINA DE FÁTIMA SANTOS, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência de aposentadoria concedida pelo INSS.

Art. 2o. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 28 de setembro de 2009.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 3.630/09

DECRETO Nº.3.630 DE 29 DE SETEMBRO DE 2009.
DELEGA PODERES PARA ASSINAR, EM CONJUNTO, CHEQUES EMITIDOS DAS CONTAS DO FUNDO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica delegado ao Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, EDNEI DE SOUZA, inscrito no CPF nº 799.283.079-20 e à Ordenadora de Despesas do F.I.A., MARIA SALETE DA SILVA SCHMITT, inscrita no CPF sob nº. 475.843.279-15, poderes exclusivos para assinar, em conjunto, os cheques emitidos do Fundo Municipal de Atendimento da Criança e do Adolescente, das contas bancárias aqui descritas, consultar extratos e saldos das respectivas, ou ainda, eventuais contas a serem abertas em nome deste Fundo Municipal:

I – 45-0 FIA Fundo da Infância e Adolescência (Banco:104 Ag.:1073 Banco:Caixa)

Art. 2º Fica revogado o Decreto Municipal nº 3.496 de 22 de junho de 2009.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 29 de setembro de 2009.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 3.631/09

DECRETO Nº. 3.631 DE 01 DE OUTUBRO DE 2009.
SUBSTITUI MEMBROS REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – CMDE.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam substituídos os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico – CMDE abaixo mencionados, de acordo com a seguinte composição:

Representatividade	Novos Membros	Membros Substituídos
Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio	Suplente: Gilmar José Ternus	Suplente: Maria Bernadete de Souza
Associação de Micro e Pequenas Empresas - AMPE	Titular: Maria Bernadete de Souza	Titular: José Eduardo de Souza
	Suplente: José Eduardo de Souza	Suplente: Nadia Miria Zucki
Universidade Regional de Blumenau - FURB	Suplente: Luiz Fernando Krieger Merico	Suplente: Ivo Raulino

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, alterando parcialmente os Decretos nº 3.293/09 e nº 3.336/09, e revogando os Decretos nº 2.861/08 e 3.447/09.

Gaspar, 1º de outubro de 2009.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 3.633/09

DECRETO Nº. 3.633 DE 01 DE OUTUBRO DE 2009.
NOMEIA MEMBROS REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL – COMDEC.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 3.102 de 22 de maio de 2009 e no Decreto nº 3.520 de 15 de julho de 2009.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Defesa Civil – COMDEC abaixo mencionados, de acordo com a seguinte composição:

Representatividade	Membro Titular	Membro Suplente
Defesa Civil	Mari Inez Testoni Theiss	Luiz Mario da Silva
Meio Ambiente	Walter Teodoro Brunken Jr.	Antônio Rodolfo Dias Probst
DITRAN	Dirceu dos Passos	Tiago Jerônimo dos Passos
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento	Soly Waltrich Antunes Filho	Heriberto Geraldo Kuntz
Secretaria de Desenvolvimento Social	Ednei de Souza	Giana Cristine Vagner
Secretaria de Educação	Patrícia Helena dos Santos	Samira Cristina Dias
Secretaria de Transportes e Obras	Joel Reinert	Osmar Quintino dos Santos
Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio	Rodrigo Fontes Schramm	Gilmar José Ternus
SAMUSA	Lovídio Carlos Bertoldi	---
Secretaria de Saúde	Alcídio Rodolfo da Silva	Francisco Hostins Junior
Polícia Civil	Paulo Norberto Koerich	Grace Gloss
Polícia Militar	Major Moacir Gomes Ribeiro	Adair Alexandre Pimentel
Polícia Militar Rodoviária	Sgto. Cristina Moreira	---
Bombeiro Militar	Ten. Alcione Amilton de Fragas	Sgt. Evandro de Melo Amaral
Bombeiro Comunitário	Pedro de Amorim	Jorge Luiz Dallarosa
CELESC	Agenor Zanbrano da Cunha Peixoto	Josiane Nicoletti
Imprensa	José Roberto Deschamps	Carlos Erbs Jr.
Conselho Regional de Engenharia - CREA	Juliano Zimmermann	Rodrigo José Cardoso
Orçamento Participativo	Mauro José Gubert	Maicon Oneda
Lions Club	Mario Sobranski	Ingelore Schiller
Rotary Club	Luciano Bernardi	Alan dos Santos
Jeep Club	Luiz Carlos Hostins	Lauricio José Weigenant
ACIG	Rogério Alves de Andrade	Jorge Luiz de Souza
CDL	Cristiane Bernz Zaghini	Lorival Valim
AMPE	José Eduardo de Souza	Fernando Neves
Moto Clubes	Osmar Reinert	Rafael Zuchi

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 3.313 de 10 de fevereiro de 2009.

Gaspar, 1º de outubro de 2009.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº 1.987/09

PORTARIA Nº. 1.987 DE 1º DE OUTUBRO DE 2009.
COLOCA À DISPOSIÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, O SERVIDOR SIDNEI DE SOUZA E SILVA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:

Art. 1º Colocar à disposição, a partir desta data, na Secretaria Municipal de Agricultura, o servidor SIDNEI DE SOUZA E SILVA, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquina, ASE III, lotado com 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 1º de outubro de 2009.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº 1.988/09

PORTARIA Nº. 1.988 DE 1º DE OUTUBRO DE 2009.
NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, da Lei Orgânica do Município, após cumpridas as formalidades do Edital de Concurso Público nº 001/2009,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear, a partir desta data, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2009, o empregado público aprovado para o Emprego e Carga Horária abaixo especificados:

Nome	Cargo	Bairro	Carga Horária	Classificação
Neidy Zwiergikoski	Agente Comunitário de Saúde	Bela Vista	40h	2º

Art. 2º O empregado público nomeado pela presente terá o prazo de 30 (trinta) dias para tomar posse, contados da publicação, bem como sujeitando-se à apresentação de todos os documentos exigidos, tudo de acordo com os termos do item número 2.3 do Edital de Concurso Público nº 001/2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 1º de outubro de 2009.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Aviso de Pregão Presencial Nº 129/2009

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR

Aviso de Pregão Presencial Nº 129/2009

OBJETO: impressão e confecção dos carnês de IPTU e Taxa de Licença (Alvará). ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 08:45 horas do dia 22/10/2009. ABERTURA: dia 22/10/2009 às 09:00 horas. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital diariamente no horário de expediente no Depto. de Compras sito a Rua Cel. Aristiliano Ramos, 435 Centro Gaspar/SC ou no site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), em 06 de outubro de 2009.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito de Gaspar

Extrato Aditivo Contrato SAF-1/2009

EXTRATO ADITIVO CONTRATO SAF-1/2009

Aditivo: Primeiro. Vigência: 23/09/2009. Vencimento: 31/12/2009.
Licitação: Dispensa 10/2009.

Contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.

Objeto: acréscimo na contratação de empresa especializada na

prestação de serviços de postagem e venda de produtos relativos aos CORREIOS.

Contratado: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRÁFOS (34.028.316/0028-23).

Valor: R\$15.000,00 (quinze mil reais).

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Extrato Aditivo Contrato SAF-24/2009

EXTRATO ADITIVO CONTRATO SAF-24/2009

Aditivo: Primeiro. Vigência: 25/09/2009. Venc.: 09/03/2011.

Licitação: Dispensa 44/2009.

Contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.

Objeto: rescisão da locação de imóvel na Rua João Barbieri, 198 - Bairro Barracão, Gaspar-SC, destinado a instalação do posto de atendimento da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.

Contratado: MOACYR BARBIERI (006.167.889-91).

Valor: R\$5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais).

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Extrato Aditivo Contrato SAF-32/2009

EXTRATO ADITIVO CONTRATO SAF-32/2009

Aditivo: Segundo. Vigência: 10/09/2009. Venc.: 25/09/2009.

Licitação: Tomada de Preços 30/2009.

Contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Objeto: supressão na reforma e conclusão do ginásio da Escola Luiz Franzói.

Contratado: MULTI CONSTRUÇÕES LTDA (06.704.962/0001-08).

Valor: R\$1.452,72 (um mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e setenta e dois centavos).

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Extrato Contrato SAF-82/2009

EXTRATO CONTRATO SAF-82/2009

Vigência: 11/09/2009. Venc.: 31/12/2009.

Licitação: Dispensa 125/2009.

Contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.

Objeto: contratação de empresa especializada em suporte, treinamento e locação dos direitos de licença de uso de softwares da área tributária.

Contratado: GOVERNANÇABRASIL S/A TECNOLOGIA E GESTÃO EM SERVIÇOS (00.165.960/0001-01).

Valor: R\$13.019,84 (treze mil, dezenove reais e oitenta e quatro centavos).

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Extrato Contrato SAF-83/2009

EXTRATO CONTRATO SAF-83/2009

Vigência: 11/09/2009. Venc.: 31/12/2009.

Licitação: Pregão Presencial 110/2009.

Contratantes: SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO e DE AGRICULTURA.

Objeto: aquisição de veículos automotores novos.

Contratado: BREITKOPF VEÍCULOS LTDA (82.637.513/0001-72).

Valor: R\$68.290,00 (sessenta e oito mil, duzentos e noventa reais).

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Extrato Contrato SAF-84/2009

EXTRATO CONTRATO SAF-84/2009

Vigência: 17/09/2009. Venc.: 31/12/2009.

Licitação: Dispensa 127/2009.

Contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Objeto: locação de veículos ônibus com motorista para transporte de alunos.

Contratado: VIAÇÃO VERDE VALE LTDA (83.131.995/0001-57).

Valor: R\$13.800,00 (treze mil e oitocentos reais).

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Extrato Contrato SAF-85/2009

EXTRATO CONTRATO SAF-85/2009

Vigência: 17/09/2009. Venc.: 31/12/2009.

Licitação: Pregão Presencial 108/2009.

Contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Objeto: aquisição de livros técnicos e de literatura.

Contratado: LIVRARIAS MOHR (07.261.562/0001-38).

Valor: R\$6.070,35 (seis mil, setenta reais e trinta e cinco centavos).

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Extrato Contrato SAF-88/2009

EXTRATO CONTRATO SAF-88/2009

Vigência: 17/09/2009. Venc.: 31/12/2009.

Licitação: Pregão Presencial 108/2009.

Contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Objeto: aquisição de livros técnicos e de literatura.

Contratado: DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A (79.065.181/0001-94).

Valor: R\$33.669,37 (trinta e três mil, seiscentos e sessenta e nove reais e trinta e sete centavos).

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Extrato Contrato SAF-89/2009

EXTRATO CONTRATO SAF-89/2009

Vigência: 24/09/2009. Venc.: 31/12/2009.

Licitação: Dispensa 128/2009.

Contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.

Objeto: contratação de empresa especializada em suporte e locação dos direitos de licença de uso de softwares da Administração Pública.

Contratado: PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA (95.836.771/0001-20).

Valor: R\$27.778,66 (vinte e sete mil, setecentos e setenta e oito reais e sessenta e seis centavos).

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Extrato Contrato FMS-18/2009

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPAR

EXTRATO CONTRATO FMS-18/2009

Vigência: 09/09/2009. Venc.: 31/12/2009.

Inexigibilidade: 033/2009.

Contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
Objeto: Aquisição de blocos de passes a serem utilizados por pacientes em tratamento atendidos pelo CAPS.
Contratado: AUTO VIAÇÃO DO VALE LTDA. (05.255.508/0001-54).
Valor: R\$ 3.960,00 (três mil, novecentos e sessenta reais).

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Extrato Contrato FMS-19/2009

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPAR
EXTRATO CONTRATO FMS-19/2009
Vigência: 10/09/2009. Venc.: 31/12/2009.
Licitação: Pregão Presencial 031/2009.
Contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Objeto: locação de máquina copiadora.
Contratado: OFFICECOM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA. (00.423.854/0001-80).
Valor: R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais).

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Edital de Notificação - Infração de Trânsito N 590 417/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 590 417/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
BGW6089	LE00049861	FABRICIO ZIMMERMANN	6238/0	218 * II * a
LYY9672	LE00050610	VALDUIR RODRIGUES DA SILVA	6238/0	218 * II * a
MAS9757	LE00048015	DILNEI VIEIRA	6238/0	218 * II * a
MDM3782	LE00049593	VALDELIRIO CORREIA CARDOSO	6238/0	218 * II * a
MDU7198	LE00052134	JOYCE CRISTINA DE SOUZA HOTEQUIL	6238/0	218 * II * a

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 3 DE MARÇO DE 2009

EMERSON ANDRADE

DIRETOR GERAL DA DITRAN



Edital de Notificação - Infração de Trânsito N 590 418/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 590 418/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
CWP4515	LE00072903	TELMA TRIGO SAKAMOTO	7455/0	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 3 DE MARÇO DE 2009

EMERSON ANDRADE

DIRETOR GERAL DA DITRAN

Edital de Notificação - Infração de Trânsito N 590 419/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 590 419/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
ILB6399	LE00073349	DIANE SALETE PALUDO KAER	7455/0	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 3 DE MARÇO DE 2009

EMERSON ANDRADE

DIRETOR GERAL DA DITRAN

Edital de Notificação - Infração de Trânsito N 590 420/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 11

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 590 420/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AAH7915	LE00073202	MARLOS CLAUDIO	7463/0	218 * II
ACE5479	LE00074610	ANTONIO DOS SANTOS FILHO	7455/0	218 * I
ACL3722	LE00073155	MAZIA APARECIDA DOS SANTOS	7455/0	218 * I
ACX7384	LE00072464	JAMIR JOAO BONONOMI	7455/0	218 * I
ADE7430	LE00073031	ARI JOSE LUIZ	7455/0	218 * I
ADV9423	LE00073210	OSMAR OTTO	7455/0	218 * I
AFL0239	LE00053823	ANTONIO CARLOS FERMOSELI SIMAS	6238/0	218 * II * a
AFL7176	LE00073668	ANTONIO MARCOS DE OLIVEIRA	7455/0	218 * I
AFZ3193	LE00073241	MARIA CUNHA DE SOUZA	7455/0	218 * I
AFZ7969	LE00071596	JOSE MARIA CARDOSO DE SOUZA	7463/0	218 * II
AHC7401	LE00071698	RENATA DA SILVA	7455/0	218 * I
AHQ6394	LE00072462	CRISTIANA MARIANI COVALSKY	7455/0	218 * I
AHU4525	LE00073510	WALDOMIRO ROSA JUNIOR	7455/0	218 * I
AIM7709	LE00072147	ANDRESSON FRAGA	7471/0	218 * III
AIQ1165	LE00073015	JP COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA ME	7455/0	218 * I
AIR6264	LE00071997	MAICON PEREIRA	7455/0	218 * I
AJD3500	LE00074857	ANGELA MARIA DOS SANTOS	7463/0	218 * II
AJT5612	LE00074695	ROMULO CORREA DE ARAUJO NUNES	7463/0	218 * II
AJV5817	LE00072797	CRISTIANO BITTENCOURT GULARTE	7455/0	218 * I
AKH1686	LE00073428	VENICIO OSWALDO REINERT	7455/0	218 * I
AKM5850	LE00072109	JULIANO RAMOS FRANCA	7455/0	218 * I
AKX0329	LE00071981	SILVANO ONEDA	7463/0	218 * II
ALD1256	LE00073443	JOSE ANTONIO DIAS	7463/0	218 * II
ALD8012	LE00072562	OTAVIO FARIAS	7455/0	218 * I
AVL2531	LE00072686	DAVID DAY	7455/0	218 * I
AVU4400	LE00073730	ROBERTO CARLOS DANIEL JUNIOR	7455/0	218 * I



BET0944	LE00073558	ALEXANDRE MANOEL	7463/0	218 * II
BFT7093	LE00073379	WILLIAM FRANCISCO DE SOUZA	7455/0	218 * I
BGF0223	LE00073075	CANUTO LEOPOLDO ALVES TORRES	7463/0	218 * II
BIY5232	LE00073352	FLESHAN INDUSTRIA TEXTIL LTDA	7455/0	218 * I
BNJ2405	LE00054037	DEIVID SOLON SCHIFTER	7463/0	218 * II
BOS5195	LE00072371	ROBERTO ROHLING MEURER	7455/0	218 * I
BOT1219	LE00072642	MARIA JOSE MOREIRA DA SILVA	7455/0	218 * I
BOT2625	LE00073010	DOUGLAS PASQUALI	7455/0	218 * I
BRC7903	LE00074609	LAERCIO BECKER CAMARA	7471/0	218 * III
BZJ4950	LE00073634	MARCOS VINICIUS CLAUDINO	7455/0	218 * I
CBI9574	LE00074594	EDSON INOCENTE	7455/0	218 * I
CFM0990	LE00074889	RAMATI COMERCIO TRANSPORTES E REPRESENTACOES L1	7455/0	218 * I
CFR0949	LE00073700	JOSE TESTONI	7455/0	218 * I
CHH2297	LE00074849	MOACIR DUARTE	7455/0	218 * I
CID4664	LE00071931	EDUARDO TOMAZONI	7455/0	218 * I
CIU6573	LE00073337	FRANCISCO MARQUES ANTUNES	7463/0	218 * II
CJT1305	LE00074603	MAURINO CAZAGRANDE	7463/0	218 * II
CKD9495	LE00072517	EUWALDO STEINGRABER	7455/0	218 * I
CMG1342	LE00071494	MAGNO ANTONIO CICERI	7455/0	218 * I
CNM1003	LE00074465	GILMAR SERGIO KOHL	7471/0	218 * III
CNQ6596	LE00073537	PESO D AGUA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA EPP.	7455/0	218 * I
CPL1666	LE00053849	MARCO AURELIO SLOMP	6238/0	218 * II * a
CVM8687	LE00073024	JOSE ALVES	7455/0	218 * I
CWO5169	LE00072875	JOSE MAXIMO DA FONSECA	7463/0	218 * II
DDA5101	LE00073798	SEBASTIAO ANTUNES	7455/0	218 * I
DDB4204	LE00072972	PAULO CESAR CERVI CAVALCANTI	7455/0	218 * I
DDI8995	LE00074616	NOELCI RIBEIRO DA SILVA	7455/0	218 * I
DEB2444	LE00072815	NELSON JOSE THEISS	7455/0	218 * I
DFO1126	LE00073103	SALEZIO SCHVEITZER	7455/0	218 * I
DKZ9771	LE00073851	MIRIAM BRASIL	7463/0	218 * II
DWB9900	LE00074580	SILVESTRE STOPASSOLI	7463/0	218 * II
GEW8888	LE00073610	NARANCI ANTONIO MEIRA	7455/0	218 * I
GNT7464	LE00072776	ELAINE ANTAO	7455/0	218 * I
GRN2841	LE00074515	ADEMAR ANTONIO DA COSTA	7463/0	218 * II
GSM7438	LE00073154	ELIZETE PEIXER	7463/0	218 * II
GZH9353	LE00072747	CRISTIANO SOARES	7455/0	218 * I
HMP3197	LE00073654	POSTO DIVELIN LTDA	7463/0	218 * II

HRN3011	LE00072919	JUNICLEFERSON BATISTELA	7463/0	218 * II
HSD2805	LE00074917	ANGELA CRISTINA MOSER	7455/0	218 * I
HUA4547	LE00072718	GILIARD LUIS DA SILVA	7455/0	218 * I
HXI7363	LE00074639	JOSE CARLOS SCHMITZ	7455/0	218 * I
ICJ0903	LE00072841	RICARDO DE ANDRADE JUSTI	7455/0	218 * I
IGX5351	LE00074831	MARCIO ALEXANDRE CARDOSO	7455/0	218 * I
IHC1800	LE00072621	SUZANA JACIARA BEPLER	7463/0	218 * II
IKE7506	LE00072224	SANDRA BEATRIZ RAITZ RODRIGUES	7455/0	218 * I
IKG3904	LE00073212	JOSE ESPIRITO SANTO PAULINO	7455/0	218 * I
IMU2815	LE00070597	NILVA LEANE WAGNER	7455/0	218 * I
JLC1264	LE00072186	EDNA APARECIDA SOARES DA SILVA PRADO	7455/0	218 * I
JMJ5025	LE00054124	IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS	7455/0	218 * I
JOJ4848	LE00072693	PEDRO JOAO SERPA - ME	7463/0	218 * II
JTC0533	LE00073414	JUCEMIR DE SOUSA BORGES	7455/0	218 * I
JZE0318	LE00073652	ANTONIO SANTOS VIEIRA JUNIOR	7455/0	218 * I
KMV3054	LE00074551	GUSTAVO VIEIRA PREVE	7455/0	218 * I
LCR3433	LE00073435	DARIO FARIAS	7463/0	218 * II
LWS6309	LE00072912	ADEMAR FRENA	7455/0	218 * I
LWS9760	LE00072643	DIOMICIO DE SOUZA	7455/0	218 * I
LWS9760	LE00072781	DIOMICIO DE SOUZA	7463/0	218 * II
LWU2124	LE00074437	NEY MORAES	7455/0	218 * I
LWU2685	LE00074779	MARLETE COTA	7455/0	218 * I
LWV2639	LE00073832	JOSE DA ROSA	7455/0	218 * I
LWV4267	LE00073333	VENICIO DE SOUZA	7455/0	218 * I
LWX2865	LE00074471	GLORIA BITTENCOURT	7455/0	218 * I
LWZ6576	LE00074566	JOSE GENESIO CABRERA	7455/0	218 * I
LWZ6576	LE00074600	JOSE GENESIO CABRERA	7471/0	218 * III
LWZ9196	LE00072967	JONATAS DA SILVA	7463/0	218 * II
LXA7303	LE00073635	ABEL JAIR PADILHA	7463/0	218 * II
LXB3771	LE00073504	ELSA SANSÃO SPENGLER	7455/0	218 * I
LXB6108	LE00072994	OLAVIO JOSE PEREIRA	7455/0	218 * I
LXD8130	LE00071569	EWERTON LUIZ ROSA	7455/0	218 * I
LXE1530	LE00073032	JOAO APARECIDO RIBAS	7455/0	218 * I
LXF9325	LE00073827	SANDRA MARA GAMA KOSIMA	7463/0	218 * II
LXG0469	LE00074543	LUCINEIA ROBERTA FIRMO	7463/0	218 * II
LXI1890	LE00072939	JOSE LEOBERTO DOS ANJOS	7455/0	218 * I
LXI7935	LE00073791	ADRIANO ANASTACIO RODRIGUES	7455/0	218 * I

LXI8063	LE00073001	JORGE ALEXANDRE NOGUEIRA SANTOS	7455/0	218 * I
LXI9307	LE00074847	OSNI MACHADO	7455/0	218 * I
LXJ3201	LE00072834	DIEGO GOMES	7455/0	218 * I
LXJ3425	LE00073253	GERMANO LEITE	7471/0	218 * III
LXJ6826	LE00073336	AMARO REIS	7463/0	218 * II
LXM0890	LE00073268	RENILDO AGENOR MARIA	7455/0	218 * I
LXN1717	LE00073277	JAIR COELHO GOMES	7455/0	218 * I
LXQ8433	LE00072594	JORGE ADILIO ANTUNES DOS SANTOS	7455/0	218 * I
LXR3288	LE00072187	CELIA REGINA BITTENCOURT DOS SANTOS	7463/0	218 * II
LXU3297	LE00073074	VILSON MAFESSOLI	7455/0	218 * I
LXU5019	LE00072012	CLAUDEMIR CAETANO DA SILVA	7455/0	218 * I
LXZ7642	LE00072928	MATUSALEM ANTUNES	7455/0	218 * I
LYA2860	LE00074683	SAM'S EMBALAGENS LTDA	7455/0	218 * I
LYB2663	LE00072790	MARIO WEISS	7463/0	218 * II
LYB6403	LE00072169	EDITE BURIGO GUMS	7455/0	218 * I
LYF4428	LE00073022	ADEMIR VALENTIM VICENTINI	7455/0	218 * I
LYF5076	LE00073731	MARCOLINO FARIAS	7463/0	218 * II
LYG4518	LE00072672	NILDA RIBEIRO CHAVES E SEBASTIAO CARDOZO	7463/0	218 * II
LYG7703	LE00074707	CINCINATO RAMOS DA COSTA JUNIOR	7455/0	218 * I
LYH4868	LE00074745	CONSTRUCARRO COMPETICOES E TRANSPORTES LTDA	7455/0	218 * I
LYH6086	LE00073006	SEBASTIAO POLICARPO	7455/0	218 * I
LYI9847	LE00072838	MANOEL FAGUNDES	7455/0	218 * I
LYJ9792	LE00072860	IRINEU DALSENTER	7455/0	218 * I
LYK0185	LE00073592	ALVARO ANTONI PEREGUDA	7463/0	218 * II
LYK0185	LE00073596	ALVARO ANTONI PEREGUDA	7455/0	218 * I
LYL3339	LE00073161	MAURO ROGERIO DE CORDOVA	7463/0	218 * II
LYQ6017	LE00073589	JOSE BENICIO DE SOUZA	7455/0	218 * I
LYR1096	LE00072608	RUI ELIAS THEILACKER	7455/0	218 * I
LYR5814	LE00072132	ERNANI STORCH JUNIOR	7455/0	218 * I
LYT2916	LE00071567	VALDECIR DA SILVA	7463/0	218 * II
LYT6020	LE00072808	IZONI DE OLIVEIRA	7455/0	218 * I
LYV8260	LE00073291	ARIBERTO DOS SANTOS	7455/0	218 * I
LYX0589	LE00074405	ATALIBA MENDES PEREIRA	7455/0	218 * I
LYY0868	LE00071576	VANDERLEIA TIBES VEIGA GARCIA ROSA	7455/0	218 * I
LYZ6936	LE00072827	REGINALDO DA SILVA	7463/0	218 * II
LZA1586	LE00072022	BENTO FERREIRA	7455/0	218 * I
LZA4523	LE00071755	MAURICIO KREFF	7455/0	218 * I

LZA5837	LE00072895	MARCIO MEDEIROS	7463/0	218 * II
LZC7769	LE00074654	ALCIR ROBERTO AYROSO	7455/0	218 * I
LZD1532	LE00073822	TERRAPLENAGEM E TRANSPORTES CAIBI LTDA	7455/0	218 * I
LZD1756	LE00074576	ANDRE GERALDO DE QUEIROZ BORGES	7455/0	218 * I
LZD7953	LE00072891	ANALDO PEREIRA	7455/0	218 * I
LZG7556	LE00073625	JOSE NELSON SLOMSKI	7455/0	218 * I
LZH5706	LE00074770	DIRCEU AMORIM	7455/0	218 * I
LZI0136	LE00072441	HERIBERTO RAUL BORGES	7455/0	218 * I
LZJ2272	LE00073047	RICARDO RONCOSKI	7455/0	218 * I
LZJ7038	LE00072075	ZILTON JOAO DOS SANTOS	7455/0	218 * I
LZK3645	LE00072163	ELIANE DA SILVA MAFRA	7455/0	218 * I
LZP9172	LE00073721	ROSELIS MARIA KLABUNDE	7463/0	218 * II
LZQ0076	LE00072713	JOCINEI GONCALVES DOS SANTOS	7455/0	218 * I
LZQ3190	LE00072426	ELMAR BAILER	7455/0	218 * I
LZR9659	LE00074431	PLACIDA ESPINDOLA DOS SANTOS	7455/0	218 * I
LZT0094	LE00073012	RENATO ORIBE RODRIGUES	7455/0	218 * I
LZW9672	LE00072630	NIVALDO OTAVIANO DE AGUIAR	7455/0	218 * I
LZX8227	LE00073276	ITACIR VILLA	7455/0	218 * I
LZY4614	LE00072487	RAFAEL IMHOF	7463/0	218 * II
LZY8427	LE00073072	PAULO WEHMUTH	7455/0	218 * I
MAA2586	LE00073035	ELPIDIO LUCAS MARCOLINO	7455/0	218 * I
MAA5513	LE00074477	ANANIAS SEGUNDO DEL CARMEN URQUIOLA OLIVA	7455/0	218 * I
MAA6570	LE00072763	ANALI MULLER DALLMANN	7455/0	218 * I
MAA8454	LE00073371	FERNANDO BERTOLINO SERPA	7455/0	218 * I
MAA9259	LE00072799	EUCLIDES JOSE RAULINO	7455/0	218 * I
MAE1267	LE00072266	FREDERICO DEEKE	7455/0	218 * I
MAE4715	LE00073084	JEFERSON PEREIRA	7455/0	218 * I
MAG2832	LE00074492	JOSE CARLOS RIBEIRO	7455/0	218 * I
MAH5886	LE00072322	AMARILDO CESAR DOS SANTOS	7455/0	218 * I
MAH7676	LE00073725	LUCIANO ROQUE DOS SANTOS	7463/0	218 * II
MAK3429	LE00073810	VALDECI CORREIA DA SILVA	7455/0	218 * I
MAK4474	LE00073120	LUIZ PERASSA	7455/0	218 * I
MAK4813	LE00074468	ROBERTO DE SOUZA	7455/0	218 * I
MAL2717	LE00073029	ESTEVON SESTAK NETO	7455/0	218 * I
MAL8365	LE00072835	RENALDO CARDOZO	7455/0	218 * I
MAM2026	LE00074802	CELSO SIMEAO CARNEIRO	7455/0	218 * I
MAM6058	LE00073659	TAURINO BERNARDINO ANDRADE	7463/0	218 * II

MAN3042	LE00072995	VAILTON BATISTOTI	7463/0	218 * II
MAO9365	LE00072897	LUCIANA PEREIRA DA SILVA	7455/0	218 * I
MAP0640	LE00072613	PEDRO FRANCISCO FERREIRA	7463/0	218 * II
MAQ2020	LE00071751	ARLEI ARNOLDO	7455/0	218 * I
MAR4694	LE00073732	CLEITON BERTOLINI	7463/0	218 * II
MAS3230	LE00073300	ANA PAULA COELHO	7455/0	218 * I
MAT6594	LE00074933	MARIA SELMA PINSEGHIER	7455/0	218 * I
MAT6765	LE00073488	MARLENE MANARIM PEIXER	7455/0	218 * I
MAV2478	LE00072531	LEONIR DA SILVA	7455/0	218 * I
MAV6820	LE00072356	ARMELINDA DE AGUIAR	7455/0	218 * I
MAV9859	LE00073478	MEIRE DE AGUIAR BERKEMBROCK	7463/0	218 * II
MAW6207	LE00071639	THEREZA ANTONIA SORGATO	7463/0	218 * II
MAW6674	LE00071786	JORGE LUIZ DE SOUZA	7463/0	218 * II
MAX2626	LE00072656	OSMAR ANTONIO BORTOLOMEI	7455/0	218 * I
MAX2695	LE00074767	ABEL RENITO DE PAULA CORREA	7463/0	218 * II
MAX7503	LE00073812	TALITA AMANDA DE OLIVEIRA RIBEIRO	7463/0	218 * II
MAZ0902	LE00073008	MARLENE MARLETE SCHLEI	7455/0	218 * I
MAZ6556	LE00073329	JOSE THEISS	7455/0	218 * I
MBA1606	LE00073770	AMARILDO SANTILHO DA SILVA	7455/0	218 * I
MBC6353	LE00074869	FABIO BEPLER RAMBO	7471/0	218 * III
MBD0505	LE00072831	QUATER FOMENTO MERCANTIL LTDA	7455/0	218 * I
MBD2346	LE00074544	MARIA DO CARMO DIAS SOARES	7463/0	218 * II
MBD4532	LE00073370	ORIVALDO ALBERTO SPENGLER	7455/0	218 * I
MBD6267	LE00072437	EDERSON ZUCCHI	7455/0	218 * I
MBE3757	LE00072620	SERVERIO DE MORAES	7463/0	218 * II
MBE6782	LE00070421	GILBERTO LAMEU BERGMANN	7455/0	218 * I
MBE6782	LE00070900	GILBERTO LAMEU BERGMANN	7455/0	218 * I
MBF7423	LE00072982	ISMAEL DE ALMEIDA MACHADO	7455/0	218 * I
MBF7423	LE00073256	ISMAEL DE ALMEIDA MACHADO	7455/0	218 * I
MBG0010	LE00073719	EDSON DA SILVA	7455/0	218 * I
MBI0340	LE00074941	RAUL FELICIO DA SILVA	7455/0	218 * I
MBI7143	LE00074564	ALBERTO WEISS	7463/0	218 * II
MBI7143	LE00074568	ALBERTO WEISS	7463/0	218 * II
MBJ4880	LE00072908	MARIO BACHTOLD	7463/0	218 * II
MBK1687	LE00071940	ENIR SALETE GASPARETTO	7463/0	218 * II
MBL7592	LE00074577	ERMELINDA VERONICA HILLESHEIN	7463/0	218 * II
MBL7592	LE00074582	ERMELINDA VERONICA HILLESHEIN	7463/0	218 * II

MBN1437	LE00072578	VALDECI ROSA DOS SANTOS	7455/0	218 * I
MBO8975	LE00072857	DINIS CORREA	7455/0	218 * I
MBP1735	LE00073569	CARMELINO PINHEIRO	7455/0	218 * I
MBR3557	LE00072419	LOJAS DANKER LTDA.	7455/0	218 * I
MBS8539	LE00073454	LUIS CARLOS SILVANO	7455/0	218 * I
MBT0763	LE00073584	MARIA TERESINHA VILVOCK	7455/0	218 * I
MBT4254	LE00073538	NELSON FERREIRA	7463/0	218 * II
MBT6098	LE00073763	NAIR SIMON DELL AGNOLO	7455/0	218 * I
MBX0202	LE00072974	ELITO FUCKNER	7455/0	218 * I
MBY9880	LE00073171	NEY EMILIO CLIVATI	7455/0	218 * I
MBZ0854	LE00073304	MAYCON ENGEL	7463/0	218 * II
MCA1169	LE00072662	VICTOR HUGO LAMPERT	7455/0	218 * I
MCD3296	LE00072145	ADEMAR WIPPEL	7463/0	218 * II
MCD4108	LE00074918	SERGIO MURILO KRIEGER	7463/0	218 * II
MCD5408	LE00073411	NEI MARCOS JOSE PACHER	7455/0	218 * I
MCG1570	LE00072723	WALDEMIRO KREHNKE	7455/0	218 * I
MCG9950	LE00073182	QUALITEXTIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA ME	7455/0	218 * I
MCI5450	LE00074759	NEUSA MARIA DE SOUZA	7463/0	218 * II
MCJ7997	LE00072753	MARILI DA VEIGA CONINK	7463/0	218 * II
MCK0187	LE00072938	OSNILDO ORSI	7455/0	218 * I
MCL7685	LE00073062	JOAO ROBERTO KORMANN	7455/0	218 * I
MCL9835	LE00073286	MARIA DA GRACA DOS SANTOS	7455/0	218 * I
MCM0906	LE00073521	WILSON ANTUNES DE LIMA	7463/0	218 * II
MCN0722	LE00072926	ALCIDES GONCALVES	7455/0	218 * I
MCN6928	LE00071813	LAZARO JONCK	7455/0	218 * I
MCO7007	LE00074667	DENIS DA SILVA SOARES	7455/0	218 * I
MCQ4246	LE00071769	ARLINDO ALVES DA SILVA	7463/0	218 * II
MCT8977	LE00073767	DORIS RAQUEL FISCHER	7455/0	218 * I
MCV2795	LE00072820	GIRLENE GRIMM CRESPI	7455/0	218 * I
MCW2054	LE00074474	RECAPADORA DE PNEUS JR LTDA	7455/0	218 * I
MCX0559	LE00073424	ADAO MANOEL NASCIMENTO JUNIOR	7455/0	218 * I
MCX3620	LE00071828	AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.	7463/0	218 * II
MCX8587	LE00074538	LUIZ CARLOS DA SILVA	7471/0	218 * III
MCZ2912	LE00074901	RAULINO KLINGENFUSS	7455/0	218 * I
MDA2099	LE00073150	IVAN DOMINGUES	7463/0	218 * II
MDA4256	LE00072546	MARIA DE LURDES DA COSTA	7455/0	218 * I
MDB7290	LE00054175	MARGA LINDNER SCHREIBER	7463/0	218 * II

MDD0142	LE00073772	ANILDO SEBASTIAO RIBEIRO	7455/0	218 * I
MDD1254	LE00073220	LEONARDO DA SILVA	7455/0	218 * I
MDD3304	LE00072684	MAURO ZANDONAI LEMOS PINTO	7455/0	218 * I
MDD3651	LE00072281	DARCI TONIAL	7463/0	218 * II
MDE6461	LE00073272	JOSE DELLANDREA	7455/0	218 * I
MDG9163	LE00074556	ADRIANA DA MOTTA MARTINS	7455/0	218 * I
MDH3793	LE00073222	ENIO ALBERTO ZIMERMANN	7455/0	218 * I
MDI0616	LE00073503	MARILDA LAURINDO DE ANDRADE	7463/0	218 * II
MDJ4717	LE00072954	JOSE AUGUSTO PRUNER	7463/0	218 * II
MDK9031	LE00074469	TIAGO VENERA FISCHER	7463/0	218 * II
MDL2047	LE00072140	MARILENE PERBONI BALATKA	7455/0	218 * I
MDM4018	LE00072955	ELIANI FAQUETTI CASAGRANDE	7463/0	218 * II
MDM4836	LE00071240	VANDERLEI CARDOZO	7455/0	218 * I
MDM8797	LE00073401	DEVALDO OZORIO MACHADO JUNIOR	7463/0	218 * II
MDN4983	LE00072649	JOSE ANTONIO STOCO	7463/0	218 * II
MDN9954	LE00074441	RAULINO ASSINK	7455/0	218 * I
MDP4805	LE00073174	LORIVAL RIBEIRO ANDRADE	7455/0	218 * I
MDQ3214	LE00074845	INGO JANSEN	7455/0	218 * I
MDR5516	LE00074488	FABRICIO KRAUSS	7455/0	218 * I
MDR6376	LE00071520	MARCOS ANDREI PETERS	7455/0	218 * I
MDS2266	LE00074764	LAERCIO FRUET	7455/0	218 * I
MDS4258	LE00072457	ROBSON LANDUCCI COSTA	7455/0	218 * I
MDT3438	LE00074552	COMERCIO DE AREIA E BRITA LF LTDA ME	7455/0	218 * I
MDU1986	LE00074721	JOEL DA SILVEIRA	7455/0	218 * I
MDW7911	LE00072748	VILMAR CENSI	7455/0	218 * I
MDW8962	LE00073682	ALECIO PITZER	7455/0	218 * I
MDX1582	LE00074481	JALMIR FELISBINO	7455/0	218 * I
MEB9381	LE00072746	DELFINO PAOLINI	7463/0	218 * II
MEC6448	LE00074500	FLAVIA REGINA CAETANO	7463/0	218 * II
MED3727	LE00073130	ALEXANDRE CORREA	7455/0	218 * I
MEE8556	LE00073170	MARILEI REUTER	7455/0	218 * I
MEE8556	LE00074858	MARILEI REUTER	7463/0	218 * II
MEF8532	LE00073342	JOSE LUIZ MULLER	7455/0	218 * I
MEG6822	LE00073383	NILTON MELLO	7455/0	218 * I
MEG6943	LE00072431	ANTONINO DA CUNHA	7455/0	218 * I
MEH4647	LE00073743	NEUSA PAULO PEREIRA	7471/0	218 * III
MEI1832	LE00073458	SERGIO AMELIO SOARES DUARTE	7463/0	218 * II

MEL7102	LE00072510	EDGARD SCHNEIDER JUNIOR	7455/0	218 * I
MEL7102	LE00073179	EDGARD SCHNEIDER JUNIOR	7455/0	218 * I
MEM2971	LE00073552	JOSE ABILIO MACHADO FILHO	7455/0	218 * I
MEM9312	LE00073580	OSIEL ESDRAS LEITE	7455/0	218 * I
MEM9312	LE00073583	OSIEL ESDRAS LEITE	7455/0	218 * I
MEN1600	LE00073735	ELIANDRO TOMASI	7463/0	218 * II
MEO6162	LE00073077	DEIVISON GOMES TRINDADE	7455/0	218 * I
MEO6162	LE00073078	DEIVISON GOMES TRINDADE	7455/0	218 * I
MEO6162	LE00073079	DEIVISON GOMES TRINDADE	7471/0	218 * III
MEP4327	LE00073100	PATRICIA DE LIMA SANTOS	7455/0	218 * I
MEP9320	LE00072754	TRANSPLEGRINO TRANSPORTES CARGAS E COMERCIO D	7463/0	218 * II
MER3224	LE00072673	VILA BRASIL DISTRIBUIDORA DE MANUFATURADOS LTDA MI	7455/0	218 * I
MER3224	LE00072817	VILA BRASIL DISTRIBUIDORA DE MANUFATURADOS LTDA MI	7455/0	218 * I
MEU7470	LE00072252	ADEMIR MACHADO	7455/0	218 * I
MEX2199	LE00072971	JAIR ELIGEO LANGE	7455/0	218 * I
MEX3030	LE00074862	LEANDRO MENECHINI	7455/0	218 * I
MEX8239	LE00071562	MARIO JOSE DE BORBA	7455/0	218 * I
MEX9691	LE00072450	MAURINO PLACIDO VARGAS	7471/0	218 * III
MFA6270	LE00073703	LEANDRO FABRIS DA SILVA	7455/0	218 * I
MFE1234	LE00072730	FAUSTO ANDREATTA	7455/0	218 * I
MFE8421	LE00071489	REINALDO BATISTA TONIOTI	7463/0	218 * II
MFF3198	LE00072858	MICHELLE MARA DE SOUZA	7463/0	218 * II
MFG9670	LE00072494	JOSE BRAZ MULLER	7455/0	218 * I
MFH6909	LE00072629	INDUSTRIA DE MOVEIS DONA BENTA LTDA ME	7455/0	218 * I
MFJ9338	LE00072839	RAFFAELLA SANDRINI PIZZOLATTI	7471/0	218 * III
MFL2849	LE00073431	MARCIA REGINA FIANONCINI SETTER	7463/0	218 * II
MFM3840	LE00073125	JULIANO LIMA DA SILVA	7463/0	218 * II
MFM8779	LE00072859	RARITON ALBANO ME	7455/0	218 * I
MFO3132	LE00072595	JULIO CEZAR VIECELLI	7455/0	218 * I
MFR3080	LE00073146	ADEMIR JOSE BENDER	7463/0	218 * II
MFT9822	LE00073405	VALMIR JOAO MANNRICH	7463/0	218 * II
MFV6369	LE00070937	ENALI WALTRICK DOS SANTOS	7455/0	218 * I
MFY9041	LE00073107	ZENAIDE FEUZER LEAL	7455/0	218 * I
MGA7431	LE00073714	SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE GAS	7455/0	218 * I
MGB7848	LE00072615	VALDAIR GIUSTI	7455/0	218 * I
MGC6318	LE00073800	MARCIO GREIN	7463/0	218 * II
MGK5750	LE00072732	PAULO MARCELO TABALIPA	7455/0	218 * I

MGK9692	LE00073271	BEATRIZ MOREIRA LEITE	7455/0	218 * I
MGN6741	LE00071745	AIRTON TELLES	7455/0	218 * I
MGS3000	LE00073164	ILSON KILIANO KREMER	7455/0	218 * I
MGT7850	LE00074403	ALOIZIO XIMENDES PERES	7455/0	218 * I
MGU5980	LE00073388	ROGERIO PADILHA RAFAELI	7463/0	218 * II
MGY2062	LE00073690	MARIA SALETE FANTONI	7455/0	218 * I
MGY2062	LE00074788	MARIA SALETE FANTONI	7463/0	218 * II
MGZ5281	LE00073019	GUIA TEXTIL LTDA	7455/0	218 * I
MGZ5752	LE00072970	ELEMENTO NATIVO INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCC	7455/0	218 * I
MHD1730	LE00072688	DARIO PATERNO	7463/0	218 * II
MHH1962	LE00074772	DALTRO LUIZ BELMONTE MACHADO	7455/0	218 * I
MHL5172	LE00073159	MARCOS JORGE STEVAN	7455/0	218 * I
MHO6720	LE00073299	CLAUDECIR CARNEIRO	7455/0	218 * I
MHP1011	LE00073766	MARCIO CLOVIS SCHAEFER FILHO	7455/0	218 * I
MJA3110	LE00072922	EDIVALDO CUSTODIO	7455/0	218 * I
MJC5670	LE00073532	CARLOS AFONSO SCHAITL	7455/0	218 * I
MJF1999	LE00074570	ODETE NOTARI GADOTTI	7463/0	218 * II
MJJ6200	LE00074442	LUIZ CARLOS GALLOTTI BAYER	7471/0	218 * III
MJZ0444	LE00074557	ALEXANDRE MONTIBELER	7455/0	218 * I
MKI3330	LE00073064	AROLDO FERNANDES DA ROSA	7463/0	218 * II
MKL4910	LE00073519	MOACIR BILK	7455/0	218 * I
MLC7050	LE00072404	L E M SERVICOS AUTOMOTIVOS LTDA	7455/0	218 * I
MMA8030	LE00073829	PAULO ROBERTO SCHNEIDER	7455/0	218 * I
MMH0005	LE00074809	VALMIRA RAITZ HANK	7455/0	218 * I
MMH9300	LE00074633	IDALINA FELER ZUCHETTI	7463/0	218 * II
MMM4770	LE00074828	NORMA H ARCHER	7455/0	218 * I
MMM5670	LE00072702	JOSE KNISS	7463/0	218 * II
MUP0797	LE00073369	JOSE BRAULIO ALVES	7455/0	218 * I
MVK6720	LE00074897	EDEMAR MILIOLI MINATTO	7455/0	218 * I
MWC3980	LE00072667	ARISTOGINTON SEBASTIAO FERREIRA	7455/0	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 3 DE MARÇO DE 2009

EMERSON ANDRADE

DIRETOR GERAL DA DITRAN

Edital de Notificação - Infração de Trânsito N 590 421/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 5

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 590 421/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
ABX1451	LE00071984	OLIMPIO FELISBERTO DOS SANTOS	7455/0	218 * I
ADU1902	LE00067087	ANDRE ARIIVALDO DO AMARAL	7471/0	218 * III
AEB2591	LE00066746	ELIANE ALVES PIEPER	7463/0	218 * II
AEX6789	LE00069185	MARLI DALPIAZ AVANCINI	7455/0	218 * I
AFE4509	LE00068428	EUCLIDES VALDECIR LEITE	7455/0	218 * I
AFY2358	LE00067011	MARCIANO JOAQUINA	7455/0	218 * I
AGN3917	LE00067596	PAULO GILSON DA SILVA	7463/0	218 * II
AHR3932	LE00071431	SUELI ROTT	7463/0	218 * II
AJM4949	LE00067192	ROSELI EBLE	7471/0	218 * III
AKM5478	LE00068137	DOMINGOS DOS SANTOS VARGAS	7463/0	218 * II
ALN8542	LE00068806	MARIA APARECIDA SILVA KONZ	7455/0	218 * I
BGY3568	LE00067263	ROSELI SILVEIRA DE ARAUJO	7455/0	218 * I
BJL0778	LE00068778	JOSE RODRIGUES DE LIMA	7455/0	218 * I
BPJ6647	LE00066507	MARCIO BONETE	7455/0	218 * I
CBO7594	LE00069137	JAIME STIEHLER	7455/0	218 * I
CEE5363	LE00066685	MARLON JORGE DOS SANTOS	7455/0	218 * I
CJS6270	LE00068698	JOSE NILSON DA SILVA	7455/0	218 * I
CQG4484	LE00067309	THAIS LOURENCO SOARES	7463/0	218 * II
CVT3316	LE00068392	CARLOS CANI	7455/0	218 * I
DIE4378	LE00069023	JUSTINO ANTUNES	7455/0	218 * I
DKP7649	LE00069592	JOAO FELIPE DALBOSCO	7455/0	218 * I
DMG1240	LE00065783	JOAO BATISTA DA SILVA	7455/0	218 * I
FZQ3030	LE00067999	ROBERTO CARLOS RONCALHO	7463/0	218 * II
GME9060	LE00067607	SEBASTIAO OSNI MENDES	7455/0	218 * I
GVF2346	LE00067373	FRANCISCO ARESTIDES LUCIANO	7455/0	218 * I
HZN4349	LE00066945	ARTUR NICOLETTI	7455/0	218 * I



IGF8331	LE00068046	JULIANO VIEIRA LUCIO	7455/0	218 * I
IMU2815	LE00070597	NILVA LEANE WAGNER	7455/0	218 * I
JJC5474	LE00067453	CLEITON GOULART	7463/0	218 * II
JLW2150	LE00068240	JOAO GUILHERME DA ROCHA QUADROS	7455/0	218 * I
KDD8111	LE00068735	DOMINGOS SALVIO TRAINOTTI	7455/0	218 * I
LOH5939	LE00068239	CLAUDIO DOS SANTOS	7455/0	218 * I
LWR5126	LE00068688	ALEX DOS SANTOS	7455/0	218 * I
LWT8978	LE00066545	EDI WERLICH	7455/0	218 * I
LXB7429	LE00068446	RICARDO ARNO DA SILVA	7463/0	218 * II
LXC3390	LE00066485	LEANDRO FERRETTI	7455/0	218 * I
LXG2040	LE00070998	JOSE CANDIDO RIBEIRO JUNIOR	7463/0	218 * II
LXL8310	LE00071700	DUNILEY MARTELLO	7463/0	218 * II
LXM5902	LE00066279	NASCIMENTO PACHER	7455/0	218 * I
LXN1393	LE00069571	GUILHERME DA SILVEIRA NEVES	7455/0	218 * I
LXN8915	LE00068979	ADRIANO OLIVEIRA DA COSTA	7455/0	218 * I
LXU2639	LE00066174	ANTONIO DE SANT ANA	7455/0	218 * I
LXU2639	LE00066321	ANTONIO DE SANT ANA	7463/0	218 * II
LXX4626	LE00067668	EDI TEREZINHA CORADI CECHETTO	7463/0	218 * II
LYA1570	LE00066108	AMARILDO DE BORBA	7455/0	218 * I
LYB2341	LE00068602	DARCISIO VENTURI	7455/0	218 * I
LYC6917	LE00066488	JUVENTINO AMARO LUIZ	7455/0	218 * I
LYF0767	LE00070217	HELTON PETERSEN	7455/0	218 * I
LYO3131	LE00067213	VANDERLEIA SUAVI MENDES	7463/0	218 * II
LYR0284	LE00066111	MARCIO VICENTE GONCALVES	7455/0	218 * I
LYR8715	LE00066243	ALEXANDRE DE SOUZA	7455/0	218 * I
LZA0472	LE00066413	LUIS DE SOUZA E SILVA	7455/0	218 * I
LZE1107	LE00067618	JOEL RAMOS	7455/0	218 * I
LZF9228	LE00069094	CIRO FUCKNER	7455/0	218 * I
LZG1071	LE00067226	HERIBERTO KRUGER	7455/0	218 * I
LZJ6112	LE00067641	VOLNEI ANTONIO GOLDBECK	7455/0	218 * I
LZM1141	LE00068403	ODIR MAFRA	7455/0	218 * I
LZQ2092	LE00066453	EDELBERTO BAUER	7455/0	218 * I
LZU2929	LE00066805	CRISTIANO RICARDO POLI	7455/0	218 * I
LZW1220	LE00068732	FABIANA BOING	7455/0	218 * I
LZX5855	LE00069327	FERNANDO LUIZ ESTEVAO	7455/0	218 * I
MAA6856	LE00071848	IRIA KRANKEL	7455/0	218 * I
MAB0820	LE00068251	KATIA REGINA SEHNEN	7455/0	218 * I

MAD9219	LE00066892	MARIO OLIVO	7463/0	218 * II
MAI7670	LE00071061	FELICIO BENJAMIN KUHN	7463/0	218 * II
MAI7946	LE00067133	NELSON CRISPIM	7455/0	218 * I
MAL3960	LE00067700	ADRIANO DE PAULO	7455/0	218 * I
MAL3960	LE00068421	ADRIANO DE PAULO	7455/0	218 * I
MAN2887	LE00068647	VALDEMIRO FRANCISCO	7463/0	218 * II
MAQ4180	LE00065185	JACY BRAND	7455/0	218 * I
MAQ5218	LE00065388	SERGIO BUGMANN	7455/0	218 * I
MAS0097	LE00068243	CROSSDOCKING CATARINENSE LOGISTICA LTDA	7455/0	218 * I
MAS9551	LE00071126	ROSMARI SCHNAIDER RAMPELOTTI	7455/0	218 * I
MAV2478	LE00070792	LEONIR DA SILVA	7463/0	218 * II
MBB1000	LE00067350	IRENE DO ROCIO MECHCO GROTTI	7463/0	218 * II
MBF7851	LE00066179	THIAGO JOAO SOUZA	7455/0	218 * I
MBI0340	LE00068482	RAUL FELICIO DA SILVA	7455/0	218 * I
MBJ8325	LE00069679	OSNILDO PEDRO NASCIMENTO	7455/0	218 * I
MBK8396	LE00068759	ANTONIO LUIZ GIACOMELLI	7463/0	218 * II
MBM2096	LE00067414	NAILOR ALVES THEODORO	7463/0	218 * II
MBN5508	LE00071297	MARLENE ALVES	7455/0	218 * I
MBR8609	LE00066943	JANETE SERENA SPENGLER	7455/0	218 * I
MBS0367	LE00066967	ROSEMERI DORIANA KRAUSE	7455/0	218 * I
MBT4379	LE00069899	PAULO JOSE DA SILVA	7455/0	218 * I
MBZ3493	LE00069234	ANA PAULA PEREIRA	7455/0	218 * I
MCD1290	LE00071857	VALENTIM PALHANO	7455/0	218 * I
MCE1891	LE00067311	ADILSON ZAGHINI	7455/0	218 * I
MCE1891	LE00067417	ADILSON ZAGHINI	7455/0	218 * I
MCO0300	LE00068969	JOSE JUSTIMIANO	7455/0	218 * I
MCO6322	LE00067251	CLEONICE CAMASSOLA	7455/0	218 * I
MCV8112	LE00069451	JANETE ECHELI	7455/0	218 * I
MDF4810	LE00071966	CARLOS FERNANDO KOPROWSKI	7455/0	218 * I
MDG2601	LE00068007	WILSON JOSE NUNES	7463/0	218 * II
MDG4258	LE00066628	ADENOR PINHEIRO	7463/0	218 * II
MDJ9599	LE00066226	WALDEMAR FERREIRA DA SILVA FILHO	7463/0	218 * II
MDK5207	LE00069016	LUCIMAR PAIM	7463/0	218 * II
MDK6029	LE00067594	ANGELITA POFFO	7455/0	218 * I
MDN1179	LE00070216	ENIO JOSIR FERREIRA	7455/0	218 * I
MDR7847	LE00068535	AGUIA TEX MALHAS LTDA	7455/0	218 * I
MDS1915	LE00070197	EZEQUIEL AMARO	7455/0	218 * I

MDS9893	LE00070053	ZENILDA MACHADO	7455/0	218 * I
MDT5016	LE00067446	ONEIDE CARAMORI DA SILVA	7455/0	218 * I
MDT5106	LE00068171	JURERE LOCADORA DE AUTOMOVEIS LTDA ME	7455/0	218 * I
MDV5895	LE00066813	MARIA ELIANE COLZANI LOPES	7463/0	218 * II
MDX0199	LE00071787	MARGARIDA DE ALMEIDA	7455/0	218 * I
MDX6537	LE00066053	ADESIO LUIZ COELHO	7455/0	218 * I
MEC0046	LE00066345	EDWIN SCHILL	7455/0	218 * I
MED6799	LE00069252	AIRTON JOSE FRANCA SILVEIRA	7463/0	218 * II
MEO1338	LE00067659	OSNY ROSENBROCK	7455/0	218 * I
MEO6186	LE00067464	VANILDES BARON	7455/0	218 * I
MEO8987	LE00070667	CARLOS EDUARDO NOBREGA	7455/0	218 * I
MEO9967	LE00067374	ANSELMO ANTONIO SCHRAMM DO NASCIMENTO	7455/0	218 * I
MEV7269	LE00067461	PAULO SESAR DE OLIVEIRA	7455/0	218 * I
MEV7269	LE00067593	PAULO SESAR DE OLIVEIRA	7455/0	218 * I
MEY7848	LE00068851	JACY JUREMA DALPONTE	7455/0	218 * I
MFN3498	LE00067633	GILMAR DA SILVA	7455/0	218 * I
MFR0742	LE00066107	ROGERIO LANA	7455/0	218 * I
MFY5812	LE00071201	ALBERTINA SANTANA CORREA	7455/0	218 * I
MGF1471	LE00070820	GASTON ADAIR SCHWARZ	7455/0	218 * I
MGI0307	LE00071570	PATRICIA LUZIA VARGAS BEVILAQUA	7455/0	218 * I
MGK3750	LE00068263	CLAUDIO BERLANDA	7455/0	218 * I
MGL9642	LE00067478	VOLMAR DA SILVA	7455/0	218 * I
MGO2222	LE00070239	THAISE POFFO ZWICKER	7455/0	218 * I
MGO7662	LE00067060	MARIA CRISTINA SIMOES DE ALMEIDA	7463/0	218 * II
MGZ4112	LE00069578	OTAVIO MARTINHO DE OLIVEIRA	7455/0	218 * I
MHD6300	LE00070665	RUAN CARLOS POFFO	7455/0	218 * I
MHJ0011	LE00066389	DOMINGOS CAMARGO DE QUADROS	7463/0	218 * II
MHT5222	LE00066538	LAURECI PEIXER	7455/0	218 * I
MHV7080	LE00070669	MARCIA DILMA BORBA	7463/0	218 * II
MIL4080	LE00070978	GERSON DE BORBA DIAS	7455/0	218 * I
MIL5969	LE00070526	BENACAR - AUTO LOCADORA E SERVICOS LTDA ME	7463/0	218 * II
MKF2240	LE00069025	SAILOR MODAS LTDA ME	7455/0	218 * I
MMM2490	LE00066268	SADI JOSE ZAN	7455/0	218 * I
MYM9349	LE00070811	ANTONIO CESAR DE SOUZA	7463/0	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 3 DE MARÇO DE 2009

EMERSON ANDRADE

DIRETOR GERAL DA DITRAN

SAMUSA

Aviso Pregão Presencial N° 54/2009 - SAMUSA

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE GASPAR - SAMUSA

Pregão Presencial n°. 54/2009

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de materiais filtrantes, visando garantir a reposição dos materiais nos filtros das ETA's I e IV, objetivando a manutenção e o melhoramento da qualidade da água a ser distribuída aos munícipes gasparenses.

ENTREGA DOS ENVELOPES: Contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços, até as 08:45 horas do dia 22/10/2009. ABERTURA: Dia 22/10/2009 às 09:00 horas.

Os interessados poderão obter a íntegra do Edital, diariamente no horário de expediente, no Departamento de Compras do SAMUSA - Gaspar; ou no site: www.samusa.com.br

Gaspar (SC), em 05 de outubro de 2009.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

Herval D'Oeste

Prefeitura Municipal

Portaria N° 759/2009

PORTARIA N° 759/2009

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

DISPENSAR por Término de Contrato, a Servidora VANDERLI FERNANDES DE BORBA, (Matr. 3040), a partir de 05 de Outubro de 2009, a qual atuava no Programa de Acolhimento Institucional – Abrigo, exercendo as funções do Cargo de Monitor Social Nível/Referência 4/2-A, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste (SC), 05 de Outubro de 2009

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria N° 760/2009

PORTARIA N° 760/2009

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar N° 191/2005 de 26 de dezembro de 2005.

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora ZENILISA MARIA FRIEDRICH, (Matr. 515), ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível 5, Referência "D", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido de 01 de dezembro de 2006 a 30 de novembro de 2007, para serem gozadas a partir de 05 de outubro de 2009 a 03 de novembro de 2009.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste (SC), 05 de outubro de 2009.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria N° 761/2009

PORTARIA N° 761/2009

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar N° 191/2005 de 26 de dezembro de 2005.

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora ALICE VANAZZI, (Matr. 2752), ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Enfermeira, Nível 12/1, Referência "A", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido de 06 de maio de 2008 a 05 de maio de 2009, para serem gozadas a partir de 05 de outubro de 2009 a 03 de novembro de 2009.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste (SC), 05 de outubro de 2009.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Imbituba

Câmara de Vereadores

Aviso de Audiência Pública Nº 008/09

AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 008/09

O Presidente da Câmara Municipal de Imbituba, Vereador Christiano Lopes de Oliveira, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, convida toda a sociedade civil e organizada com atuação e sede no Município de Imbituba, bem como os demais munícipes, para participarem da AUDIÊNCIA PÚBLICA com a finalidade de tratar sobre a construção da Capela Mortuária na Praça Sant'ana, em Vila Nova, neste município.

A Audiência Pública ocorrerá no dia 14 de outubro de 2009, quarta-feira, às 19h30min, no Salão Paroquial situado na Praça Sant'Ana, em Vila Nova, Imbituba.

Imbituba/SC, 01 de outubro de 2009.

CHRISTIANO LOPES DE OLIVEIRA

Presidente da Câmara Municipal de Imbituba

Luzerna

Prefeitura Municipal

Decreto 1128

DECRETO Nº 1128 DE 02 DE OUTUBRO DE 2009.

"SUBSTITUI MEMBRO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - CONSELHO DO FUNDEB DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art.1º - Fica SUBSTITUÍDO o representante titular do Conselho Tutelar no CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - CONSELHO DO FUNDEB de Luzerna(SC), na forma do art.2º da Lei nº 703 de 08.03.2007 e alterações posteriores, ficando assim constituído:

"...

h)representante do CONSELHO TUTELAR

Titular: MÁRCIA GATELLI

Art. 2º - Os demais artigos do Decreto 1.092 de 15.06.2009 permanecem inalterados.

Art. 3º - O exercício do mandato de Conselheiro do FUNDEB é considerado serviço público relevante e não será remunerado.

Art. 4º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02 de outubro de 2009.

Luzerna(SC),02 de outubro de 2009.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Edital de Receita Federal FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Des

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto nos termos do art. 2º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município de Luzerna, a liberação de recursos financeiros federais provenientes do Fundo Nacional de Saúde:

04/09/2009	Programa de Atenção Básica - PAB	7.844,08
09/09/2009	Programa Vigilância Epidemiológica	632,29
14/09/2009	Programa Vigilância Epidemiológica	920,63
16/09/2009	Programa Saúde da Família- PSF – Saúde Bucal	4.000,00
16/09/2009	Programa Saúde da Família- PSF	12.800,00
16/09/2009	Programa Agentes Comunitárias de Saúde - PACS	7.812,00
25/09/2009	Programa Farmácia Básica	1.841,93
25/09/2009	Transferência do SUS	195,60
30/09/2009	Programa Saúde da Família- PSF	9.648,00

Luzerna(SC), 05 de outubro de 2009.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Edital de Receita Estadual FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Des

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto nos termos do art. 2º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município de Luzerna, a liberação de recursos financeiros estaduais provenientes do Fundo Estadual de Saúde:

21/09/2009	Programa Farmácia Básica	224,63
25/09/2009	Programa Farmácia Básica	1.572,38

Luzerna(SC),05 de outubro de 2009

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Balancete Financeiro FIA Setembro 2009

CPL Informática.

Pág. 001

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE LUZERNA - FIA

ANEXO TC-05

ESTADO DE SANTA CATARINA

Balancete Financeiro de 09/2009

Emissão: 30/09/2009

> TÍTULOS	V A L O R	> TÍTULOS	V A L O R
RECEITA ORÇAMENTARIA	73,77	DESPESA ORÇAMENTARIA	2.037,82
RECEITA CORRENTE	73,77	ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.037,82
RECEITA PATRIMONIAL	73,77		
> RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	20.181,01	> DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	184,46
PREVIDENCIA SOCIAL	177,56	PREVIDENCIA SOCIAL	177,56
INSS	177,56	INSS	177,56
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	3,45	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	6,90
IRRF/GDF	3,45	IRRF/GDF	6,90
IRRF RENDIMENTOS PESSOA JURIDICA	3,45	IRRF RENDIMENTOS PESSOA JURIDICA	6,90
REPASSE RECEBIDO FONTE DE RECURSOS	20.000,00		
REPASSE RECEBIDO DA PREFEITURA MUNICIPA	20.000,00		
> DESPESA EMPENHADA	2.037,82	> DESPESA PAGA	16.211,50
CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR CELULA DES	2.037,82	CREDITO LIQUIDADO	16.211,50
		CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO CELULA DE	16.211,50
> SALDOS ANTERIORES	15.820,85	> SALDOS ATUAIS	19.679,67
APLICACOES FINANCEIRAS	15.820,85	APLICACOES FINANCEIRAS	19.679,67
> TOTAL	38.113,45	> TOTAL	38.113,45

Gestor do FMDCA
CANDIDO HELIO DADALT

Contadora CRC/SC20394-0/8
MARIA INÊS DALLOLMO

Balancete Financeiro FMAS Setembro 2009

CPL Informática.

Pág. 001

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA - FMAS

ANEXO TC-05

ESTADO DE SANTA CATARINA

Balancete Financeiro de 09/2009

Emissão: 30/09/2009

> TÍTULOS	V A L O R	> TÍTULOS	V A L O R
RECEITA ORÇAMENTARIA	35,90	DESPESA ORÇAMENTARIA	10.263,71
RECEITA CORRENTE	35,90	ASSISTÊNCIA SOCIAL	9.138,76
RECEITA PATRIMONIAL	35,90	EDUCAÇÃO	1.124,95
> RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	18.307,13	> DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	377,26
PREVIDENCIA SOCIAL	142,21	PREVIDENCIA SOCIAL	142,21
INSS	142,21	INSS	142,21
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	24,75	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	94,88
ISS	21,30	ISS	15,00
IRRF/GDF	3,45	IRRF/GDF	79,88
IRRF RENDIMENTOS PESSOAS JURIDICAS	3,45	IRRF RENDIMENTOS PESSOAS FISICAS	72,98
DIVERSOS CONSIGNATARIOS	4,65	IRRF RENDIMENTOS PESSOAS JURIDICAS	6,90
ASSOCIACOES CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	4,65	DIVERSOS CONSIGNATARIOS	4,65
Contribuição ASM	4,65	ASSOCIACOES CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	4,65
DEPOSITOS RETIDOS SOBRE FORNECEDORES CNP	135,52	Contribuição ASM	4,65
Clemens Salvi Klein	19,80	DEPOSITOS RETIDOS SOBRE FORNECEDORES CNP	135,52
Antonio Darci Bandeira	57,42	Clemens Salvi Klein	19,80
Janelise Bressan	36,30	Antonio Darci Bandeira	57,42
Michelli Petri Dalapria Grigollo	22,00	Janelise Bressan	36,30
REPASSE RECEBIDO FONTE DE RECURSOS	18.000,00	Michelli Petri Dalapria Grigollo	22,00
REPASSE RECEBIDO PREFEITURA MUNICIPAL D	18.000,00		
> DESPESA EMPENHADA	10.263,71	> DESPESA PAGA	9.333,93
CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR CELULA DES	10.263,71	CREDITO LIQUIDADO	9.333,93
		CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO CELULA DE	9.333,93
> SALDOS ANTERIORES	5.715,90	> SALDOS ATUAIS	14.347,74
APLICACOES FINANCEIRAS	5.715,90	APLICACOES FINANCEIRAS	14.347,74
> TOTAL	34.322,64	> TOTAL	34.322,64

Gestor do FMAS
ORLANDO FAVERO

Contador SC20394/0-8
MARIA INÊS DALLOLMO

Massaranduba

Prefeitura Municipal

Decreto N° 1834/2009

DECRETO N° 1834/2009 DE 30 DE SETEMBRO DE 2009.

CONVOCA A PRIMEIRA CONFERÊNCIA INTERMUNICIPAL DE CULTURA DOS MUNICÍPIOS DE MASSARANDUBA E CORUPÁ – SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito de Massaranduba e LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso das prerrogativas que lhes são conferidas pela legislação em vigor, DECRETAM:

Art. 1º - Fica convocada a I CONFERÊNCIA INTERMUNICIPAL DE CULTURA DOS MUNICÍPIOS DE MASSARANDUBA E CORUPÁ – SC, a realizar-se no dia 26 de outubro de 2009, às 08h00, na Casa da Juventude Diego Petry, situado na Rua 25 de Julho, s/n, Centro, Município de Massaranduba - SC.

Art. 2º - A I Conferência Intermunicipal de Cultura dos Municípios de Massaranduba e Corupá, etapa integrante da II Conferência Nacional de Cultura, desenvolverá seus trabalhos a partir do tema "CULTURA, DIVERSIDADE, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO".

Art. 3º - A I Conferência Intermunicipal de Cultura será presidida pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo de Massaranduba e a Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Corupá, que coordenarão também as Comissões Organizadoras, responsáveis pelo planejamento, execução e demais atribuições elencadas no regulamento das Conferências Estadual e Nacional de Cultura.

Parágrafo 1º - A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo de Massaranduba e a Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Corupá definirão, por meio de portaria, a Comissão Organizadora da I Conferência Municipal de Cultura assegurando a participação de representantes dos diversos segmentos artísticos e culturais do Município, conforme estabelecido no Regulamento das Conferências Estadual e Nacional de Cultura.

Art. 4º - O Regulamento da I Conferência Intermunicipal de Cultura disporá sobre sua organização e funcionamento, inclusive sobre o processo democrático de escolha dos delegados que irão representar os Municípios de Massaranduba e Corupá – SC na I Conferência Estadual de Cultura, a realizar-se em data a ser definida pela Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte de Santa Catarina, bem como a escolha dos membros que vão compor o Conselho Municipal de Cultura.

Art. 5º - As despesas com a realização da I Conferência Intermunicipal de Cultura correrão por conta dos recursos Orçamentários próprios da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo de Massaranduba e da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Corupá - SC.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 30 de Setembro de 2009.

MÁRIO FERNANDO REINKE

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito de Massaranduba

Prefeito de Corupá

Publicado no expediente da data supra.

DIVA SPÉZIA RANGHETTI

Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Turismo de Massaranduba

Decreto N° 1835/2009

DECRETO N° 1835 DE 02 DE OUTUBRO DE 2009.

FIXA NORMAS E ESTABELECE PREÇO PÚBLICO PARA USO E OU LOCAÇÃO DE ESPAÇOS NO CENTRO ESPORTIVO MUNICIPAL DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições, DECRETA:

Art.1º. O interessado na utilização e ou locação dos espaços do Centro Esportivo Municipal, mencionados neste Decreto deverá, por meio de procedimento administrativo específico, requerê-lo no prazo mínimo de 15 (quinze) dias antecedente à realização do evento.

§1º. O pedido a que se refere o presente artigo deve ser preenchido e protocolado no Departamento de Esportes anexo ao Centro Esportivo.

§2º. Quando houver dois ou mais pedidos para uso ou locação do mesmo espaço com coincidência de datas e horários, terá preferência o pedido primeiro protocolado.

Art. 2º. Deferido o pedido, o interessado deverá recolher a quantia devida aos cofres do Município, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias da data do evento, mediante Documento de Arrecadação Municipal (DAM) emitida pelo Setor de Tributação, que após devidamente quitada, deverá ser encaminhada ao Departamento de Esportes anexo ao Centro Esportivo, onde será assinado pelo Requerente, o termo de responsabilidade por eventual dano causado ao local cedido pelo Município.

Art. 3º. O Preço Público para a utilização e ou locação dos espaços no Centro Esportivo Municipal ficam estabelecidos de acordo com a seguinte tabela:

Imóvel	Modalidade	Evento	Período	Valor em UFM
Local - Pavilhão A				
Quadra Poliesportiva	mensalista avulso	Jogo	hora	0,40 0,50
Campo de Futebol Suíço	mensalista avulso	Jogo	hora	0,50 0,62
Placa de Publicidade – quadra interna			anuidade	6,00
Placa de Publicidade – paredes laterais			anuidade	4,50
Local – Pavilhão B				
Baile com duração até 5:00h. (com cobrança de estacionamento)	sem lucro	Baile	por dia	11,00
	clubes social	Baile	por dia	20,00
	com lucro	Baile	por dia	29,00
Baile com duração até 5:00h. (sem a cobrança de estacionamento)	sem lucro	Baile	por dia	9,00
	clubes social	Baile	por dia	18,00
	com lucro	Baile	por dia	27,00
Baile com duração até 7:00h. (com a cobrança de estacionamento)	sem lucro	Baile	por dia	16,00
	clubes social	Baile	por dia	25,00
	com lucro	Baile	por dia	35,00
Baile com duração até 7:00h. (sem a cobrança de estacionamento)	sem lucro	Baile	por dia	14,00
	clubes social	Baile	por dia	23,00
	com lucro	Baile	por dia	33,00
Local – Pavilhão C				
Baile com duração até 5:00h. (com a cobrança de estacionamento)	sem lucro	Baile	por dia	11,00
	clubes social	Baile	por dia	20,00
	com lucro	Baile	por dia	29,00
Baile com duração até 5:00h. (sem a cobrança de estacionamento)	sem lucro	Baile	por dia	9,00
	clubes social	Baile	por dia	18,00
	com lucro	Baile	por dia	27,00

Baile com duração até 7:00h. (com a cobrança de estacionamento)	sem lucro clube social com lucro	Baile Baile Baile	por dia por dia por dia	16,00 25,00 35,00
Baile com duração até 7:00h. (sem a cobrança de estacionamento)	sem lucro clube social com lucro	Baile Baile Baile	por dia por dia por dia	14,00 23,00 33,00

§1º. Os respectivos valores estabelecidos no caput do artigo são valorizados pela UFM (Unidade Fiscal Municipal).

§2º. Nos bailes públicos realizados na Dependência do Centro Esportivo, deverá ser respeitada a cobrança de estacionamento com valor máximo estipulado por este Decreto, que corresponde a 0,10 UFM.

Art. 4º. No caso de evento realizado com a finalidade de angariar fundos para a manutenção de programa de natureza social ou educativa, facultativamente o Prefeito Municipal poderá conceder isenção do pagamento do preço público estabelecido neste Decreto.

Art.5º. Na hipótese do artigo 4º, o responsável pelo evento deverá comprovar a destinação e a utilização da receita obtida, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de ser compelido ao pagamento do preço público correspondente.

Art.6º. Nos eventos realizados na dependência do Centro Esportivo, deverão ser observados rigorosamente as normas atinentes ao Estatuto da Criança e Adolescente, especialmente em relação à proibição de venda de bebidas alcoólicas a menores, devendo o organizador do evento zelar pelas normas de higiene, segurança e decência pública, além das Normas da Polícia Civil e do Corpo de Bombeiros.

Art.7º. Este Decreto entra em vigor a partir de 01 de Novembro de 2009, revogando-se integralmente as disposições contidas no Decreto nº 1824.

Massaranduba, em 02 de Outubro de 2009.

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

MAURICIO PRAWUTZKI

Secretario de Administração e Finanças

Meleiro

Prefeitura Municipal

Lei Nº 1382/2009

LEINº 1382/2009

DISPÕE SOBRE O TEMPO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO NAS AGÊNCIAS BANCÁRIAS ESTABELECIDAS NO MUNICÍPIO DE MELEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MELEIRO,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art.1ºAs agências bancárias, estabelecidas dentro do território do Município de Meleiro, ficam obrigadas a colocarem à disposição dos usuários pessoal suficiente no setor de caixa, a fim de que os serviços sejam prestados em tempo razoável, respeitada a dignidade e os direitos da pessoa humana.

§ 1º Nos termos do caput deste artigo, é considerado tempo razoável para atendimento:

I - até 20 (vinte) minutos em dias normais;

II - até 30 (trinta) minutos em véspera ou após feriados prolongados, nos dias de pagamentos dos funcionários públicos municipais, estaduais e federais, nos dias de recolhimento de tributos municipais, estaduais e federais.

§ 2º Os bancos ou suas entidades representativas informarão as datas mencionadas no inciso II, ao PROCON, órgão encarregado de fazer cumprir esta lei ou na falta deste, ao Poder Executivo Municipal, que designará servidor encarregado para fazer cumprir esta Lei.

Art.2º Para comprovação do tempo de espera pelo usuário, o mesmo receberá bilhete da senha de atendimento, onde deverá constar impresso mecanicamente, o horário de recebimento da senha e manualmente o horário que se efetivar o atendimento ao cliente.

§ 1º Os estabelecimentos bancários não cobrarão qualquer importância pelo fornecimento obrigatório das senhas de atendimento.

§ 2º Deverá o estabelecimento bancário afixar em local visível, os tópicos principais desta Lei, como: número da Lei, tempo de permanência na fila e, órgão fiscalizador com o respectivo número telefônico para denúncias.

Art.3º O não cumprimento dos termos elencados no artigo 1º, caracterizará infração administrativa passível de multa.

Art.4º Os procedimentos administrativos de que trata esta Lei, serão aplicados quando da denúncia comprovada pelo usuário da agência bancária ou de entidade da sociedade civil legalmente constituída, ao PROCON MUNICIPAL ou na falta deste, ao Poder Executivo Municipal.

§ 1º Para a comprovação da denúncia, necessário se fará a apresentação do bilhete de senha com o registro dos horários de recebimento e atendimento.

§ 2º As instituições bancárias, nos casos em que for extrapolado o tempo de atendimento de que trata os incisos I e II do § 1º, do art. 1º desta Lei, deverão devolver ao consumidor o respectivo bilhete de senha.

Art.5º A fiscalização e aplicação das sanções administrativas, bem como a notificação, autuação e o recebimento das reclamações dos consumidores, ficará sob a responsabilidade do PROCON DE MELEIRO/SC, ou na falta deste do Poder Executivo Municipal.

Art.6º A regulamentação das disposições da presente Lei, em face de se tratar de relação de consumo, fica autorizada à Coordenação Executiva do PROCON DE MELEIRO, mediante Portaria, ou na falta deste, ao Poder Executivo Municipal, atendendo sempre o caso específico.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art.8º. Revogam-se as demais disposições em contrário.

Meleiro, 05 de outubro de 2009.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra.

Lei Nº 1383/2009

LEIN.º 1383/2009

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL N.º 1053/2004, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2004 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MELEIRO,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara

Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O caput do artigo 2º da Lei 1.053/2004 passa a ter a seguinte redação:

Art. 2º O Município contribuirá mensalmente com R\$ 500,00 (Quinhentos reais), que será pago em guia própria fornecida pela FECAM ou débito em conta autorizado pelo prefeito municipal.

Art. 2º As demais disposições vigoram sem alterações.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Meleiro, 05 de outubro de 2009.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra.

Lei Nº 1384/2009

LEI N.º 1384/2009

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO, COM INTERVENIÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL E O MUNICÍPIO DE MELEIRO – SC, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MELEIRO, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º.Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, com interveniência da Polícia Civil, estabelecido na Avenida Mauro Ramos nº. 1264, Florianópolis-SC.

Parágrafo único.O convênio tem como objetivo celebrar parceria entre a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão e o Município de Meleiro (SC), para cessão de servidores municipais, no sentido de melhorar o atendimento dos serviços à comunidade, na Delegacia de Polícia local.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão à conta da dotação orçamentária 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas .

Art. 3º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a colocar à disposição da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, servidores públicos municipais, pertencentes ao quadro efetivo de pessoal da Prefeitura municipal de Meleiro.

Parágrafo único. Os servidores de que trata o caput, deste artigo, ficarão à disposição Da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, por tempo indeterminado e terão seus vencimentos pagos pelo Município de Meleiro.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Meleiro, 05 de outubro de 2009.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra.

Lei Nº 1385/2009

LEI N.º 1385/2009

DEFINE NOS TERMOS DO §3º DO ARTIGO 100 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E ARTIGO 87 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS E TRANSITÓRIAS – ADCT, OBRIGAÇÕES DE PEQUENO VALOR PARA O MUNICÍPIO DE MELEIRO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MELEIRO,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1ºAs demandas judiciais que resultarem em condenação do Município de Meleiro, cujos valores de execução não forem superiores a 10 (dez) salários mínimos por autor, são consideradas de pequeno valor e poderão, por opção de cada um dos exequentes, ser quitadas no prazo de até 60 (sessenta) dias após intimação da ordenação de pagamento pela autoridade judiciária competente.

§ 1º É vedado o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, de modo que o pagamento se faça em parte, na forma estabelecida no caput e, em parte, mediante expedição do precatório.

§ 2º O disposto neste artigo não obsta a interposição de embargos à execução por parte do Município de Meleiro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 05 de outubro de 2009.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra.

Portaria Nº 246/2009

PORTARIA N.º 246/2009

TRATA DA PRORROGAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DE MÉDICO POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e Lei n.º 910/2002,, Lei nº 014/2005,resolve:

PRORROGAR

Art. 1.º A Portaria nº108/2009 do SenhorROBERTO HIDEO OMO-MO, ocupante do cargo de Médico, com carga horária de 20 (vinte) horas semanaisaté30 (trinta) de novembro de 2009 junto á Secretaria de Saúde.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com seus efeitos á partir 03/10/2009.

Art. 3.º Revoga-se as disposições em contrário.

Meleiro, 06 de outubro de 2009.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra.

Paulo Lopes

Prefeitura Municipal

Lei Nº1351

LEI Nº 1351 DE 06 DE OUTUBRO DE 2009

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Povo de Paulo Lopes, por seus representantes aprovou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O Orçamento do Município de Paulo Lopes, para o exercício de 2010, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I – As metas fiscais;

II – As prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2010/2013;

III – A estrutura dos orçamentos;

IV – As diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V – As disposições sobre dívida pública municipal;

VI – As disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VII – As disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VIII – As disposições gerais.

I – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2010, 2011 e 2012, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas no Demonstrativo I desta lei, e que contera ainda:

I- Demonstrativo II – Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício 2008;

II- Demonstrativo III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as fixadas nos três exercícios Anteriores;

III- Memória de Cálculo das Metas Fiscais da Receita;

IV- Memória de Cálculo das Metas Fiscais das Despesas;

V- Memória de Cálculo das metas Fiscais de Resultado Primário;

VI- Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Nominal;

VII- Memória de Cálculo das Metas fiscais do Montante da Dívida;

VIII- Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido

IX- Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

X- Demonstrativo VI – Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;

XI- Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

XII- Demonstrativo VIII – Margem de Expansão das Despesa Obrigatórias de Caráter Continuado;

XIII- Demonstrativo IX – Prioridades e Metas;

XIV- Demonstrativo X – Demonstrativo dos Riscos fiscais;

XV- Demonstrativo XI – Demonstrativo da Priorização de Recursos para Obras em Andamento e conservação do Patrimônio Público.

II – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2010

Art. 3º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2010, são aquelas definidas e apresentadas nos Demonstrativos de que trata o artigo 2º desta lei.

Art. 4º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2010, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas

estabelecidas nesta lei e identificadas no Demonstrativo IX, a fim de compatibilizar a despesa orçada á receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

III – DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II – Ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III – Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV – Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V – Operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI – Unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII – Receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII – Execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX – Execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X – Execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Legislação Federal vigente.

§ 2º - A categoria de programação de trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º - O orçamento para o exercício financeiro de 2010 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo suas Autarquias e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 7º - A Lei Orçamentária para 2010 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I – Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);

II – Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);
 III – Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IV – Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

V – Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VI – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VIII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IX – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

X – Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica e indicação das fontes de financiamento, denominado QDD;

XI – Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XII – Demonstrativo da estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF; (Art. 5º, II da LRF)

XIII – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. Art. 5º, II da LRF)

XIV – Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;

XV – Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; (Art. 165, § 5º da CF)

XVI – Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (Art. 5º, I da LRF)

XVII – Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2009. (Art. 5º, III)

XVIII – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público. (Art. 44 da LRF)

XIX – Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previstos para o exercício de 2009. (Art. 4º, § 1º e 9º da LRF)

§ 1º - O Orçamento dos Fundos que acompanham o Orçamento Geral do Município, evidenciará suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste Artigo.

§ 2º - Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

§ 3º - O Quadro Demonstrativo da Despesa – QDD, de que trata o item X deste artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2000, admitido o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, definido por esta lei como categoria de programação.

Art. 8º - A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, Parágrafo Único, I da Lei 4.320/64, conterá:

I – Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total; (Princípio da Transparência. Art.

48 da LRF)

II – Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF)

Art. 9º - A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "00" - Ordinários do orçamento fiscal e corresponderá a pelo menos 0,001% da Receita Corrente Líquida prevista.

Art. 10 - A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde, se for o caso, será constituída recursos da destinação "00" - Ordinários.

IV – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 11 - Os Orçamentos para o exercício de 2010 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias e seus Fundos. (ART. 1º, § 1º, 4º, I, "a", 50, I e 48 da LRF).

Art. 12 - Os Fundos Municipais, com exceção do Fundo Municipal de Saúde, terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no Art. 6º, X desta lei (QDD).

§ 1º - Os Fundos Municipais, com exceção do Fundo Municipal de Saúde, serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados a servidor municipal.

§ 2º - A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais, com exceção do Fundo Municipal de Saúde, deverão ser demonstradas também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo Prefeito a servidor Municipal.

Art. 13 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2010 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios. (Art. 12 da LRF)

Parágrafo Único. Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo. (Art. 12, § 3º da LRF)

Art. 14 - Se a receita estimada para 2010, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 15 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo: (ART. 9º da LRF)

I – Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II – Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
III – Dotação para combustíveis destinada a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e
IV – Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 16 - A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Demonstrativo VIII observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 4º, § 2º da LRF)

Art. 17 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Demonstrativo X desta Lei. (ART. 4º, § 3º da LRF)

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2009.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 18 - Os orçamentos para o exercício de 2010 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, não inferiores a 0,001% das Receitas Correntes Líquidas previstas para o mesmo exercício. (ART. 5º, III da LRF)

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais no Demonstrativo X. (Art. 5º, III, "b" da LRF)

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2010, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 19 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 20 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (ART. 8º, 9º e 13 da LRF)

Art. 21 - Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2010 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (ART. 8º, § único e 50, I da LRF)

§ 1º - A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (Art. 8º, § único e 50, I da LRF)

Art. 22 - A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2010, constantes do Demonstrativo VII desta lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita. (ART. 4º, § 2º, V e ART. 14, I da LRF)

Art. 23 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal. (ART. 4º, I, "f" e 26 da LRF)

Parágrafo Único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 90 (noventa) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade. (Art. 70, Parágrafo único da CF)

Art. 24 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade ou em arquivo próprio.

Parágrafo Único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2010, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado. (ART. 16, § 3º da LRF)

Art. 25 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (ART. 45 da LRF)

Parágrafo Único. As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público estão demonstrados no Demonstrativo XI desta lei. (Art. 45, parágrafo único da LRF)

Art. 26 - Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária. (ART. 62 da LRF)

Art. 27 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2010 a preços correntes.

Art. 28 - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo Único. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal. (Art. 167, VI da CF)

Art. 29 - Durante a execução orçamentária de 2010, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2010 e constantes desta lei. (Art. 167, I da CF)

Art. 30 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m2 das construções, do m2 das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros. (Art. 4º, I, "e" da LRF)

Parágrafo Único. Os gastos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício. (Art. 4º, I, "e" da LRF)

Art. 31 - Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual e contemplados na Lei Orçamentária para 2010, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. (Art. 4º, I, "e" e 9º, § 4º da LRF)

Art. 32 - Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 33 - A Lei Orçamentária de 2010 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 120% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000. (Artigos 30, 31 e 32 da LRF)

Art. 34 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica. (Art. 32, I da LRF)

Art. 35 - Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 31 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 14 desta lei. (Art. 31, § 1º, II da LRF)

VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 36 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2010, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 169, parágrafo 1º, II da CF)

Parágrafo Único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2010 ou em créditos adicionais.

Art. 37 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 22, § único, V da LRF)

Art. 38 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 19 e 20 da LRF)

- I – Eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II – Eliminação das despesas com horas extras.
- III – Exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV – Demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 39 - Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Paulo Lopes, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 40 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes. (ART. 14 da LRF)

Art. 41 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 14, § 3º da LRF)

Art. 42 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Art. 14, § 2º da LRF)

VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 43 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2009.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º - Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2010, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 44 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 45 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 46 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 47 - O Executivo Municipal está autorizado a firmar acordos e ajustes judiciais e extrajudiciais.

Art. 48 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2010.

Paulo Lopes, 06 de outubro de 2009.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios no dia 07 de outubro de 2009

DEMONSTRATIVO I – METAS ANUAIS

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2010

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2010			2011			2012		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total	12.258.400,00	11.786.923,08	0,0132	12.993.904,00	12.013.594,67	0,0139	13.773.538,24	12.245.322,05	0,0148
Receitas Primárias (I)	11.558.400,00	11.113.846,15	0,0124	12.993.904,00	12.013.594,67	0,0139	13.773.538,24	12.245.322,05	0,0148
Despesa Total	12.258.400,00	11.786.923,08	0,0132	12.993.904,00	12.013.594,67	0,0139	13.773.538,24	12.245.322,05	0,0148
Despesas Primárias (II)	12.098.400,00	11.633.076,92	0,0130	12.824.304,00	11.856.789,94	0,0138	13.593.762,24	12.085.492,75	0,0146
Resultado Primário (III) = (I – II)	-540.000,00	-519.230,77	-0,0006	169.600,00	156.804,73	0,0002	179.776,00	159.829,30	0,0002
Resultado Nominal	693.000,00	666.346,15	0,0007	-69.200,00	-63.979,29	-0,0001	-76.120,00	-67.674,25	-0,0001
Dívida Pública Consolidada	1.080.400,00	1.038.846,15	0,0012	957.680,00	885.428,99	0,0010	817.336,00	726.650,07	0,0009
Dívida Consolidada Líquida	1.080.400,00	1.038.846,15	0,0012	957.680,00	885.428,99	0,0010	817.336,00	726.650,07	0,0009

FONTE:

NOTA :

1) NA = Não se aplica

2) Valor Corrente = Valor projetado com o índice de inflação acumulada de cada exercício.

3) Valor Constante = Valor deflacionado para evidênciação a preço de 2009, ano da elaboração da LDO.

4) O cálculo das metas fiscais acima descritas foi realizado considerando as seguintes premissas:

a) Comportamento histórico da arrecadação em cada uma das principais contas de receita;

b) Medidas adotadas de combate à evasão e a sonegação fiscal;

c) Inflação de 4% ao ano;

d) Crescimento de 2% do PIB

5) Metodologia de cálculo dos valores a preços constantes (sem inflação):

a) Ano de referência 2010 = Valor Corrente / 1.04 {1.04 = 1 + (4 / 100)}

b) Ano de referência 2011 = Valor Corrente / 1.0816 {1.0816 = 1 + (4 / 100) x 1 + (4 / 100)}

c) Ano de referência 2012 = Valor Corrente / 1.1248 {1.1248 = 1 + (4 / 100) x 1 + (4 / 100) x 1 + (4 / 100)}

5) PIB de SC 2006 = R\$ 93.173.498.000,00

DEMONSTRATIVO II – AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

2010

AMF - Demonstrativo II (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	<Ano-2> 2008 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2008 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	9.415.400,00	0,0101	9.906.042,34	0,0106	490.642,34	5,2111
Receitas Primárias (I)	9.395.400,00	0,0101	9.814.030,85	0,0105	418.630,85	4,4557
Despesa Total	9.415.400,00	0,0101	9.713.993,15	0,0104	298.593,15	3,1713
Despesas Primárias (II)	9.299.400,00	0,0100	9.596.294,19	0,0103	296.894,19	3,1926
Resultado Primário (III) = (I–II)	96.000,00	0,0001	217.736,66	0,0002	121.736,66	126,8090
Resultado Nominal	2.000,00	0,0000	-29.901,92	0,0000	-31.901,92	-1.595,0960
Dívida Pública Consolidada	205.000,00	0,0002	159.839,92	0,0002	-45.160,08	-22,0293
Dívida Consolidada Líquida	205.000,00	0,0002	-169.402,02	-0,0002	-374.402,02	-182,6351

FONTE:

NOTA :

1) PIB de SC 2006 = R\$ 93.173.498.000,00

DEMONSTRATIVO III – METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2010

AMF – Demonstrativo III (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

1.000,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2007	2008	%	2009	%	2010	%	2011	%	2012	%
Receita Total	7.870,00	9.415,00	19,63	10.017,00	6,39	12.258,00	22,37	12.993,00	6,00	13.773,00	6,00
Receitas Primárias (I)	7.870,00	9.395,00	19,38	9.967,00	6,09	11.558,00	15,96	12.993,00	12,42	13.773,00	6,00
Despesa Total	7.870,00	9.415,00	19,63	1.017,00	-89,20	12.258,00	1.105,31	12.993,00	6,00	13.773,00	6,00
Despesas Primárias (II)	7.733,00	9.299,00	20,25	9.896,00	6,42	12.098,00	22,25	12.824,00	6,00	13.593,00	6,00
Resultado Primário (III) = (I - II)	137,00	96,00	-29,93	71,00	-26,04	-540,00	-860,56	169,00	-131,30	179,00	5,92
Resultado Nominal	-6,00	2,00	-133,33	119,00	5.850,00	693,00	482,35	-69,00	-109,96	-76,00	10,14
Dívida Pública Consolidada	340,00	205,00	-39,71	134,00	-34,63	1.080,00	705,97	957,00	-11,39	817,00	-14,63
Dívida Consolidada Líquida	340,00	205,00	-39,71	28,00	-86,34	1.080,00	3.757,14	957,00	-11,39	817,00	-14,63

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2007	2008	%	2009	%	2010	%	2011	%	2012	%
Receita Total	8.512,19	9.791,60	15,03	10.017,00	2,30	11.786,54	17,67	12.012,76	1,92	12.244,84	1,93
Receitas Primárias (I)	8.512,19	9.770,80	14,79	9.967,00	2,01	11.113,46	11,50	12.012,76	8,09	12.244,84	1,93
Despesa Total	8.512,19	9.791,60	15,03	1.017,00	-89,61	11.786,54	1.058,95	12.012,76	1,92	12.244,84	1,93
Despesas Primárias (II)	8.364,01	9.670,96	15,63	9.896,00	2,33	11.632,69	17,55	11.856,51	1,92	12.084,82	1,93
Resultado Primário (III) = (I - II)	148,18	99,84	-32,62	71,00	-28,89	-519,23	-831,31	156,25	-130,09	159,14	1,85
Resultado Nominal	-6,49	2,08	-132,05	119,00	5.621,15	666,35	459,95	-63,79	-109,57	-67,57	5,91
Dívida Pública Consolidada	367,74	213,20	-42,02	134,00	-37,15	1.038,46	674,97	884,80	-14,80	726,35	-17,91
Dívida Consolidada Líquida	367,74	213,20	-42,02	28,00	-86,87	1.038,46	3.608,79	884,80	-14,80	726,35	-17,91

FONTE:

Metodologia de Cálculo dos Valores a Preços Constantes

ÍNDICES DE INFLAÇÃO					
2007	2008	2009	2010	2011	2012
4	4	4	4	4	4

2007 = Valor Corrente X 1,0816 (1,0816 = 1,04 X 1,04)

2008 = Valor Corrente X 1,04

2009 = Valor Corrente X 1,00

2010 = Valor Corrente / 1,04

2011 = Valor Corrente / 1,0816 (1,0816 = 1,04 X 1,04)

2012 = Valor Corrente / 1,1248 (1,1248 = 1,04 X 1,04 X 1,04)

DEMONSTRATIVO DA MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS FISCAIS DE RECEITA – Art. 4º, § 2º, inciso II da LRF

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

Lei de Diretrizes Orçamentária para 2010

R\$ 1,00

Código	DR	Especificação	Previsão
		UNIDADE GESTORA PREFEITURA	11.295.400,00
1000.00.00		RECEITAS CORRENTES	9.380.400,00
1100.00.00		Receita Tributária	1.160.000,00
1110.00.00		Impostos	960.000,00
1112.00.00		Imposto sobre o Patrimônio e a Renda	164.000,00
1112.02.00	0.1.00.000000	Imposto Predial e Territorial Urbano	98.400,00
	0.1.01.000000	Imposto Predial e Territorial Urbano	41.000,00
	0.1.02.000000	Imposto Predial e Territorial Urbano	24.600,00
1112.04.00		Imposto s/a Renda e Proventos Qualquer Natureza	118.000,00
		IRRF sobre os Rendimentos do Trabalho	118.000,00
1112.04.31	0.1.00.000000	IRRF sobre os Rendimentos do Trabalho	70.800,00
	0.1.01.000000	IRRF sobre os Rendimentos do Trabalho	29.500,00
	0.1.02.000000	IRRF sobre os Rendimentos do Trabalho	17.700,00

Código	DR	Especificação	Previsão
		Imp.s/Transm.Iner Vivos de Bens Imóv. e de Direitos Reais s/Imóv.	22.000,00
1112.08.00	0.1.00.000000	Imp.s/Transm.Iner Vivos de Bens Imóv. e de Direitos Reais s/Imóv.	13.200,00
	0.1.01.000000	Imp.s/Transm.Iner Vivos de Bens Imóv. e de Direitos Reais s/Imóv.	5.500,00
	0.1.02.000000	Imp.s/Transm.Iner Vivos de Bens Imóv. e de Direitos Reais s/Imóv.	3.300,00
1113.00.00		Imposto sobre a Produção e Circulação	656.000,00
1113.05.00	0.1.00.000000	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	393.600,00
	0.1.01.000000	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	164.000,00
	0.1.02.000000	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	98.400,00
1120.00.00		Taxas	200.000,00
1121.00.00		Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	155.000,00
1121.17.00	0.1.00.000000	Taxas de Fiscalização Sanitária	20.000,00
1121.25.00	0.1.00.000000	Tx.Lic. P/Functo. Estab. Com., Ind. e Prestadora de Serviços	134.000,00
1121.29.00	0.1.00.000000	Tx. de Licença para Execução de Obras	1.000,00

Código	DR	Especificação	Previsão
1122.00.00		Taxa pela Prestação de Serviços	45.000,00
1122.05.00	0.1.00.000000	Taxa de Expediente	2.000,00
1122.28.00	0.1.00.000000	Taxa de Cemitérios	3.000,00
1122.90.00	0.1.00.000000	Taxa de Limpeza Pública	40.000,00
1200.00.00		Receita de Contribuições	295.000,00
1220.00.00		Contribuições Econômicas	295.000,00
1220.29.00	0.1.17.000000	Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública	295.000,00
1600.00.00		Receita de Serviços	55.000,00
1600.41.00	0.1.00.000000	Serviços de Capt/Adução/Trat/Res e Dist de Agua	53.000,00
1600.45.00	0.1.00.000000	Serviços Preparação Terra Propriedades Particulares	2.000,00
1700.00.00		Transferências Correntes	8.741.000,00
1720.00.00		Transferências Intergovernamentais	8.725.000,00
1721.00.00		Transferências da União	4.737.000,00
1721.01.00		Participação na Receita da União	4.303.000,00
		Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	4.300.000,00
1721.01.02	0.1.00.000000	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	2.580.000,00
1721.01.02	0.1.01.000000	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	1.075.000,00
1721.01.02	0.1.02.000000	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	645.000,00
		Cota-Parte do Imposto s/a Propriedade Territorial Rural	3.000,00
1721.01.05	0.1.00.000000	Cota-Parte do Imposto s/a Propriedade Territorial Rural	1.800,00
1721.01.05	0.1.01.000000	Cota-Parte do Imposto s/a Propriedade Territorial Rural	750,00
1721.01.05	0.1.02.000000	Cota-Parte do Imposto s/a Propriedade Territorial Rural	450,00
1721.09.00		Outras Transferencia da União	0,00
1721.22.00		Transferência da Compensação Financeira	82.000,00
1721.22.20	0.1.00.000000	Cota-Parte da Com. Finac. de Extração Mineral - CFEM	22.000,00
1721.22.70	0.1.00.000000	Cota-Parte Royalties - Compensação Financeira p/ Prod. Petróleo	60.000,00
172134.00		Transf. de Recursos doFNAS - FMAS	87.000,00
1721.34.01	0.1.29.000003	Transf. FNAS-API/BIDO/PBT	6.000,00
1721.34.02	0.1.29.000004	Transf. FNAS-PAC/BINF/PBT	18.000,00
1721.34.03	0.1.29.000005	Transf. FNAS-PPD/EADEPTMC	4.000,00
1721.34.04	0.1.29.000006	Transf. FNAS - PETI	50.000,00
1721.34.05	0.1.29.000056	Transf. BOLSA FAMÍLIA	9.000,00

Código	DR	Especificação	Previsão
1721.35.00		Transf. de Recursos do Fundo Nacional do Desenv. da Educação	212.000,00
1721.35.01	0.1.15.000049	Transferências do Salário Educação	142.000,00
1721.35.02	0.1.15.000050	Transf. Diretas do FNDE referentes ao PDDE	10.000,00
1721.35.03	0.1.15.000051	Transf. Diretas do FNDE referentes ao PNAE/PNAC	38.000,00
1721.35.04	0.1.15.000052	Transf. Diretas do FNDE referentes ao PNATE	22.000,00
		Transf. Financ. Do ICMS - Desoneração - L.C. nº 87/96	20.000,00
1721.36.00	0.1.00.000000	Transf. Financ. Do ICMS - Desoneração - L.C. nº 87/96	12.000,00
1721.36.00	0.1.01.000000	Transf. Financ. Do ICMS - Desoneração - L.C. nº 87/96	5.000,00
1721.36.00	0.1.02.000000	Transf. Financ. Do ICMS - Desoneração - L.C. nº 87/96	3.000,00
1721.99.00	0.1.00.000000	Outras Transferências da União	33.000,00
1722.00.00		Transferências dos Estados	2.508.000,00
1722.01.00		Participação na Receita dos Estados	2.394.000,00
		Cota-Parte do ICMS	1.950.000,00
1722.01.01	0.1.00.000000	Cota-Parte do ICMS	1.170.000,00
1722.01.01	0.1.01.000000	Cota-Parte do ICMS	487.500,00
1722.01.01	0.1.02.000000	Cota-Parte do ICMS	292.500,00
		Cota-Parte do IPVA	390.000,00
1722.01.02	0.1.00.000000	Cota-Parte do IPVA	234.000,00
1722.01.02	0.1.01.000000	Cota-Parte do IPVA	97.500,00
1722.01.02	0.1.02.000000	Cota-Parte do IPVA	58.500,00
		Cota-Parte do IPI sobre Exportação	40.000,00
1722.01.04	0.1.00.000000	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	24.000,00
1722.01.04	0.1.01.000000	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	10.000,00
1722.01.04	0.1.02.000000	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	6.000,00
1722.01.13	0.1.16.000000	Cota-Parte da CIDE	14.000,00
1722.99.00		Outras Transferencia dos Estados	114.000,00
1722.99.01.	0.1.22.001001	Transf. Transp. Escolar Estadual	114.000,00
1724.00.00		Transferências Multigovernamentais	1.480.000,00
1724.01.00		Transferências de Recursos do FUNDEB	1.480.000,00
1724.01.01	0.1.18.000000	Transferências de Recursos do FUNDEB - 60%	888.000,00
1724.01.02	0.1.19.000000	Transferências de Recursos do FUNDEB - 40%	592.000,00

Código	DR	Especificação	Previsão
1730.00.00		Transferência de Instituições Privadas	12.000,00
1730.01.00	0.1.99.001003	Transf. de Instituições Privadas	12.000,00
1750.00.00		Transferências de Pessoas	4.000,00
1750.01.00	0.1.99.001002	Transf. de Pessoas	4.000,00
1900.00.00		Outras Receitas Correntes	470.000,00
1910.00.00		Multas e Juros de Mora	18.000,00
1911.00.00		Multas e Juros de Mora dos Tributos	3.000,00
		Multas e Juros de Mora sobre o IPTU	1.000,00
1911.38.00	0.1.00.000000	Multas e Juros de Mora sobre o IPTU	600,00
1911.38.00	0.1.01.000000	Multas e Juros de Mora sobre o IPTU	250,00
1911.38.00	0.1.02.000000	Multas e Juros de Mora sobre o IPTU	150,00
		Multas e Juros de Mora sobre o ISS	1.000,00
1911.40.00	0.1.00.000000	Multas e Juros de Mora sobre o ISS	600,00
1911.40.00	0.1.01.000000	Multas e Juros de Mora sobre o ISS	250,00
1911.40.00	0.1.02.000000	Multas e Juros de Mora sobre o ISS	150,00
1911.99.00	0.1.00.000000	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	1.000,00
1913.00.00		Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	15.000,00
		Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa sobre o IPTU	10.000,00
1913.11.00	0.1.00.000000	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa sobre o IPTU	6.000,00
1913.11.00	0.1.01.000000	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa sobre o IPTU	2.500,00
1913.11.00	0.1.02.000000	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa sobre o IPTU	1.500,00
		Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa sobre o ISS	2.000,00
1913.13.00	0.1.00.000000	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa sobre o ISS	1.200,00
1913.13.00	0.1.01.000000	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa sobre o ISS	500,00
1913.13.00	0.1.02.000000	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa sobre o ISS	300,00
1913.99.00	0.1.00.000000	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outros Tributos	3.000,00
1919.00.00		Multas de Outras Origens	14.000,00

Código	DR	Especificação	Previsão
1919.15.00	0.1.24.000019	Multas por Infração da Legislação de Trânsito	14.000,00
1920.00.00		Indenizações e Restituições	3.000,00
1921.00.00		Indenizações	0,00
1921.99.00	0.1.00.000000	Outras Indenizações	0,00
1922.99.00	0.1.00.000000	Outras Restituições	3.000,00
1930.00.00		Receita da Dívida Ativa	71.000,00
1931.00.00		Receita da Dívida Ativa Tributária	71.000,00
		Receita de Dívida Ativa sobre o IPTU	50.000,00
1931.11.00	0.1.00.000000	Receita de Dívida Ativa sobre o IPTU	30.000,00
1931.11.00	0.1.01.000000	Receita de Dívida Ativa sobre o IPTU	12.500,00
1931.11.00	0.1.02.000000	Receita de Dívida Ativa sobre o IPTU	7.500,00
		Receita de Dívida Ativa sobre o ISS	8.000,00
1931.13.00	0.1.00.000000	Receita de Dívida Ativa sobre o ISS	4.800,00
1931.13.00	0.1.01.000000	Receita de Dívida Ativa sobre o ISS	2.000,00
1931.13.00	0.1.02.000000	Receita de Dívida Ativa sobre o ISS	1.200,00
1931.99.00	0.1.00.000000	Receita de Dívida Ativa de Outros Tributos	13.000,00
1990.00.00		Receitas Diversas	364.000,00
1990.99.00	0.1.00.000000	Outras Receitas	364.000,00
2000.00.00		RECEITAS DE CAPITAL	1.915.000,00
2100.00.00		Operações de Crédito	700.000,00
2110.00.00		Operações de Crédito Internas	0,00
2114.00.00	0.1.90.000024	Op. de Créd. Contr. Int. Relativas a Programas de Governo	700.000,00
2200.00.00		Alienação de Bens	0,00
2210.00.00		Alienação de Bens Móveis	0,00
2217.00.00		Alienação de Bens Móveis Adquiridos com Recursos Não Vinculados	0,00
2217.01.00	0.1.92.000029	Alienação de Bens Móveis Adquiridos com Recursos Não Vinculados	0,00
2400.00.00		Transferências de Capital	1.215.000,00
2470.00.00		Transferências de Convênio	1.215.000,00
2471.00.00		Transferência de Convênios da União e suas Entidades	1.095.000,00
2471.08.00	0.1.22.001103	Convênio Ministério da Educação	195.000,00
2471.10.00	0.1.24.001108	Convênio Ministério do Planejamento - PAC	330.000,00

Código	DR	Especificação	Previsão
2471.13.00	0.1.24.001102	Convênio Ministério das Cidades	170.000,00
2471.14.00	0.1.24.001112	Convênio Pronat - UFSC	220.000,00
2471.15.00	0.1.24.001113	Convênio Ministério da Cultura	180.000,00
2472.00.00		Transf. de Conv. dos Estados e do DF e suas Entidades	120.000,00
2472.06.00	0.1.24.001111	Convênio STO	40.000,00
2472.07.00	0.1.24.001114	Convênio SOL	80.000,00
2472.08.00			
9000.00.00		DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-1.340.600,00
9721.01.00		Dedução Receita p/ Formação FUNDEB - Transf. União	-864.600,00
9721.01.02.02	0.1.01.000000	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - FPM	-860.000,00
9721.01.05.02	0.1.01.000000	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-600,00
9721.36.02.00	0.1.01.000000	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ICMS Desoner.	-4.000,00
9722.01.00		Dedução Receita p/ Formação FUNDEB - Transf. Estados	-476.000,00
9722.01.01.02	0.1.01.000000	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ICMS	-390.000,00
9722.01.02.02	0.1.01.000000	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - IPVA	-78.000,00
9722.01.04.02	0.1.01.000000	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - IPI Exp.	-8.000,00
		SOMA	11.295.400,00
		UNIDADE GESTORA - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
1000.00.00		RECEITAS CORRENTES	803.000,00
1700.00.00		Transferências Correntes	803.000,00
1721.33.00		Transf. De Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	728.000,00
1721.33.01	0.2.14.001005	Transferência PAB	130.000,00
1721.33.02	0.2.14.001006	Transferência PSF	245.000,00
1721.33.03	0.2.14.001006	Transferência Saude Bucal	72.000,00
1721.33.04	0.2.14.001006	Transferência PACS	120.000,00
1721.33.05	0.2.14.001007	Transferência MAC	12.000,00
1721.33.06	0.2.14.001007	Transferência Compensação das Especif. regionais	95.000,00

Código	DR	Especificação	Previsão
1721.33.08	0.2.14.001009	Transferência Vig. Sanitária	10.000,00
1721.33.09	0.2.14.001008	Transferência Vig. Epidemiológica	14.000,00
1721.33.10	0.2.14.001010	Transferência Farmácia Basica	30.000,00
1722.99.00		Outras Transferências dos Estados	75.000,00
1722.99.00.01	0.2.14.001006	Transferência PSF - Incentivo Estadual	60.000,00
1722.99.00.02	0.2.14.001010	Transferência Estado - Farmácia Basica	15.000,00
20.000.000		RECEITAS DE CAPITAL	160.000,00
2400.00.00		Transferência de Capital	160.000,00
2471.00.00		Transferência de Convênios da União e suas Entidades	100.000,00
24.71.06.00	0.2.23.001101	Convenio Ministério da Saúde	100.000,00
2472.00.00		Transferência de Convênios dos Estados e suas Entidades	60.000,00
2472.06.00	0.2.23.001115	Convenio SDR - Saúde	60.000,00
		SOMA	963.000,00
		TRANSFERENCIA FINANCEIRA RECEBIDA 0.1.00	0,00
		TRANSFERENCIA FINANCEIRA RECEBIDA 0.1.02	0,00
		TOTAL	963.000,00
		TOTAL GERAL DA RECEITA CONSOLIDADA	963.000,00
		RECEITA DO MUNICIPIO DE PAULO LOPES CONSOLIDADA	12.258.400,00

Espec.	Fontes de Recursos (Prefeitura) :	Valor
0.1.00.000000	- Recursos Ordinários	5.395.000,00
0.1.01.000000	- 25 % Educação	593.150,00
0.1.02.000000	- 15 % Saúde	1.160.250,00
0.1.17.000000	- COSIP	295.000,00
0.1.29.000003	- Transferências FNAS - API	6.000,00
0.1.29.000004	- Transferências FNAS - PAC	18.000,00
0.1.29.000005	- Transferências FNAS - PPD	4.000,00
0.1.29.000006	- Transferências FNAS - PETI	50.000,00
0.1.29.000056	- Transferências FNAS - Bolsa Família	9.000,00
0.1.15.000049	- Transferências do Salário Educação	142.000,00
0.1.15.000050	- Transf. Diretas do FNDE referentes ao PDDE	10.000,00
0.1.15.000051	- Transf. Diretas do FNDE referentes ao PNAE	38.000,00
0.1.15.000052	- Transf. Diretas do FNDE referentes ao PNATE	22.000,00

0.1.16.000000	- Cota-Parte da CIDE	14.000,00
0.1.22.001001	- Transf. Transp. Escolar Estadual	114.000,00
0.1.18.000000	- Transferências de Recursos do FUNDEB 60%	888.000,00
0.1.19.000000	- Transferências de Recursos do FUNDEB 40%	592.000,00
0.1.99.001003	- Transf. de Instituições Privadas	12.000,00
0.1.99.001002	- Transf. de Pessoas/Fia	4.000,00
0.1.24.000019	- Multas por Infração da Legislação de Trânsito	14.000,00
0.1.90.000024	- Op. de Créd. Contr. Int. Relativas a Programas de Governo	700.000,00
0.1.22.001103	- Convênio Ministério da Educação	195.000,00
0.1.24.001108	- Convênio Ministério do Planejamento - PAC	330.000,00
0.1.24.001102	- Convênio Ministério das Cidades	170.000,00
0.1.24.001111	- Convênio STO	40.000,00
0.1.24.001112	- Convênio Pronat / UFSC	220.000,00
0.1.24.001113	- Convênio Ministério da Cultura	180.000,00
0.1.24.001114	- Convênio SOL	80.000,00
	TOTAL	11.295.400,00

Espec.	Fontes de Recursos (Fundo de Saúde) :	Valor
0.2.14.001005	- Transf. SUS - PAB Fixo	130.000,00
0.2.14.001006	- Transf. SUS - PAB Variável	497.000,00
0.2.14.001007	- Transf. SUS - MAC	107.000,00
0.2.14.001008	- Transf. SUS - Vig. Epidemiológica	14.000,00
0.2.14.001009	- Transf. SUS - Vigilância Sanitária	10.000,00
0.2.14.001010	- Transf. SUS - Assistência Farmacêutica	45.000,00
0.2.23.001101	- Convênio Ministério da Saúde	100.000,00
0.2.23.001115	- Convênio SDR - Saúde	60.000,00
	TOTAL	963.000,00
	TOTAL GERAL	12.258.400,00

Memória e Metodologia de Cálculo das Principais Fontes de Receitas

01. O estudo para estimativa das receitas levou em consideração as variáveis capazes de afetar cada uma das fontes de recursos, como índice de inflação, crescimento econômico, crescimento populacional, alteração da legislação tributária, recadastramento imobiliário, intensificação da fiscalização, incentivos fiscais, aperfeiçoamento da máquina arrecadadora, etc.

02. Para projeção das receitas, levou-se em consideração uma previsão de inflação da ordem de 4% (quatro por cento), um crescimento econômico do país em torno de 2% (dois por cento), além da correção da planta de valores para arrecadação dos tributos e intensificação na fiscalização municipal.

03. Levamos em consideração, também, o efetivo censo escolar de 2009 para determinação dos valores de retorno do FUNDEB.

04. Previmos ainda, a realização de convênios com os Governos Federal e Estadual e a alienação de bens móveis inservíveis.

DEMONSTRATIVO DA MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS FISCAIS DE DESPESA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

Lei de Diretrizes Orçamentária para 2010

R\$ 1,00

Código	Programa	Código	R\$
	UNIDADE GESTORA PREFEITURA	DR	2010
0001	Processo Legislativo	0.1.00.000000	640.000,00
0009	Administração Geral	0.1.00.000000	1.120.000,00
		0.1.24.001019	14.000,00
		0.1.90.000024	700.000,00
0012	Administração Financeira	0.1.00.000000	340.000,00
0018	Acesso e Permanência da Criança na Escola	0.1.00.000000	176.000,00
		0.1.01.000000	593.150,00
		0.1.15.000049	142.000,00
		0.1.15.000050	10.000,00
		0.1.15.000051	38.000,00
		0.1.15.000052	22.000,00
		0.1.18.000000	888.000,00
		0.1.19.000000	592.000,00
		0.1.22.001001	114.000,00
		0.1.22.001103	70.000,00
		0.1.29.000005	4.000,00
0021	Esporte e Saúde	0.1.00.000000	125.000,00
		0.1.22.001103	125.000,00
0025	Saúde, um Direito de Todos	0.1.00.000000	580.000,00
		0.1.02.000000	1.160.250,00
		0.2.14.001005	130.000,00
		0.2.14.001006	497.000,00
		0.2.14.001007	107.000,00
		0.2.14.001008	14.000,00
		0.2.14.001009	10.000,00
		0.2.14.001010	45.000,00
		0.2.23.001101	100.000,00
		0.2.23.001115	60.000,00
0027	Crianças Adolescente Assistido	0.1.00.000000	65.000,00
		0.1.99.001002	4.000,00
		0.1.99.001003	12.000,00
0028	Assistência Social	0.1.00.000000	96.000,00
		0.1.29.000003	6.000,00
		0.1.29.000004	18.000,00
		0.1.29.000006	50.000,00
		0.1.29.000056	9.000,00
0031	Crescer com mais Qualidade e Proteção	0.1.00.000000	1.357.000,00
		0.1.16.000000	14.000,00

		0.1.17.000000	295.000,00
		0.1.24.001102	170.000,00
		0.1.24.001111	40.000,00
0034	Água Potável	0.1.00.000000	170.000,00
		0.1.24.001108	150.000,00
0040	Programa Social de Habitação e Família	0.1.00.000000	74.000,00
		0.1.24.001108	160.000,00
0048	Crescer com a Natureza – Crescer com Emprego e Renda	0.1.00.000000	255.000,00
		0.1.24.001108	20.000,00
		0.1.24.001112	220.000,00
0051	Cultura Viva Turismo com Meio Ambiente para Todos	0.1.00.000000	57.000,00
		0.1.24.001113	180.000,00
		0.1.24.001114	80.000,00
0000	Operações Especiais	0.1.00.000000	335.000,00
9999	Reserva de Contingência	0.1.00.000000	5.000,00
	TOTAL GERAL		12.258.400,00

Memória e Metodologia de Cálculo da Meta Fiscal de Despesa
O estudo para definição das prioridades e metas para 2010 levou em consideração os seguintes aspectos:

- Os objetivos e metas estabelecidos no Plano Plurianual;
- O volume de recursos previstos para 2010;
- Os custos de operação e manutenção dos serviços já criados;
- A geração de despesas oriundas da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental;
- O crescimento nominal dos gastos com ações continuadas nos últimos três exercícios;
- A inflação projetada para 2010, medida pela variação do INPC, estimada em 4,0%;
- O custo unitário das diversas obras priorizadas para 2010, conforme memorial descritivo, orçamento ou revistas especializadas.

DEMONSTRATIVO DA MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS FISCAIS DE RESULTADO PRIMÁRIO

METAS FISCAIS – RESULTADO PRIMÁRIO			
Especificação	2010	2011	2012
RECEITA TOTAL	12.258.400,00	12.993.904,00	13.773.538,24
(-) Rendimento de Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00
(-) Operações de Crédito	700.000,00	0,00	0,00
(-) Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização de Empréstimos			
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (I)	11.558.400,00	12.993.904,00	13.773.538,24

DESPESA TOTAL	12.258.400,00	12.993.904,00	13.773.538,24
(-) Juros e Encargos da Dívida	1.000,00	1.060,00	1.123,60
(-) Concessão de Empréstimos			
(-) Aquisição de Título de Capital Integr.			
(-) Amortização da Dívida	159.000,00	168.540,00	178.652,40
(+) Reserva de Contingência			
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (II)	12.098.400,00	12.824.304,00	13.593.762,24
RESULTADO PRIMÁRIO	-540.000,00	169.600,00	179.776,00

Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Nominal

Especificação	2009	2010	2011	2012
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	510.000,00	1.080.400,00	957.680,00	817.336,00
DEDUÇÕES (II)				
Ativo Disponível				
Haveres Financeiros				
(-) Restos a Pagar Processados				
DÍV. CONS. LÍQUIDA (III = I – II)	510.000,00	1.080.400,00	957.680,00	817.336,00
Receitas de Privatizações (IV)				
Passivos Reconhecidos (V)	503.000,00	380.400,00	326.880,00	262.656,00
DÍV. FISCAL LÍQUIDA (VI = III + IV - V)	7.000,00	700.000,00	630.800,00	554.680,00
RESULTADO NOMINAL (VI de X1 – VI de X0)		693.000,00	-69.200,00	-76.120,00

Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Montante da Dívida

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDOS		
	2010	2011	2012
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.080.400,00	957.680,00	817.336,00
Dívida Mobiliária			
Dívida Contratual	700.000,00	630.800,00	554.680,00
Precatórios posteriores a 05.05.2000			
Operações de crédito inferiores a 12 meses			
Parcelamento de dívidas			
De tributos			
De contribuições Sociais			
Previdenciárias	380.400,00	326.880,00	262.656,00
Demais contribuições Sociais			
Do FGTS			
Outras dívidas			
DEDUÇÕES (II)			
Ativo Disponível			
Haveres Financeiros			
(-) Restos a pagar processados			
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC			

Precatórios anteriores a 05.05.2000			
Insuficiência financeira			
Outras obrigações			
DÍV. CONSOLIDADA LÍQUIDA (I – II)	1.080.400,00	957.680,00	817.336,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	10.183.400,00	10.794.404,00	11.442.068,24
% DE COMPROMETIMENTO DA RCL	10,61	8,87	7,14

A meta fiscal montante da dívida para os exercícios de 2010, 2011 e 2012, foi calculada levando em consideração o limite de endividamento autorizado na LDO e/ou na Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, o estoque da dívida projetada para o final de 2009, os novos financiamentos, atualizações e as amortizações programadas até 2012.

DEMONSTRATIVO IV – EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2010

AMF - Demonstrativo IV (LRF, art.4º, §2º, R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2008	%	2007	%	2006	%
Patrimônio/Capital						
Reservas						
Resultado Acumulado	6.600.111,85	100,00	5.090.619,04	100,00	4.377.302,51	100,00
TOTAL	6.600.111,85	100,00	5.090.619,04	100,00	4.377.302,51	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2008	%	2007	%	2006	%
Patrimônio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas						
Acumulados						
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

DEMONSTRATIVO V – ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2010

AMF - Demonstrativo V (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

<u>RECEITAS REALIZADAS</u>	2008 (a)	2007 (b)	2006 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	77.000,00	18.000,00	10.000,00
Alienação de Bens Móveis	77.000,00	18.000,00	10.000,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00

<u>DESPESAS EXECUTADAS</u>	2008 (d)	2007 (e)	2006 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	53.084,00	18.000,00	10.000,00
DESPESAS DE CAPITAL			
Investimentos	53.084,00	18.000,00	10.000,00
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida			
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			
Regime Geral de Previdência Social			
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			

<u>SALDO FINANCEIRO</u>	2008 (g) = ((Ia – IId) + IIIf)	2007 (h) = ((Ib – IIe) + IIIi)	2006 (i) = (Ic – IIIf)
VALOR (III)	23.916,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota :

DEMONSTRATIVO VI – AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

**RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
2010**

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS	2006	2007	2008
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)			
RECEITAS CORRENTES			
Receita de Contribuições dos Segurados			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Outras Receitas de Contribuições			
Receita Patrimonial			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Outras Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)			
RECEITAS CORRENTES			
Receita de Contribuições			
Patronal			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Cobertura de Déficit Atuarial			
Regime de Débitos e Parcelamentos			
Receita Patrimonial			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL			
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	2006	2007	2008
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)			
ADMINISTRAÇÃO			
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
PREVIDÊNCIA			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Outras Despesas Previdenciárias			
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)			
ADMINISTRAÇÃO			
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III – VI)

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	2006	2007	2008
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS			
Plano Financeiro			
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras			
Recursos para Formação de Reserva			
Outros Aportes para o RPPS			
Plano Previdenciário			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial			
Outros Aportes para o RPPS			

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS

BENS E DIREITOS DO RPPS

FONTE:

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

**PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
2010**

AMF – Demonstrativo VI (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício anterior) + (c)

FONTE:

Nota: Projeção atuarial elaborada em <DATA DA AVALIAÇÃO>



DEMONSTRATIVO VII – ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2010

AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTOS	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2010	2011	2012	
IPTU		Isenção de IPTU para pessoas carentes	9.540,00	10.112,00	10.720,00	Dispensada, conforme artigo 14, I da LRF.
IPTU e Taxas		Isenção de Tributos para entidades sem fins lucrativos	2.500,00	2.650,00	2.800,00	Dispensada, conforme artigo 14, I da LRF.
IPTU, ISS e Taxas		Incentivo a implantação de Indústrias	20.300,00	21.518,00	22.800,00	Dispensada, conforme artigo 14, I da LRF.
IPTU, ISS e Taxas		Isenção de Juros, Multas e Correção Monetária da Dívida Ativa	33.820,00	35.850,00	38.000,00	Dispensada, conforme artigo 14, I da LRF.
TOTAL			66.160,00	70.130,00	74.320,00	-

FONTE:

DEMONSTRATIVO VIII – MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2010

AMF - Tabela 9 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2010
Aumento Permanente da Receita	735.400,00
(-) Transferências Constitucionais	
(-) Transferências ao FUNDEB	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	735.400,00
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III) = (I+II)	735.400,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	
Novas DOCC	
Novas DOCC geradas por PPP	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	735.400,00

FONTE:

APR de 2010 = RC de 2010 – RC de 2009
APR de 2010 = 10.183.400,00 - 9.448.000
APR de 2010 = 735.400,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

PRIORIDADES DE METAS PARA 2010

ANEXO DE PROGRAMAS, DIAGNÓSTICOS, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO.

PROGRAMA

0012- ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

DIAGNÓSTICO

Este programa será executado pela estrutura do setor de cadastro e tributação, setor de arrecadação e pagamentos e setor de registros contábeis. O espaço físico e o mobiliário são fatores que não contribuem para um bom ambiente de trabalho.

DIRETRIZES

Atualização dos cadastros imobiliário e econômico, lançamento e baixa de tributos, controle da dívida ativa, fiscalização tributária, de obras e posturas, arrecadação de tributos e outras receitas, pagamento a fornecedores, controle dos saldos de caixa e bancos, registro contábil dos atos e fatos da administração, controle da aplicação de recursos vinculados, emissão de relatórios gerenciais, apresentação de prestação de contas, etc.

OBJETIVOS

Arrecadar os tributos de competência do Município, controlar os limites de gastos para atender a legislação e cumprir o mandamento constitucional do controle interno.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
05 - Manutenção da Secretaria de Finanças.	Manutenção	Manutenção	01	340.000,00	0.1.00.000000
TOTAL				1.200.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

PRIORIDADES DE METAS PARA 2010

ANEXO DE PROGRAMAS, DIAGNÓSTICOS, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO.

PROGRAMA

0018 - PROGRAMA ACESSO E PERMANENCIA DA CRIANÇA NA ESCOLA

DIAGNÓSTICO

O município possui 8 escolas. No Ensino Fundamental, 605 alunos, 03 Diretoras, 01 Secretária de Escola, 40 professores e 10 merendeiras. Na Educação Infantil de 03 à 06 anos, 04 Unidades escolares, 186 alunos, 10 professores, 05 merendeiras.

O Transporte Escolar diário de 1650 alunos da Rede Estadual e Municipal é realizado por 05 ônibus e 03 H100.

Há necessidade da renovação da frota escolar com aquisição de 03 ônibus 0Km, capacitar professores e merendeiras e adequar a rede física de acordo com a demanda .

DIRETRIZES

Adequar a rede física de acordo com o crescimento da demanda, oportunizar a capacitação de professores e merendeiras, diversificação do cardápio da Merenda Escolar , adequação dos mecanismos utilizados no ensino para melhorar a qualidade e renovação da frota escolar .

OBJETIVOS

Garantir o acesso e permanência do aluno na escola e melhorar a qualidade do ensino, bem como adequar as estruturas das escolas para oferecer também a acessibilidade a todos..

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
06 - Aquisição de veículo escolar	Veículo	Unidade	01	60.000,00	0.1.01.000000
				90.000,00	0.1.19.000000
				35.000,00	0.1.15.000049
07 – Construção e Ampliação de escolas Educação Infantil	Escola	M²	100	65.000,00	0.1.01.000000
				15.000,00	0.1.15.000049
08 – Construção e Ampliação de Escolas do Ensino Fundamental	Escola	M²	185	65.000,00	0.1.01.000000
				65.000,00	0.1.19.000000
				15.000,00	0.1.15.000049
				35.000,00	0.1.22.001103
09 – Aquisição de sala de informática ambulante	Veículo	Unidade	01	30.000,00	0.1.01.000000
				20.000,00	0.1.19.000000
				35.000,00	0.1.22.001103

10 – Manutenção da Educação Infantil	Aluno atendido	Aluno	250	70.000,00 130.000,00	0.1.01.000000 0.1.18.000000
11 – Manutenção do Ensino Fundamental	Aluno atendido	Aluno	800	275.150,00 758.000,00 291.000,00 10.000,00 60.000,00 125.000,00	0.1.01.000000 0.1.18.000000 0.1.19.000000 0.1.15.000050 0.1.15.000049 0.1.00.000000
12 – Manutenção da Merenda Escolar do Ensino Infantil	Aluno atendido	Aluno	250	6.000,00 8.000,00	0.1.00.000000 0.1.15.000051
13 – Manutenção da Merenda Escolar do Ensino Fundamental	Aluno atendido	Aluno	800	24.000,00 30.000,00	0.1.00.000000 0.1.15.000051
14 – Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Infantil	Aluno atendido	Aluno	250	3.000,00 18.000,00 3.000,00 5.000,00 17.000,00	0.1.01.000000 0.1.19.000000 0.1.15.000052 0.1.15.000049 0.1.22.001001
15 – Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Fundamental	Aluno atendido	Aluno	1650	25.000,00 108.000,00 19.000,00 12.000,00 97.000,00	0.1.01.000000 0.1.19.000000 0.1.15.000052 0.1.15.000049 0.1.22.001001
16 – Atendimento ao Deficiente	Criança Atendida	Criança	40	21.000,00 4.000,00	0.1.00.000000 0.1.29.000005
TOTAL				2.649.150,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

PRIORIDADES DE METAS PARA 2010

ANEXO DE PROGRAMAS, DIAGNÓSTICOS, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO.

PROGRAMA

0021 - ESPORTE É SAÚDE

DIAGNÓSTICO

O município possui apenas um ginásio de esportes para atender a população. Existe a necessidade de construção de novos espaços esportivos, além de ações de apoio ao esporte amador.

DIRETRIZES

Construção de espaços esportivos, promoção de eventos esportivos e manutenção dos equipamentos existentes.

OBJETIVOS

Estimular a prática esportiva, desenvolver o espírito competitivo e a integração entre as diversas comunidades, descobrir novos talentos, afastar os jovens das drogas.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
18 – Construção e e Reforma de Equipamentos Esportivos	Equipamentos	unidade	2	125.000,00 25.000,00	0.1.22.001103 0.1.00.000000
19 – Apoio ao esporte amador	Atleta	unidade	125	100.000,00	0.1.00.000000
TOTAL				250.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

PRIORIDADES DE METAS PARA 2010

ANEXO DE PROGRAMAS, DIAGNÓSTICOS, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO.

PROGRAMA

0027 – CRIANÇA E ADOLESCENTE ASSISTIDO

DIRETRIZES

Elaboração de plano de Assistência aos menores de forma a mantê-los ocupados com ações de estudos esportivos, descobrimento e exploração de suas potencialidade, envolvendo o município, os Conselhos e as famílias.

OBJETIVOS

Afastar os jovens das situações de risco, encaminhando-os para uma atividade profissional, integrando-os à sociedade.

ACÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
20 - Manutenção do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	Criança atendida	Aatendimento	1920	30.000,00	0.1.00.000000
				12.000,00	0.1.99.001003
				4.000,00	0.1.99.001002
21 - Pagamento de Conselheiros Tutetares	Conselheiros	Conselheiro	5	35.000,00	0.1.00.000000
TOTAL				81.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

PRIORIDADES DE METAS PARA 2010

ANEXO DE PROGRAMAS, DIAGNÓSTICOS, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO.

PROGRAMA

0028 – ASSISTÊNCIA SOCIAL

DIRETRIZES

Elaboração do Plano Municipal de Assistência Social, envolvendo Conselho Municipal de Assistência Social, atendimento das famílias carentes, fortalecimentos dos grupos de idosos e Conselhos Comunitários.

OBJETIVOS

Criar alternativas de renda para as famílias carentes, integração do idoso à sociedade e melhoria da sua qualidade de vida; oferecer oportunidade para que as donas de casa troquem experiências e descubram suas potencialidade e habilidade, participando na composição da renda familiar.

ACÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
22 - Atendimentos às famílias carentes	Família	Família	300	45.000,00	0.1.00.000000
				9.000,00	0.1.29.000004
23 - Integração dos Idosos	Idoso Integrado	Idoso	442	21.000,00	0.1.00.000000
				6.000,00	0.1.29.000003
24 – Manutenção do Fundo de Assistência Social	Manutenção	Manutenção	01	20.000,00	0.1.00.000000
				9.000,00	0.1.29.000004
				50.000,00	0.1.29.000006
				9.000,00	0.1.29.000056
25 - Aquisição de terreno e construção de sede para Clube de Mães	Terreno	M²	500	10.000,00	0.1.00.000000
TOTAL				179.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

PRIORIDADES DE METAS PARA 2010

ANEXO DE PROGRAMAS, DIAGNÓSTICOS, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO.

PROGRAMA

0031 – CRESCER COM MAIS QUALIDADE E PROTEÇÃO

DIAGNÓSTICO

O Município tem uma área urbana de 22 km², 1500 construções, 25 km de vias urbanas e realiza a coleta de lixo com apenas uma caçamba e seis servidores. Há necessidade de melhoria, ampliação e conservação do serviço de iluminação pública, ampliação e melhoria dos serviços de limpeza pública com aquisição de equipamentos novos, aquisição de terrenos para ampliação do cemitério municipal, construção de áreas de lazer e usina de reciclagem de lixo.

DIRETRIZES

Realizar coleta seletiva de lixo levando-o para local adequado, melhorar os serviços de limpeza das vias públicas, manter e melhorar o sistema de iluminação pública em parceria com a CERPALO e implantar áreas de lazer.

OBJETIVOS

Oferecer segurança aos usuários das vias urbanas e das áreas de lazer, prevenir doenças, manter a cidade limpa e criar áreas de lazer.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
26 - Manutenção e melhoria da iluminação pública.	Ponto de luz	Unidade	460	295.000,00	0.1.17.000000
27 – Manutenção da Limpeza Pública	Lixo coletado	Tonelada	240	195.000,00	0.1.00.000000
28 - Aquisição de terrenos e construção de área de lazer.	Área de lazer	Unidade	01	10.000,00	0.1.00.000000
29 - Manutenção da Secretaria de Obras.	Manutenção	Manutenção	01	1.000.000,00 14.000,00	0.1.00.000000 0.1.16.000000
30 - Construção de abrigos de passageiros	Abrigo	Unidade	20	40.000,00 2.000,00	0.1.24.001111 0.1.00.000000
31 – Pavimentação de Ruas, entre elas a estrada de Paulo Lopes até a divisa com a Gamboa, passando por Ribeirão Grande.	Ruas	M2	7.000	100.000,00 100.000,00	0.1.00.000000 0.1.24.001102
32 - Aquisição de Equipamentos Rodoviários	Equipamentos	Unidade	02	10.000,00 50.000,00	0.1.00.000000 0.1.24.001102
33- Construção casa mortuária	Unidade	Unidade	01	30.000,00	0.1.00.000000
34- Sinalização de vias públicas e identificações de bairros	Sinalização	Sinalização	01	20.000,00 10.000,00	0.1.24.001102 0.1.00.000000
TOTAL				1.876.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

PRIORIDADES DE METAS PARA 2010

ANEXO DE PROGRAMAS, DIAGNÓSTICOS, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO.

PROGRAMA

0034 – ÁGUA POTÁVEL

DIAGNÓSTICO

O município é atingido freqüentemente pela falta de água e não possui tratamento, com exceção dos bairros Areias e Sorocaba. Há necessidade de instalação do sistema de tratamento e armazenamento de água, para que todas as comunidades sejam beneficiadas com água tratada, além de instalação de rede de esgoto.

DIRETRIZES

Instalação de sistema de tratamento de água, melhoria e ampliação dos sistemas já existentes, distribuição de fossas e filtros anaeróbios e tratamento de águas servidas e paradas.

OBJETIVOS

Atender com água potável toda a população do município, de forma a prevenir doenças e melhorar as condições de saúde.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
35 - Ampliação da Rede de Abastecimento e Tratamento de Água.	Famílias Atendidas	Famílias	1500	10.000,00 100.000,00	0.1.00.000000 0.1.24.001108
36 – Manutenção da Rede de Tratamento de Água	Manutenção	Manutenção	01	150.000,00	0.1.00.000000
37 – Melhoramento do Saneamento Básico (Distribuição de fossas e filtros anaeróbios, tratamento de águas servidas e paradas), especialmente Lagoa do Ribeirão.	Famílias Atendidas	Famílias	1500	10.000,00 50.000,00	0.1.00.000000 0.1.24.001108
TOTAL				320.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

PRIORIDADES DE METAS PARA 2010

ANEXO DE PROGRAMAS, DIAGNÓSTICOS, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

PROGRAMA

0040 – PROGRAMA SOCIAL DE HABITAÇÃO E FAMÍLIA

DIAGNÓSTICO

O município possui famílias desabrigadas ou que residem em condições precárias. Estão cadastradas no Programa 200 famílias carentes que necessitam de nova moradia.

DIRETRIZES

Construção de casas populares em terreno do próprio beneficiado. Construção de casas populares em terreno doado pela prefeitura, partindo de convênios do estado e união.

OBJETIVOS

Proporcionar moradia para as famílias desabrigadas, e oferecer condições dignas para as que residem em casas precárias. O programa pretende solucionar gradativamente a carência dessas famílias, priorizando as mais necessitadas.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
38 - Construção de casas populares	Casa	Unidade	200	160.000,00 20.000,00	0.1.24.001108 0.1.00.000000
39 - Construção de banheiros	banheiro	Unidade	20	4.000,00	0.1.00.000000
40 - Manutenção da Secretaria de Habitação e Família		Unidade	01	50.000,00	0.1.00.000000
TOTAL				234.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

PRIORIDADES DE METAS PARA 2010

ANEXO DE PROGRAMAS, DIAGNÓSTICOS, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

PROGRAMA

0048 – CRESCER COM A NATUREZA – CRESCER COM EMPREGO E RENDA

DIAGNÓSTICO

Os pequenos agricultores de Paulo Lopes precisam de apoio para não desistir da produção, com isto a assessoria da Prefeitura Municipal torna-se indispensável para que as metas sejam alcançadas com êxito.

DIRETRIZES

Priorizar o pequeno agricultor estimula a ação e o empreendimento. A necessidade de implantação de cooperativas para a produção e rentabilidade, oferecendo aos produtores assistência técnica e maquinário quando necessário.

OBJETIVOS

Implantar diferentes raças de bovinos, através da inseminação, estimular a agricultura como principal fonte de renda, implantar o sistema VOASAN para a pequena propriedade, implantar abatedouro de animais, adquirir maquinário exclusivo para agricultura.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
41 – Construção de Fábrica de Laticínios	Construção	M²	131,37	150.000,00 10.000,00	0.1.24.001112 0.1.00.000000
42 – Construção da Biofábrica	Construção	M²	300	70.000,00 10.000,00	0.1.24.001112 0.1.00.000000
43 – Construção de Açudes	Construção	Unidades	19	10.000,00	0.1.00.000000
44 – Construção de Galpão	Construção	M²	70	20.000,00	0.1.00.000000
45 – Manutenção da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio	Manutenção	Manutenção	01	205.000,00	0.1.00.000000
46 – Aquisição de Equipamentos Agrícolas	Equipamentos	Unidade	01	20.000,00	0.1.24.001108
TOTAL				495.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES					
PRIORIDADES DE METAS PARA 2010					
ANEXO DE PROGRAMAS, DIAGNÓSTICOS, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO					
PROGRAMA					
0051 – CULTURA VIVA TURISMO COM MEIO AMBIENTE PARA TODOS					
DIAGNÓSTICO					
O município em razão de sua cultura açoriana, belezas naturais e proximidade com a capital do estado, possui um excelente potencial turístico, se constituindo numa excelente opção de emprego e renda e uma gastronomia açoriana.					
DIRETRIZES					
Estimular a exploração das cachoeiras, agregar valores a produção, incentivar a produção artesanal, resgate e preservação da cultura, embelezamento da cidade com plantio de árvores floríferas, apoio a instalação de pousadas rurais, café colonial, restaurante com comidas típicas, promoção de festas e eventos e incentivo de novos talentos artísticos.					
OBJETIVOS					
Inserir Paulo Lopes no roteiro dos turistas, preservando o meio ambiente e resgatando sua cultura.					
ACÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
47 -.Restauração do prédio da prefeitura para futura casa da cultura.	Restauração	M2	100	180.000,00	0.1.24.001113
49 – Manutenção da Secretaria de Cultura, Turismo e Meio Ambiente	Manutenção	Manutenção	01	57.000,00	0.1.00.000000
51 – Construção do Portal de Entrada e Mirante	Portal	Unidade	1	80.000,00	0.1.24.001114
TOTAL				317.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES					
PRIORIDADES DE METAS PARA 2010					
ANEXO DE PROGRAMAS, DIAGNÓSTICOS, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO.					
PROGRAMA					
0000 – OPERAÇÕES ESPECIAIS					
DIAGNÓSTICO					
Neste programa estão globalizadas as despesas que, pela sua natureza, não podem ser associadas a um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, como dívidas, pagamento de inativos pelo tesouro municipal e contribuição ao PASEP.					
DIRETRIZES					
Pagamento mensal dos compromissos assumidos por empréstimos e financiamentos, com inativos e pensionista e contribuições a entidades municipalistas.					
OBJETIVOS					
Disponer de assessoria técnica e fortalecer o movimento municipalista nacional, estadual e regional.					
ACÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
52 - Contribuições às Entidades Municipalistas.	Ent. beneficiada	unidade	3	70.000,00	0.1.00.000000
53 – Amortização e Encargos da Dívida	Dívidas	Dívidas	01	160.000,00	01.00.000000
54 – Contribuição ao PASEP	Pasep	Pasep	01	105.000,00	01.00.000000
TOTAL				335.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

PRIORIDADES DE METAS PARA 2010

ANEXO DE PROGRAMAS, DIAGNÓSTICOS, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO.

PROGRAMA

0099 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

DIAGNÓSTICO

DIRETRIZES

OBJETIVOS

Atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
99 - Reserva de Contingência	Reserva de Contingência	Reserva de Contingência	01	5.000,00	0.1.00.000000
TOTAL				5.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

PRIORIDADES DE METAS PARA 2010

ANEXO DE PROGRAMAS, DIAGNÓSTICOS, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO.

PROGRAMA

0025 – SAÚDE UM DIREITO DE TODOS

DIRETRIZES

Construção, ampliação e melhoria das Unidades de Saúde, aquisição de equipamentos, contratação de profissionais e manutenção da estrutura.

OBJETIVOS

Realizar a medicina preventiva através do Programa Saúde da Família e melhorar as condições da saúde da população.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
55 - Construção e ampliação de Unidades de saúde	Unidades	M²	152	60.000,00 2.000,00	0.2.23.001115 0.1.02.000000
56 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	Manutenção	Manutenção	01	889.250,00 130.000,00 580.000,00	0.1.02.000000 0.2.14.001005 0.1.00.000000
57 – Manutenção do Programa Saúde da Família – PSF	Manutenção	Manutenção	01	245.000,00 250.000,00	0.2.14.001006 0.1.02.000000
58 – Manutenção do Programa Agente Comunitário de Saúde - PACS	Manutenção	Manutenção	01	120.000,00 4.000,00	0.2.14.001006 0.1.02.000000
59 – Manutenção do Programa Saúde Bucal	Manutenção	Manutenção	01	72.000,00 1.000,00	0.2.14.001006 0.1.02.000000
60 – Manutenção do Componente Compensação das Especificidades Regionais	Manutenção	Manutenção	01	95.000,00 1.000,00	0.2.14.001007 0.1.02.000000
61 – Manutenção da Vigilância Epidemiológica	Manutenção	Manutenção	01	14.000,00 1.000,00	0.2.14.001008 0.1.02.000000
62 – Manutenção da Vigilância Sanitária	Manutenção	Manutenção	01	10.000,00 1.000,00	0.2.14.001009 0.1.02.000000
63 – Manutenção da Assistência Farmacêutica	Manutenção	Manutenção	01	45.000,00 10.000,00	0.2.14.001010 0.1.02.000000
64 – Manutenção do Bloco Média e Alta Complexidade - MAC	Manutenção	Manutenção	01	12.000,00 1.000,00	0.2.14.001007 0.1.02.000000
65 - Aquisição de veículos e equipamentos para a Saúde	Veículos / Equipamentos	Unidade	06 03	100.000,00 60.000,00	0.2.23.001101 0.2.14.001006
TOTAL				2.703.250,00	

DEMONSTRATIVO X - RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2010

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Unidade Gestora: Prefeitura			
Outros Riscos Fiscais	5.000,00		
Despesas não Orçadas ou Orçadas a Menor	5.000,00	Abertura de Créditos Adicionais com recursos da Reserva de Contingência	5.000,00
SOMA	5.000,00		
TOTAL	5.000,00	TOTAL	5.000,00

FONTE:

DEMONSTRATIVO XI – Priorização de Recursos para Obras em Andamento e Conservação do Patrimônio Público. Art. 45 da LRF.

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO	CUSTOS
OBRAS EM ANDAMENTO	
1. Pavimentação e Drenagem de Ruas	
CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	
1. Reforma de Escolas	
2. Reforma de Posto de Saúde	
3. Reparação de Ruas e Rodovias	
4. Conservação de Veículos e Equipamentos	
TOTAL	

Portaria N° 281/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº281/2009

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO LOPES, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na lei complementar nº1269 de 25 março de 2008 resolve,

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL, a servidora efetivos, faixa D para C, CLEIA SILVA VIEIRA, matrícula nº 1007, , salários anexo I criado pela lei 349/86 em vigor pela 497/91 art.242 (faixa de vencimentos de A à J).

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Município de Paulo Lopes-SC, em 15 de Setembro de 2009.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENON BERTO BORGES
Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 282/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIANº282/2009

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO LOPES, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na legislação vigente que regularizamos Resolve,

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a ISABEL CRISTINA GERALDO, Servidora Pública efetiva, matrícula 1037, ocupante do cargo de auxiliar de serviços gerais, vinculado a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 17/09/2009, encaminhando a perícia médica após o décimo sexto dia, conforme atestado em anexo.

Publique-se Registre-see Cumpra-se.

Município de Paulo Lopes-sc em 21 de Setembro de 2009.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENON BERTO BORGES
Secretário Mun. Administração

Portaria N° 283/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIANº283/2009

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO LOPES, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei 1259/07,e exposições de motivos nº 08/09, Resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORARIO

PETTER MACIEL HABERLEHNER, matrícula 10468, cargo de MÉDICO, vinculada a Secretária Municipal da Saúde e Assistência Social, a contratação será em caráter temporário, 20 horas, de21 de Setembro de 2009 à30 de Setembro de 2009 com vinculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Conforme justificativa 38/09.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Município de Paulo Lopes-SC, em21 de Setembro de 2009.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENON BERTO BORGES
Secretario Municipal de Administração.

Portaria N° 284/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº284/2009

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO LOPES, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na legislação vigente conforme solicitação Resolve,

EXONERAR A PEDIDO

JOÃO DOS PASSOS CUSTÓDIO, matricula nº10341, servidor público municipal, nomeado pela portaria nº012/2009, ocupante do cargo em comissão de SECRETÁRIO DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇO URBANO, por motivos particulares.

Município de Paulo Lopes – SC, 30 de Setembro de 2009.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENON BERTO BORGES
Secretário Municipal de Administração.

Portaria N° 285/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 285/2009

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO LOPES, no uso de suas atribuições. que lhe confere a Lei nº 649/94, 778/97, 957/02, 1164/06. Resolve;

CONSTITUIR COMISSÃO

Fica Constituída a Comissão Especial de Seleção, integrada pelos seguintes servidores deste município: SIMONE MARIA SOARES, SILVANO HOMRICH HOLZSCHUH, CLAUDIA MARIA VALENTIM NASCIMENTO SONIA GOMES BITENCOURT, LUCENI FERMIANO SILVANO, servidores de carreira, efetivos e estáveis, ficando sob a responsabilidade da primeira preparar, executar e julgar com os demais processo seletivo simplificado, para obter a classificação dos profissionais diversos que irão atuar no Municipal no exercício de 2009 á 2010, como contratados temporariamente.

A Comissão ora constituída deverá realiza o Processo respeitando as disposições legais em vigor para isto tomará todas as providências necessárias à sua fiel execução.

Publique-se Registre-se e Cumpra-se.

Município de Paulo Lopes-SC em 30 de Setembro de 2009.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENONBERTOBORGES
Sec.Administração

Portaria N° 286/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA N° 286/2009

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO LOPES, no uso de suas atribuições e de conformidade do disposto na legislação Municipal nº 967/97, em seu artigo 9º Resolve:

NOMEAR OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-CMAS, PARA o biênio 20/JUNHO/2009 À 19/JUNHO/2011, fica assim constituído com representantes do Governo e da Sociedade Civil Organizada, conforme indicação do Poder Executivo e das entidades através de ofícios:

REPRESENTANTES DO GOVERNO

Representante da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social

- Marilete Santos de Souza Borges
- Milena Montardo Serri de Castro

Representante da Secretaria Municipal de Educação:

- Carlos Eduardo Moises
- Simones Maria Soares

Representante da Secretaria Municipal de Finanças

- Gildo Arcelino de Souza
- Luceni Firmino Silvano Fermiano

Representante da Cooperativa Eletrificação Rural de Paulo Lopes-Cerpalo

- Iliane Pereira Matos Virgilio
- Fábula Ghizoni Pereira

REPRESENTANTES DAS INSTITUIÇÕES- ONG

Representante da Associação de Idosos:

- Marli Meneghel
- Maria Cristina Matoso

Representante da Associação de Pais e Professores- APPS

- Fernanda Rodrigues Leite
- Marileia Lopes

Representante das Associações Comunitárias do Município

- Elza Bernadina Rodrigues Costa
- Rosilei Aparecida Figueiredo Pereira

Representante da Apae-Paulo Lopes

- Zenon Berto Borges
- Jose de Abreu Pereira

Município de Paulo Lopes-SC em 30 de Setembro de 2009.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Edital Processo Seletivo 02/2009

EDITAL N° 002/2009

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e considerando o dispositivo da Lei Orgânica do Município e do inciso IX do Art. 37 da CF e segundo o que prevê as Leis Municipais N°.

649/94, 778/97, 957/2002 e 1164/2006 torna público, pelo presente Edital as normas para Realização do processo seletivo para contratação de nutricionista a ser admitida em caráter temporário pelo prazo máximo de 12 meses, para lotação na Secretaria Municipal de Educação, nos termos que segue:

Vagas	Cargo	Carga Horária	Formação
01	Nutricionista	20 horas semanais	Graduação em Nutrição, com registro no Conselho

1. DO LOCAL, PERÍODO E HORÁRIO DAS INSCRIÇÕES.

LOCAL

- Secretaria Municipal de Educação

PERÍODO E HORÁRIO

De 08 à 15 de outubro de 2009, das 08:00 às 12:00 horas.

2. REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO:

- a) Ser brasileiro (a);
- b) Estar em dia com o serviço militar e eleitoral;
- c) Carteira de identidade;
- d) Diploma de graduação em Nutrição, com registro no Conselho da Categoria.
- e) Registro no Conselho Regional de Nutrição
- f) Currículo com comprovação dos títulos.

3. O(A) Candidato(a) deverá apresentar cópia dos documentos acompanhados dos originais ou autenticados no ato da inscrição.

4. Da Classificação

A classificação dos(as) candidatos (as) obedecerá a seguinte pontuação:

- a) Tempo de Serviço na área da Nutrição – 1 (um) ponto por mês comprovado;
- b) Tempo de Serviço na Área da Nutrição atuando em Unidades Educacionais – 10 (dez) pontos por mês comprovado.
- c) Cursos na Área da Nutrição – 1 (um) ponto para cada 20 horas.

Parágrafo Único: Quanto aos cursos realizados deverão ser juntados cópias dos certificados. O tempo de serviço deverá ser comprovado através de fotocópia da CTPS ou do contrato de trabalho ou prestação de serviço devidamente registrado.

5. Critérios de desempate:

- a) Ao que possuir maior tempo de serviço na atividade;
- b) Ao que possuir maior idade;

6. CONDIÇÕES PARA ADMISSÃO

Ter 18 (dezoito) anos completos na data de início de sua admissão, bem como ter idade inferior a 70 (setenta) anos observado o período de sua admissão.

Na proposta de admissão deverão ser anexados:

Original dos seguintes documentos:

- a) Declaração de Acumulo de cargos públicos;
- b) Atestado médico, confirmando a capacidade física e mental para o exercício do cargo.

Cópias dos seguintes documentos:

- a) Carteira de identidade;
- b) Cadastro de pessoa física;
- c) Título de eleitor;
- d) Quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- e) Comprovante de conta bancária no BESC/BB
- f) Número do PIS/PASEP.

Somente poderá ser admitido candidato com comprovada nacionalidade brasileira.

7. DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

7.1 – Os resultados serão divulgados no dia 19 de outubro de 2009, com a publicação no mural público da Prefeitura.

8. DOS RECURSOS

Da classificação final poderá ser interposto recurso diretamente a comissão, no prazo de 48 horas a contar da divulgação do mesmo.

9. DISPOSIÇÕES FINAIS

A ficha de inscrição estará disponibilizada para o candidato na Secretaria Municipal de Educação.

O candidato deverá revisar a ficha de inscrição e verificar a exatidão das informações nela contidas, tornando-se, após a assinatura, responsável pelas mesmas.

Não será admitida inscrição condicional, por correspondência ou por procuração.

O candidato que no ato da inscrição prestar declarações falsas ou inexatas, ou apresentar documentos adulterados ou falsos, terá sua inscrição cancelada e anulados todos os atos dela decorrentes.

O processo seletivo será realizado sob a coordenação da COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO E SUPERVISIONADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

A seleção de que se trata este Edital terá validade para um ano, a partir da data da sua homologação.

Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Administração.

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Paulo Lopes, 06 de outubro de 2009.

EVANDO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Pinheiro Preto**Prefeitura Municipal****Aviso Licitação 047/2009**

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 047/2009
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 21 de outubro de 2009, licitação modalidade Pregão presencial n. 047/2009, visando a CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEÍCULOS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 21/10/2009, até às 09:15 hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 09:30 hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-35622000.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 05 de Outubro de 2009.
EUZÉBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Porto União**Prefeitura Municipal****Decreto Nº 227/09**

DECRETO Nº 227, DE 02 DE OUTUBRO DE 2009.
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DA CIDADE DE PORTO UNIÃO - CCPU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Porto União, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 3.570, de 02 de abril de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para o período de 02 (dois) anos, os membros abaixo relacionados para compor o Conselho da Cidade de Porto União – CCPU, criado pela Lei Municipal nº 3.570, de 02 de abril de 2009:

I-Representantes da Secretaria Municipal de Planejamento

Titular: Cláudio Tilgner de Souza

Suplente: Marco Aurélio Ribas

II-Representantes da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Titular: Dallan Marcelo Gregório

Suplente: Emerson Luiz Menoncin

III- Representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

Titular: Luciana Cristina Kauva

Suplente: Alceu Jung

IV- Representantes da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos

Titular: Rodrigo Bonin Leão

Suplente: Alfonso Vezaro

V-Representantes da Associação dos Profissionais da Engenharia e Arquitetura de Porto União – APEA

Titular: Leocir Aloísio Weber

Suplente: Ione Costa

VI-Representantes da Associação Local de Ação Comunitária – ALAC

Titular: Pyerre C. Pereira

Suplente: Daniela C. K. Sens

VII- Representantes da União das Associações de Moradores do Município de Porto União – UNICOM

Titular: Francisco Rômulo Vaz

Suplente: Valdecir Fernandes

VIII-Representantes da Associação de Moradores do Bairro São Pedro

Titular: Ior Andrukiu

Suplente: Sônia Colatino

IX-Representantes da Associação de Moradores do Jardim Oliveira – AMJO

Titular: Nilce de Oliveira Soares

Suplente: Simone de Lima Gomes Miranda

X-Representantes da Associação de Moradores do Conjunto Habitacional São João Maria

Titular: Sebastião Lourenço dos Santos

Suplente: Valter Alves da Silva

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 02 de outubro de 2009.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Rio do Sul

Câmara de Vereadores

Decreto Legislativo N° 1130

DECRETO LEGISLATIVO No 1130, DE 06 DE OUTUBRO DE 2009
HOMOLOGA TERMO DE CONVÊNIO SME 001/2009 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL ASSOCIAÇÃO JARDINS DE INFÂNCIA VOVÓ BELINHA

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL. Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1o Fica homologado Termo de Convênio SME 001/2009 que entre si celebram o Município de Rio do Sul e organização não governamental Associação Jardins de Infância Vovó Belinha para atendimento na Educação Infantil - primeiro nível da educação básica, em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais, conforme Plano de Trabalho que integra o instrumento.

Art. 2o Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 06 de outubro de 2009

ROBERTO SCHULZE

Presidente da Câmara

Decreto Legislativo N° 1131

DECRETO LEGISLATIVO No 1131, DE 06 DE OUTUBRO DE 2009
HOMOLOGA TERMO DE CONVÊNIO SME 002/2009 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL CENTRO ASSISTENCIAL DE CARIDADE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL. Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1o Fica homologado Termo de Convênio SME 002/2009 que entre si celebram o Município de Rio do Sul e a organização não governamental Centro Assistencial de Caridade Nossa Senhora da Conceição, para atendimento na Educação Infantil - primeiro nível da educação básica, em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais, conforme Plano de Trabalho que integra o instrumento.

Art. 2o Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 06 de outubro de 2009

ROBERTO SCHULZE

Presidente da Câmara

Decreto Legislativo N° 1132

DECRETO LEGISLATIVO No 1132, DE 06 DE OUTUBRO DE 2009
HOMOLOGA TERMO DE CONVÊNIO SME 003/2009 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL CENTRO COMUNITÁRIO DIVINO ESPÍRITO SANTO.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL. Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1o Fica homologado Termo de Convênio SME 003/2009 que entre si celebram o Município de Rio do Sul e a organização não governamental Centro Comunitário Divino Espírito Santo para atendimento na Educação Infantil - primeiro nível da educação básica, em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais, conforme Plano de Trabalho que integra o instrumento.

Art. 2o Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 06 de outubro de 2009.

ROBERTO SCHULZE

Presidente da Câmara

Resolução N° 538

RESOLUÇÃO NO 538, DE 06 DE OUTUBRO DE 2009.
AUTORIZA O PODER LEGISLATIVO A REALIZAR DESPESAS COM HOMENAGENS DURANTE AS SESSÕES SOLENES E ORDINÁRIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL. Faço saber que a Câmara de Vereadores de Rio do Sul decretou e eu promulgo a seguinte Resolução

Art. 1o Fica o Poder Legislativo autorizado a realizar despesas no valor de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para serem despendidos, no exercício de 2009, com homenagens realizadas durante as sessões solenes ou em sessões ordinárias, nos termos do Art. 110 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio do Sul.

Art. 2o As despesas decorrentes da aplicação desta Resolução correrão por conta das seguintes rubricas:

- 01.31.0001.2.001 MANUTENÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES
- 3.3.90.30.00.00.00.00.0000 Material de Consumo
- 3.3.90.39.00.00.00.00.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Art. 3o Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 06 de outubro de 2009.

ROBERTO SCHULZE

Presidente da Câmara

Salto Veloso

Prefeitura Municipal

Portaria N° DP0120/2009

PORTARIA N°. DP0120/2009

"CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade como anexo IV da Lei Municipal nº 1.025/2001 de 04/07/2001;



RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder a Função Gratificada – FG-2, para o servidor SILVANO ZAMBONI, pelo exercício de Motorista de Caçamba da Secretária de Transportes Obras e Urbanismo da Prefeitura de Salto Veloso.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 06 de Outubro de 2.009

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

Portaria Nº DP0121/2009

PORTARIA Nº. DP0121/2009

"CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade como anexo IV da Lei Municipal nº 1.025/2001 de 04/07/2001;

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder a Função Gratificada – FG-3, para a servidora GENI ALBÔNICO DE BASTIANI, pelo exercício de Agente de Saúde da Secretária de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Salto Veloso.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 06 de Outubro de 2.009

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

São Lourenço do Oeste

Prefeitura Municipal

Termo de Compromisso de Estágio Nº 003

TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO Nº 003, DE 07/10/2009
UNIDADE CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE.

ESTAGIÁRIA: ELIANE REGINA NOAL

INSTITUIÇÃO DE ENSINO: FACULDADE MATER DEI

OBJETO: Interagir esforços e proporcionar a complementação de ensino e aprendizagem em treinamento prático e de relacionamento humano.

VALOR: Bolsa mensal de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais).

CARGA HORÁRIA: 30 (trinta) horas semanais.

DATA DA ASSINATURA: 07/10/2009.

VIGÊNCIA: De 07 de outubro de 2009 até 07 de abril de 2010, podendo ser prorrogado até 07 de outubro de 2011.

SIGNATÁRIOS: Tomé Francisco Etges – Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste, Eliane Regina Noal – Estagiária, e Ivone Maria Pretto Guerra – Faculdade Mater Dei.

Schroeder

Prefeitura Municipal

Decreto Nº 2.007/2009

DECRETO Nº2.007/2009, DE 28 DE SETEMBRO DE 2009
APROVA O REGULAMENTO DA I CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA DE SCHROEDER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no Decreto nº2.006/2009, de 29/9/2009, que convoca a I Conferência Municipal de Cultura de SCHROEDER e o Regulamento da III Conferência Estadual de Cultura,

RESOLVE

Art.1º Aprovar o Regulamento da I Conferência Municipal de Cultura de Schroeder, na forma do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º A I Conferência Municipal de Cultura de Schroeder será realizada em 21 de outubro de 2009.

Art. 3º Fica a Secretaria de Educação, Cultura, Esportes e Lazer responsável pelas providências operacionais para a realização da I Conferência Municipal de Cultura de Schroeder.

Art. 4º Os casos omissos e conflitantes do Regulamento I Conferência Municipal de Cultura de Schroeder serão decididos pelo Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/06/2008, adquirindo efeitos retroativos à data de 18 de setembro de 2009.

Schroeder (SC), 28 de setembro de 2009.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

HARILDO KONELL

Secretário da Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Coordenador Executivo da I Conferência Municipal de Cultura de Schroeder.

Registrado e publicado na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

ANEXO ÚNICO

REGULAMENTO DA I CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA DE SCHROEDER

CAPÍTULO I**DOS OBJETIVOS**

Art. 1º A I Conferência Municipal de Cultura de Schroeder, convocada através do Decreto nº2.006/2009, de 28 de setembro de 2009, é parte integrante da Conferência Estadual de Cultura do Estado de Santa Catarina e da II Conferência Nacional de Cultura, e tem por objetivos:

I - Discutir a cultura do município nos seus aspectos da memória, de produção simbólica, da gestão, da participação social e da plena cidadania;

II - Propor estratégias para o fortalecimento da cultura como centro dinâmico do desenvolvimento sustentável;

III - Promover o debate entre artistas, produtores, conselheiros, gestores, estudiosos e pesquisadores, investidores e demais protagonistas da cultura, valorizando a diversidade das expressões e o pluralismo das opiniões;



IV - Propor estratégias para universalizar o acesso dos habitantes de Schroeder à produção e à fruição dos bens e serviços culturais;
V - Propor estratégias para a consolidação dos sistemas de participação e controle social na gestão das políticas públicas de cultura;
VI - Aprimorar e propor mecanismos de articulação e cooperação institucional entre os entes federativos e destes com a sociedade civil;

VII - Fortalecer e facilitar a formação e funcionamento de fóruns e redes de artistas, agentes, gestores, estudiosos e pesquisadores, investidores e ativistas culturais;

VIII - Propor estratégias para a implantação dos Sistemas Nacional, Estadual e Municipais de Cultura e dos Sistemas de Informações e Indicadores Culturais;

IX - Coletar subsídios para a elaboração do Plano Municipal de Cultura;

X - Eleger os delegados municipais para a etapa territorial da III Conferência Estadual de Cultura a ser realizada em data e local definidos pela Secretaria de Turismo, Esporte e Cultura do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A eleição dos delegados aludidos no inciso X deste artigo será realizada em plenária, conforme critérios definidos no regulamento da I Conferência Municipal de Cultura.

CAPÍTULO II

DO TEMÁRIO

Art. 2º A I Conferência Municipal de Cultura de Schroeder realizará seus trabalhos a partir do tema geral da II Conferência Nacional de Cultura: "Cultura, Diversidade, Cidadania e Desenvolvimento".

§ 1º O diálogo sobre o tema deverá ser desenvolvido de modo a articular as políticas de cultura e suas diretrizes em todos os níveis federativos de maneira transversal.

§ 2º O temário será subsidiado por textos-base, elaborados pelo Ministério da Cultura ou pelo Município, a partir de eixos e subeixos temáticos.

§ 3º As proposições de âmbito municipal constituirão subsídio para a elaboração do Plano Municipal de Cultura de Schroeder.

Art. 3º Constituirão eixos e sub-eixos temáticos da I Conferência Municipal de Cultura de Schroeder:

I – PRODUÇÃO SIMBÓLICA E DIVERSIDADE CULTURAL

Foco: produção de arte e de bens simbólicos, promoção de diálogos interculturais, formação no campo da cultura e democratização da informação.

- Produção de Arte e Bens Simbólicos
- Convenção da Diversidade e Diálogos Interculturais
- Cultura, Educação e Criatividade
- Cultura, Comunicação e Democracia

II - CULTURA, CIDADE E CIDADANIA

Foco: cidade como espaço de produção, intervenção e trocas culturais, garantia de direitos e acesso a bens culturais.

- Cidade como Fenômeno Cultural
- Memória e Transformação Social
- Acesso, Acessibilidade e Direitos Culturais

III - CULTURA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Foco: a importância estratégica da cultura no processo de desenvolvimento.

- Centralidade e Transversalidade da Cultura
- Cultura, Território e Desenvolvimento Local
- Patrimônio Cultural, Meio Ambiente e Turismo

IV - CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA

- Foco: economia criativa como estratégia de desenvolvimento.
- Financiamento da Cultura
- Sustentabilidade das Cadeias Produtivas da Cultura
- Geração de Trabalho e Renda

V - GESTÃO E INSTITUCIONALIDADE DA CULTURA

Foco: fortalecimento da ação do Estado e da participação social

no campo da cultura.

- Sistemas Nacional, Estaduais e Municipais de Cultura
- Planos Nacional, Estaduais, Municipais, Regionais e Setoriais de Cultura
- Sistemas de Informações e Indicadores Culturais

CAPÍTULO III

DA REALIZAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 4º A I Conferência Municipal de Cultura de Schroeder será realizada no dia 21 de outubro de 2009, e terá caráter mobilizador, propositivo e eletivo.

Art. 5º A I Conferência Municipal de Cultura de Schroeder será presidida pelo Prefeito Municipal e, na sua ausência ou impedimento, pelo Secretário de Educação, Cultura, Esportes e Lazer.

Art. 6º Para a organização e desenvolvimento de suas atividades, a I Conferência Municipal de Cultura de Schroeder contará com a Comissão Organizadora Municipal que será composta por 27 membros, entre representantes do poder público municipal e entidades não governamentais, assim definidos:

I – REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E LAZER

- a) Setor da Educação - 07
- b) Setor da Cultura - 03
- c) Setor do Esportes e Lazer - 02

TOTAL = 12

2 – REPRESENTANTE DA SECRETARIA DA AGRICULTURA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

- a) Setor do Turismo - 01

TOTAL = 01

3- REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL

- a) Setor da Assistência Social - 02

TOTAL = 02

4- REPRESENTANTES DE ENTIDADES CONVIDADAS

- a) Sociedades de Caça e Tiro = 04
- b) Entidade Amigas Solidárias = 03
- c) Instituições Religiosas = 03
- d) Clubes da 3ª Idade = 01
- e) Circulo Italiano = 01

TOTAL = 12

Parágrafo único. A Coordenação Geral da Comissão Organizadora Municipal será exercida por Neiva Lucia Plantikow responsável pelo Setor da Cultura.

Art. 7º Compete à Comissão Organizadora Municipal, respeitadas as definições deste Regulamento e do Regulamento da II Conferência Nacional de Cultura:

- I – propor critérios de participação da sociedade civil,
- II - definir, local, pauta e programação da Conferência; e
- III - estabelecer as regras adicionais, realizar as articulações necessárias e programar as condições de organização da Conferência Municipal.

§ 1º A Comissão Organizadora Municipal enviará ao Comitê Executivo Nacional e ao Comitê Executivo Estadual as informações relacionadas aos incisos I e II deste artigo, até o dia 10 de outubro.

§ 2º Os Eixos Temáticos da Conferência Municipal irão contemplar o temário nacional, sem prejuízo das questões locais.

§ 3º A Comissão Organizadora Municipal enviará à Comissão Organizadora Estadual o Relatório Final, bem como a relação dos delegados que serão inscritos para etapa Territorial, em formulário definido pela Secretaria de Cultura, obedecendo ao prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após a realização da Conferência Municipal.

Art. 8º As despesas para realização da I Conferência Municipal de Cultura de Schroeder, bem como as de participação dos delegados municipais nas etapas territorial e estadual da III Conferência Estadual de Cultura, correrão por conta de dotações próprias, consignadas no Orçamento Anual do Município para o corrente exercício, ou serão custeadas através de colaborações provenientes de pessoas, instituições e órgãos parceiros.

CAPÍTULO IV DOS PARTICIPANTES

Art. 9º A I Conferência Municipal de Cultura de Schroeder será integrada por artistas, agentes e produtores, grupos e entidades culturais, pontos de cultura, professores e estudantes, representações de movimentos relacionados à promoção da cultura, da paz, da juventude, do meio ambiente, do turismo, do desenvolvimento social, comunidade indígenas e quilombolas, bem como pessoas interessadas em contribuir com o processo de formulação e implementação de políticas culturais.

Art. 10. A I Conferência Municipal de Cultura de Schroeder terá direito ao número de delegados para a etapa estadual Conforme o disposto do Regulamento da II Conferência Nacional.

Art. 11. A escolha de delegados municipais para a etapa da Conferência Estadual de Cultura levará em consideração a proporção de 2/3 da sociedade civil e 1/3 do poder público.

Art. 12. O número de delegados a serem eleitos deve corresponder a percentual do número de participantes na Conferência Municipal, conforme previsto Regimento Interno da II Conferência Nacional de Cultura, assim definido:

Quantitativo de Participantes - Nº de Delegados para a Conferência Estadual

- De 25 a 500 - 5% do número de participantes

- Acima de 500 - 25 Delegados

§ 1º Para cada delegado titular selecionado deverá ser indicado um suplente correspondente, que será credenciado perante comprovada ausência do titular.

§ 2º A eleição de representações da sociedade civil deverá recair preferencialmente dentre pessoas com efetiva participação e contribuição para a cultura no município, no território ou no estado, devendo pertencer a segmentos diversos.

§ 3º As indicações de representação dos Poderes Públicos deverão recair, preferencialmente, em pessoas que atuem em órgãos ou comissões municipais relacionados à cultura.

Art. 13. Para que a Conferência Municipal seja válida para a etapa Estadual e perante a II Conferência Nacional de Cultura será necessária a comprovação de quorum mínimo de 25 (vinte e cinco) participantes, com representação da sociedade civil e da área governamental.

Decreto Nº 2.008/2009

DECRETO Nº2.008/2009, DE 30 DE SETEMBRO DE 2009.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando a prerrogativa fixada no art. 14, XXXI, da Lei Orgânica do Município de Schroeder;

Considerando a prevalência do interesse público decorrente das atividades desportivas, educacionais e culturais desenvolvidas pela Administração Pública Municipal no Ginásio de Esportes Alfredo Pasold;

Considerando a necessidade de organização da cedência do espaço físico do Ginásio de Esportes Alfredo Pasold, em decorrência

da Concorrência Pública n.º 002/2009, que teve por objetivo a permissão de uso de espaço físico nesse local.

DECRETA:

Art. 1º Ficam suspensas as permissões de uso temporário do Ginásio de Esportes Alfredo Pasold que não tenham por objetivo a prática desportiva, educacional e cultural desenvolvidas pela Administração Pública Municipal, até posterior deliberação.

Parágrafo Único. As permissões requeridas e concedidas em data anterior à publicação deste Decreto mantêm-se válidas.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 30 de setembro de 2009.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Decreto Nº 2.009/2009

DECRETO Nº. 2.009/2009, DE 1º DE OUTUBRO DE 2009.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o nível salarial do cargo efetivo dos funcionários abaixo relacionados, conforme disposto no art. 16 do Plano de Carreira e Remuneração do Pessoal do Magistério do Município de Schroeder – LC nº. 003/98, de 19/05/1998 e Anexo IV da LC nº. 059/2008, de 11/11/2008:

Nome	Nível Anterior	Nível Atual
Leonidia Bauer Weidauer	16	17

Art. 2º - Fica alterado o nível salarial do cargo efetivo dos funcionários abaixo relacionados, conforme disposto no art. 15 do Plano de Carreira e Remuneração do Pessoal da Administração do Município de Schroeder – LC nº. 004/98, de 19/05/1998:

Nome	Nível Anterior	Nível Atual
Josceane Maria Zanella Ramalho	39	40

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 1º de outubro de 2009.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Decreto Nº 2.010/2009

DECRETO Nº. 2.010/2009, DE 1º DE OUTUBRO DE 2009.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando os pareceres exarados no Processo Administrativo

n.º 2.999/2009, iniciado em 30 de setembro de 2009, bem como o deferimento do pleiteado, no âmbito da Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças.

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o nível salarial do cargo efetivo dos funcionários abaixo relacionados, conforme disposto no art. 18 do Plano de Carreira e Remuneração do Pessoal do Magistério do Município de Schroeder – LC n.º. 003/98, de 19/05/1998 e Anexo IV da LC n.º. 059/2008, de 11/11/2008:

Nome	Cargo Atual	Nível Anterior	Nível Atual
Maitê Zanella	Professora C	04	05

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei n.º 1.669/2008, de 17/06/2008, adquirindo efeitos retroativos à data de 30 de setembro de 2009.

Schroeder (SC), 1º de outubro de 2009.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na mesma data.
ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Decreto Nº 2.011/2009

DECRETO Nº 2.011/2009, DE 06 DE OUTUBRO DE 2009.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando a prerrogativa fixada no art. 71, VII e XXIV, da Lei Orgânica do Município de Schroeder;

Considerando que as Lei Complementares Municipais n.º 003/98 e alterações, LCM n.º 004/98 e alterações, LCM n.º 060/08 e alterações e LCM 067/08 e alterações, tratam dos planos de cargos da Prefeitura Municipal de Schroeder, e fixam como regime jurídico para os funcionários do Poder Executivo o Decreto-Lei n.º 5.452/43 - Consolidação das Leis do Trabalho;

Considerando a real diminuição das receitas orçamentárias provenientes da arrecadação do Município, bem como das transferências legais e constitucionais obrigatórias, e também as determinações da Lei n.º 1.682/08 no que tange à redução de despesas com pessoal;

Considerando a necessidade efetiva da organização da sistemática de pagamento por horas extraordinárias prestadas pelos funcionários da Prefeitura Municipal.

DECRETA:

Art. 1º Fica vedado o pagamento de horas extraordinárias, a qualquer título, aos funcionários públicos do Poder Executivo Municipal que não atendam ao disposto neste Decreto.

Art. 2º Aos funcionários abrangidos pela Lei Complementar Municipal n.º 067/08 não são devidos nenhum tipo de remuneração adicional pelas horas trabalhadas fora do horário normal de trabalho, por interpretação analógica do art. 62, II, do Decreto-Lei n.º 5.452/43.

Art. 3º Por absoluta necessidade de serviço, poderão os Secretários Municipais titulares das pastas, permitir a realização de trabalho em horário extraordinário, que somente serão validadas mediante apresentação ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Schroeder do formulário "Autorização de Trabalho em Horário Extraordinário", constante do Anexo I deste Decreto.

§ 1º É dever do titular da Secretaria controlar a realização das atividades desenvolvidas em horário extraordinário, reduzindo ao mínimo necessário a realização desse tipo de trabalho.

§ 2º O formulário constante no Anexo I deste Decreto deverá ser entregue ao Setor de Recursos Humanos até o 20º dia do mês corrente, de forma a validar o trabalho em horário extraordinário do funcionário público respectivo.

§ 3º As horas prestadas em caráter extraordinário a que alude o caput não poderão ultrapassar os limites legais fixados no Decreto-Lei n.º 5.452/43.

Art. 3º Os funcionários públicos são pessoalmente responsáveis pelo cumprimento integral de sua carga horária, devendo respeitá-la tanto no tocante às ausências ou atrasos quanto nos acréscimos.

Parágrafo Único. O funcionário público que desrespeitar sua carga horária poderá ser objeto de sindicância, nos termos da Lei.

Art. 4º As Secretarias Municipais terão o prazo de 15 (quinze) dias após a publicação deste Decreto para adaptarem as rotinas administrativas às determinações nele contidas.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei n.º 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 1º de outubro de 2009.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na mesma data.
ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

ANEXO I

Autorização para Trabalho em Horário Extraordinário

MÊS/ANO DE REFERÊNCIA

Secretaria

Nome do Funcionário Público

O funcionário público acima especificado está autorizado a trabalhar em horário extraordinário, no dia e horário especificados abaixo:

Data	Horário Início	Horário Fim	Data	Horário Início	Horário Fim

OBSERVAÇÕES (MOTIVO/JUSTIFICATIVA):

Importante: Entregar este formulário até o dia 20 de cada mês no Setor de Recursos Humanos, para validação das horas extras.

Schroeder, ____ / ____ / ____

Carimbo e Assinatura do Responsável pela Autorização

SETOR DE RECURSOS HUMANOS

Recebimento do Formulário: ____ / ____ / ____

Assinatura do Setor Recursos Humanos

Decreto Nº 2.012/2009

DECRETO Nº. 2.012/2009, DE 06 DE OUTUBRO DE 2009.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o nível salarial do cargo efetivo dos funcionários abaixo relacionados, conforme disposto no art. 18 do Plano de Carreira e Remuneração do Pessoal do Magistério do Município de Schroeder – LC nº. 003/98, de 19/05/1998 e Anexo IV da LC nº. 059/2008, de 11/11/2008:

Nome	Cargo Anterior	Cargo Atual	Nível Anterior	Nível Atual
Geni Cancino	Professora C	Professora D	04	07

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 06 de outubro de 2009.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

HARILDO KONELL

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrado e publicado na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Decreto Nº 2.013/2009

DECRETO Nº. 2.013/2009, DE 06 DE OUTUBRO DE 2009.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando os pareceres exarados no Processo Administrativo nº. 3.019/2009, iniciado em 1º de outubro de 2009, bem como o deferimento do pleiteado, no âmbito da Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças.

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o nível salarial do cargo efetivo dos funcionários abaixo relacionados, conforme disposto no art. 18 do Plano de Carreira e Remuneração do Pessoal do Magistério do Município de Schroeder – LC nº. 003/98, de 19/05/1998 e Anexo IV da LC nº. 059/2008, de 11/11/2008:

Nome	Cargo Atual	Nível Anterior	Nível Atual
Ronan Luis Siewert	Professor C	04	05

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008, adquirindo efeitos retroativos à data de 1º de outubro de 2009.

Schroeder (SC), 06 de outubro de 2009.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Portaria Nº 3.199/2009

PORTARIA Nº3.199/2009, de 02 de outubro de 2009

DESGINA MEMBROS PARA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE SCHROEDER - COMDEMA.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990 e na Lei Municipal nº1.736/2009, de 14 de julho de 2009,

R E S O L V E :

Art. 1º Designar os membros abaixo para comporem o Conselho Municipal do Meio Ambiente de Schroeder - COMDEMA, a saber:

a) REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL

- José da Cruz – titular
- Valvenir Doge – suplente

b) REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

- Denílson Weiss – titular
- José Luiz Sacoman – suplente

c) REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

- Ivanio Dalton Laube – titular
- Fabiane de Aparecida de Oliveira Sokoloski – suplente

d) REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

- Chales Moesch – titular
- Alessandro Martins Viana – suplente

e) REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

- Marcelo da Silva – titular
- Fabio Luiz Albrecht – suplente

f) REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Adélsio Luis Kohler – titular
- Guisela Luzia Steilein Ristau – suplente

g) REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE SCHROEDER - ACIAS

- Mara Ligia Pimentel – titular
- Marcos Tomazeli – suplente

h) REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

- Cândido Walz – titular
- Marcos Zils – suplente

i) REPRESENTANTES DAS ONGS

- Ildelfons Rudi Berchtold – titular
- Waldemar Zerbin – suplente

j) REPRESENTANTES DE ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES

- Claudimir Lindner – titular
- Graciela Campregheer – suplente

k) REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO DOS AQUICULTORES DE SCHROEDER – ASA

- Ademir Jurck – titular
- Urival Weiss – suplente

l) REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO DOS BANANICULTORES DE SCHROEDER – ABS

- Geraldo Prust – titular
- Dorival Afonso Jahn – suplente

m) REPRESENTANTES DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SCHROEDER

- Nivo Strelow – titular
- Diva Strelow – suplente

n) REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA MICROBACIA RIO DUAS MAMAS

- Arnaldo Kersten – titular
- João Luis Brummiller – suplente

o) REPRESENTANTES DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES

- João Carlos dos Santos – titular
- Nildo Daniel Bauer – suplente

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se.

Schroeder, 02 de outubro de 2009.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.
ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº 3.200/2009

PORTARIA Nº. 3.200/2009, DE 06 DE OUTUBRO DE 2009.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando a realização do Concurso Público nº. 001/2007;

Considerando o Decreto nº. 1.792/2007 que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Claudiane Maria Ehlke Vieira, para exercer o cargo de Auxiliar de Expediente, percebendo o nível salarial nº. 21, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 001/2007, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 06 de outubro de 2009.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

JOSÉ DA CRUZ
Secretário de Saneamento e Gestão Ambiental

Registrada e publicada na mesma data.
ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Extrato do Contrato Nº 209/2009-PMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 209/2009-PMS

Processo de licitação nº. 120/2009 - PMS

Modalidade Pregão Presencial nº. 89/2009 – PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com espaço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder - SC.

Contratada: ADMINISTRA DISTRIBUIDOR DE PRODUTOS E MATERIAL DE ESCRITÓRIO LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 10.541.301/0001-86 e inscrição Estadual nº. 25.575.766-2,

estabelecida na Rua 1034, nº. 67, Bairro Joao Pessoa, no Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.257-750.

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a aquisição de materiais esportivos e implementos para suprir as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC.

Valor do Contrato: R\$ 4.254,00 (Quatro mil e duzentos e cinqüenta e quatro reais).

Data da Assinatura: 05/10/2009.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 210/2009-PMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 210/2009-PMS

Processo de licitação nº. 120/2009 - PMS

Modalidade Pregão Presencial nº. 89/2009 – PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com espaço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder - SC.

Contratada: REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 79.912.788/0001-62, estabelecida na Rua Jose Albus, nº. 80, sala 01, centro, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89251-720.

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a aquisição de materiais esportivos e implementos para suprir as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC.

Valor do Contrato: R\$ 4.339,30 (Quatro mil e trezentos e trinta e nove reais e trinta centavos).

Data da Assinatura: 05/10/2009.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Sentença - Autos Nº 2001.72.09.000439-4

AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 2001.72.09.000439-4/SC

AUTOR : INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA

ADVOGADO : HENRIQUE ALBINO PEREIRA

AUTOR : FUNDACAO DE AMPARO A TECNOLOGIA E AO MEIO AMBIENTE - FATMA

ADVOGADO : CARLOS DA COSTA SOARES

AUTOR : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL

RÉU : MUNICIPIO DE SCHROEDER

ADVOGADO : PAULO LUIZ DA SILVA MATTOS

SENTENÇA. I- RELATÓRIO: O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no exercício de suas atribuições institucionais, ingressou inicialmente perante a 1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Joinville/SC com a presente Ação Civil Pública, com pedido de LIMINAR, contra o MUNICÍPIO DE SCHROEDER postulando provimento jurisdicional que ao final determine o seguinte, in verbis: "(...). b). Seja o município de Schroeder obrigado a dar uma disposição final adequada aos resíduos sólidos gerados em seu território, mediante a sua disposição em aterro sanitário devidamente licenciado pelos órgãos ambientais, dentro do prazo de funcionamento do atual "Lixão" - transformando em aterro controlado, ou outro prazo determinado por esse MM. Juízo Federal c). Que o município de Schroeder seja condenado a recuperar a área degradada em que atualmente existe o seu "Lixão", mediante a apresentação de um PRAD - Plano de Recuperação de Área Degradada, a ser submetido e aprovado pelo IBAMA, isto num prazo determinado por esse MM. Juízo Federal, acaso na finalização do funcionamento do atual "lixão", na forma de aterro controlado, ainda persistirem danos

a serem recuperados. d). Que o município de Schroeder seja condenado ao ressarcimento em espécie aos danos ambientais irreversíveis, a serem mensurados por perícia. Tendo em vista que, apesar de a degradação ao meio ambiente ter trazido prejuízos a bens que pertencem a toda coletividade, requer-se a determinação judicial para que o ressarcimento em dinheiro seja revertido em favor de obras de proteção ao meio ambiente, notadamente voltadas para a proteção dos recursos hídricos da região de Schroeder. Esta postura, salvo melhor juízo, otimizaria resultados positivos ao meio ambiente, além de se mostrar coerente e legítima. Caso assim não entenda esse MM. Juízo Federal, requer-se, sucessivamente, que as somas em dinheiro que o réu deverá ressarcir, pelos prejuízos causados ao meio ambiente, sejam revertidas para o "Fundo de Reconstituição dos Bens Lesados", de que trata o art. 13 da Lei nº. 7.347/85, regulamentado pelo Decreto Presidencial nº. 1.306, de 09 de novembro de 1994 e). A notificação do IBAMA, (...), para que se manifeste sobre o interesse de integrar o pólo ativo do feito. f). A notificação da FATMA, (...), para que se manifeste sobre o interesse de integrar o pólo ativo do feito. g). A condenação do Demandado ao patrocínio em jornal de divulgação regional, da publicação da sentença. h). Por fim, requer-se a condenação do demandado ao pagamento das custas processuais. i). Protesta-se, derradeiramente, pela produção de todo o gênero de provas admitidas em direito, especialmente a testemunhal e a pericial, que desde já se requer. (...)."O Ministério Público Federal sustenta na inicial, em suma, que o Município de Schroeder, na qualidade de responsável pela correta prestação do serviço de coleta e disposição dos resíduos sólidos produzidos em seu território (provenientes da coleta de lixo urbano), não vem cumprindo o dever constitucional de preservar o meio ambiente, tendo em vista que conforme os laudos das vistorias realizadas pela Fundação do Meio Ambiente - FATMA e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA no local denominado de "lixão", foram constatadas várias irregularidades, entre as quais o depósito a céu aberto, a não utilização de qualquer tratamento ou controle na seleção de resíduos, o depósito em uma cava aberta de resíduos industriais, a presença de "catadores de materiais recicláveis", a queima de lixo, além de abrigar em seu entorno vegetação de Mata Atlântica e estar localizado em área de preservação permanente. Aduz que está suficientemente comprovada nos autos a ocorrência do dano ecológico perpetrado pelo ente político contra bens considerados como patrimônio nacional (principalmente mata atlântica) e à saúde pública, fazendo-se necessário provimento jurisdicional que determine a recuperação do meio ambiente lesado, diante da responsabilização objetiva do poluidor, com o integral cumprimento da Constituição Federal e com a implantação de um aterro sanitário controlado e devidamente licenciado pelos órgãos ambientais, observadas e cumpridas as obrigações de fazer e as recomendações expedidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e pela Fundação do Meio Ambiente - FATMA. O autor defende, ainda, o cabimento da via processual eleita, a sua legitimidade para a propositura da demanda, a necessidade do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA intervir no feito, a competência da Justiça Federal, a necessidade da aplicação do princípio do poluidor-pagador, da culpa objetiva, bem como sustenta a impossibilidade do funcionamento do "lixão" sem o devido licenciamento ambiental. Ao final, reforçou o argumento de que a poluição ambiental perpetrada pelo Município de Schroeder, além de afetar áreas consideradas como patrimônio nacional (mata atlântica), está prejudicando e muito o solo, as nascentes e os cursos d'água onde a mata atlântica se apresenta. No mais, o autor fundamentou a necessidade da concessão de medida liminar, com fulcro no art. 12 da Lei nº. 7.347/1985 e dos artigos 798 e 799 do Código de Processo Civil, consoante se vê dos itens 'a' a 'c' (fls. 40-43), para as seguintes e prementes finalidades: a) seja o Município de Schroeder, de imediato, terminantemente proibido de permitir a disposição de lixos industriais e hospitalares em seu atual "lixão"; b) seja determina-

do ao Município de Schroeder que apresente um Projeto para o atual "lixão", nos moldes de um PRAD- Plano de Recuperação de Área Degradada, em que fiquem especificadas todas as medidas necessárias para o cumprimento imediato das exigências constantes dos pareceres técnicos da Fundação do Meio Ambiente - FATMA e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, no sentido de minimizar o prejuízo ao meio ambiente, tornando seu atual lixão um aterro controlado, bem como que em sendo apresentado este novo Projeto, seja ele submetido à aprovação conjunta da Fundação do Meio Ambiente - FATMA e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA; c) seja estabelecido termo final para a possibilidade de utilização do atual "lixão" nos moldes de um aterro controlado. O Ministério Público Federal juntou documentos e laudos das vistorias realizadas pela Fundação do Meio Ambiente - FATMA e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA às fls. 48-103. A MM Juíza Federal que então presidia o feito determinou a remessa dos autos para a Justiça Estadual (fl. 104), sendo que por meio da decisão proferida pelo egrégio Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em sede de agravo de instrumento, restou reconhecida a competência da Justiça Federal para o processo e julgamento do feito (fls. 149-150), motivo pelo qual foi dado prosseguimento à instrução processual (fl. 151). O Município de Schroeder, em atenção à determinação de fl. 151, e aos termos do art. 2º da Lei nº. 8.437/1992, apresentou manifestação às fls. 153-155, afirmando que não são mais depositados lixos industriais ou tóxicos no local denominado "lixão", bem como que futuramente contará com um local apropriado para o depósito de lixo de qualquer natureza, tendo em vista o Plano Diretor em fase de elaboração entre os Municípios da região. Juntou documentos às fls. 156-309. A MM. Juíza Federal, então condutora do feito, deferiu parcialmente a liminar em decisão de fls. 310-313, para o fim de: "a) proibir o depósito de resíduos industriais e hospitalares no atual "lixão" mantido pelo Município de Schroeder, impondo multa diária de R\$ 1.000,00 (um mil reais), contada da data do descumprimento da ordem até a data de remoção dos referidos resíduos, a ser exigida após o trânsito em julgado de eventual sentença de procedência do pedido; b) determinar a apresentação perante o órgão ambiental competente, no prazo de 90 (noventa) dias, do projeto de fls. 157-309, ou comprovar que já o apresentou, contemplando as recomendações feitas nos laudos dos órgãos ambientais que instruem a inicial, e outras que surgirem no processo de apreciação e aprovação do projeto, de modo a minimizar a degradação ambiental e transformar o atual "lixão" em aterro sanitário controlado, projeto que deverá ser devidamente aprovado pelo órgão ambiental competente e implantado no prazo fixado na aprovação; e c) fixar o prazo provisório de 18 (dezoito) meses para a desativação do atual "lixão" mantido pelo Município, sem prejuízo da apresentação, aprovação e implantação, dentro desse prazo do projeto referido no item anterior. A multa pelo descumprimento da presente ordem será oportunamente fixada." Notificados, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e a Fundação do Meio Ambiente - FATMA manifestaram-se às fls. 317 e 319, respectivamente, requerendo a admissão no pólo ativo do feito na qualidade de litisconsortes, o que foi deferido à fl. 321. Os autos vieram redistribuídos da Circunscrição Judiciária de Joinville (fl. 327). O Município de Schroeder ofertou a sua contestação às fls. 333-336, sustentando, em resumo, que já estaria procurando soluções para resolver o problema dos "lixões" por meio de um consórcio com outros municípios. Em relação ao seu "lixão", afirmou que não há despejo no local de lixo industrial ou produtos tóxicos, pois o lixo é seletivo, sendo que o lixo hospitalar é mínimo e está sendo incinerado. Quanto ao lixo domiciliar, informou que está realizando coletas seletivas e tomando as devidas precauções para evitar o dano ambiental. Requereu a improcedência do pedido. Juntou documentos às fls. 337-341. A Fundação do Meio Ambiente - FATMA às fls. 345-347, e o Ministério Público Federal à fl. 349-v., manifestaram-se acerca da contes-

tação. Na sequência foi designada (fl. 351) inspeção judicial no local denominado de "lixão", bem como a respectiva audiência de conciliação, ambas para a data de 27.06.2002, tendo sido postergada a análise do pedido de fl. 349-v. (fixação de multa diária) para depois de realizados os aludidos procedimentos. No ato, após a realização da inspeção judicial (fls. 360-361), foi celebrado um acordo entre as partes (sem pôr fim à lide), que estabeleceu as seguintes obrigações ao réu e aos órgãos ambientais (fls. 358-359): "a) Fica INTERDITADO o atual ATERRO sanitário do MUNICÍPIO DE SCHROEDER; b) Fica permitido em caráter excepcional, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a utilização do atual aterro para depósito dos resíduos sólidos gerados pelo Município de Schroeder; c) Após o prazo de 30 (trinta) dias, o Município de Schroeder deverá providenciar a remoção dos resíduos sólidos gerados para aterro sanitário licenciado ou em processo de licenciamento; d) No prazo de 30 (trinta) dias, deverá o Município de Schroeder isolar a área do atual aterro sanitário impedindo o acesso de veículos, pessoas e/ou animais, afixando placas que informem a interdição determinada nesse processo; e) No prazo de 90 (noventa) dias, o Município de Schroeder deverá apresentar projeto de recuperação ambiental da área degradada a ser analisado pela FATMA; f) No prazo de 30 (trinta) dias, o Município de Schroeder deverá comprovar a destinação dada ao lixo hospitalar do Município; g) Caberá ao Município de Schroeder promover campanha de conscientização da população sobre a separação seletiva do lixo produzido, bem como, dar ciência da interdição do atual aterro sanitário e da necessidade de colaboração da comunidade para a redução da quantidade de resíduos produzidos; h) A solução definitiva da destinação dos resíduos gerados pelo Município de Schroeder aguardará a viabilização da execução do projeto de aterro sanitário regionalizado, cujo projeto está a cargo do Município de Jaraguá do Sul e sua Associação Comercial; i) Em caso de descumprimento das condições impostas, fica estabelecida uma multa diária de R\$ 1.000 (mil reais). ANTE O EXPOSTO, suspendo o curso do processo pelo prazo de 30 (trinta) dias, quando deverá o Município de Schroeder comprovar o cumprimento dos itens 'c', 'd', 'f' e 'g'." O Município de Schroeder juntou às fls. 362-364 informações atinentes às providências tomadas com o fito de cumprir o acordo realizado na audiência de conciliação (fls. 358-359), no sentido de ter efetivamente atendido os itens 'd', 'f' e 'g', sendo que em relação ao item 'c', requereu a dilação do prazo de 30 (trinta) dias para 6 (seis) meses. Juntou documentos às fls. 365-381. O Ministério Público Federal (fl. 382-v.), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA (fls. 387-388) e a Fundação do Meio Ambiente - FATMA (fl. 390) manifestaram-se contrariamente à dilação do prazo para seis meses, requerendo a aplicação de multa diária para o caso de descumprimento, motivo pelo qual foi designada a realização de audiência (19.11.2002) para a apresentação de soluções acerca do integral cumprimento do acordo pelo réu (fl. 391). No ato, ficou acordado, em suma, o seguinte: Quanto ao lixo hospitalar: foi comprovado que está tendo a destinação adequada. Quanto ao lixo industrial: as empresas por conta própria estão dando destinação ao lixo produzido, sendo que esse lixo não está mais sendo depositado no aterro do Município de Schroeder. Quanto à coleta seletiva: foi produzida campanha de conscientização, tendo sido diminuído o volume do lixo produzido em 40%. Quanto ao isolamento do aterro: houve o cumprimento do acordo por meio de sua identificação e interdição. Quanto à recuperação do aterro: foi encomendado projeto de recuperação da área, sendo que no prazo de 45 dias será o mesmo apresentado. O início do prazo de seis meses para a execução das obras se dará após a apresentação das manifestações das partes acerca dos itens, bem como de decisão deste Juízo a respeito. Quanto à destinação do lixo domiciliar: ficou determinado que até o dia 02.01.2003 deverá ser interrompido o seu depósito no aterro. A multa fixada na decisão de fls. 358-359 restou afastada (fls. 396-397). O Município de Schroeder à fl. 405, informou ter cumprido a determinação judicial, por meio da assinatura do contrato de prestação de serviços com a

empresa RECICLE - Catarinense de Coleta de Lixos e Entulhos Ltda., a qual passaria a partir de 02.01.2003 ser responsável pela destinação final do lixo na municipalidade. Juntou o respectivo contrato às fls. 406-409 e demais documentos afins às fls. 410-423. O Ministério Público Federal e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA manifestaram-se a respeito, salientando que a duração do contrato é de apenas 03 (três) meses (fls. 324-v. e 426). A Fundação do Meio Ambiente - FATMA manifestou-se à fl. 433, no sentido de que não tem nada a opor aos documentos apresentados pelo réu, bem como às fls. 434-435 juntou relatório técnico de visita realizada no aterro, na data de 25.04.2003 constatando que não há mais depósito de lixo no local, tendo sido respeitada também a determinação de identificação e lacre no portão que dava acesso ao "lixão". Em cumprimento à determinação de fl. 437, o Município de Schroeder informou à fl. 443 que houve a prorrogação do seu contrato de prestação de serviços com a empresa RECICLE - Catarinense de Coleta de Lixos e Entulhos Ltda. até 31.12.2003, bem como que já encaminhou o Plano de Recuperação ambiental à Fundação do Meio Ambiente - FATMA, juntando os documentos de fls. 444-447 (Contrato nº034/2003). O projeto do "PLANO DE RECUPERAÇÃO DA ÁREA DEGRADADA POR DEPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS", foi acostado aos autos às fls. 448-450, em relação ao qual o Ministério Público Federal manifestou-se favorável à sua realização, desde que aprovado pelos órgãos ambientais (fl. 453-v.). Diante da informação da Fundação do Meio Ambiente - FATMA (fls. 458-459), no sentido de que o "PLANO DE RECUPERAÇÃO DA ÁREA DEGRADADA POR DEPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS", necessitava de complementação, o Município de Schroeder veio aos autos para apresentar o memorial descritivo da área degradada, o projeto e o ART (fls. 467-472). A Fundação do Meio Ambiente - FATMA, por meio do relatório de fl. 482 atestou, em consequência da complementação acima, que o sistema de drenagem das águas pluviais foi implantado e, ainda, a ausência do sistema de captação dos gases e de captação do líquido percolado. O prazo para o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA manifestar-se acerca dos documentos de fls. 467-472 decorreu in albis (fl. 482-v.), enquanto o Ministério Público Federal manifestou-se à fl. 483-v. Devidamente instado das pendências apontadas pelo órgão ambiental Estadual, o réu à fl. 485, afirmou ter implantado os sistemas de captação de gases e de fluidos percolados, juntando os documentos de fls. 486-490, sobre os quais a Fundação do Meio Ambiente - FATMA apresentou o relatório de fls. 497 indicando: a ausência de sistema de drenagem pluvial; ausência de tratamento de efluentes (chorume); ausência de sistema de coleta de gases e ausência de isolamento do terreno. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, por sua vez, apresentou o relatório de fls. 504-505, do qual se destaca a necessidade de plantio de espécies arbóreas por toda a extensão da área do antigo "lixão", fazendo-se necessária a apresentação de projeto nesse sentido pelo réu. Requereu ainda, na mesma oportunidade, seja esclarecido o local onde está sendo depositado o resultado da drenagem das águas provenientes da área, bem como a sua qualidade. Diante das divergências apontadas pelo Ministério Público Federal acerca das exigências dos órgãos ambientais (fl. 507), foi apresentado o Parecer Técnico de fls. 511-513 pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, o qual após vistoria no local do antigo "lixão" concluiu pela necessidade de monitoramento de qualidade das águas, implantação de sistema de coleta de gases, bem como implantação de cerca para a restrição de acesso à área. A Fundação do Meio Ambiente - FATMA apresentou o seu Parecer Técnico às fls. 517-518. O réu informou que estaria efetivando o monitoramento da qualidade da água de maneira visual, e que não houve o comprometimento das nascentes de água no local (fl. 529), sobre o qual o Ministério Público Federal manifestou-se à fl. 602-v. Em cumprimento à determinação de fl. 530, a municipalidade juntou Termo Aditivo de Contrato Administrativo, no qual

consta a empresa Seluma Serviços de Limpeza Urbana de Mafra como responsável pela destinação final e tratamento dos seus resíduos sólidos até 31.12.2006 (fls. 534-602). A FATMA e o IBAMA informaram que a licença ambiental da aludida empresa se encontra vencida (fls. 613-614 e 617-618), tendo esse último também informado que não há nos autos registros de quantas toneladas de lixo o réu produz. O Ministério Público Federal pugnou pela realização de audiência de conciliação ou pelo julgamento de mérito do feito à fl. 619-v., tendo sido, por consequência, proferida a decisão de fls. 620-621, no sentido de determinar mais diligências e indeferir o pedido de realização de audiência. O Município de Schroeder informou às fls. 623-624 haver adotado as medidas necessárias para a recuperação da área. Juntou os documentos de fls. 625-634, e adiante informou que já comprou as mudas para a plantação de espécies nativas no local (fls. 636-637). O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA apresentou o Parecer Técnico da vistoria realizada em 01.08.2007 (fls. 646-647), à qual concluiu pela necessidade do programa de monitoramento de qualidade das águas e a adequada implantação de sistema de coleta de gases, além da manutenção da área e a remoção ou cobertura do lixo que ainda se encontra descoberto. Em atendimento à solicitação do Ministério Público Federal (fl. 655-v.), a fim de que fosse comprovado o atendimento das exigências do IBAMA, o réu informou o seu cumprimento às fls. 659-660, motivo pelo qual foi determinada uma vistoria no local (fl. 669), tendo sido apresentados os relatórios de fls. 671-672 (FATMA) e 678-681 (IBAMA), tendo este último, concluído, entre outras medidas, pela necessidade de monitoramento semestral das águas, tendo o Município de Schroeder concordado em fazê-lo pelo prazo de dois anos (fl. 685). O Município de Schroeder juntou documentos comprobatórios do atual estágio de recuperação da área às fls. 689-695, tendo o Ministério Público Federal se manifestado pelo julgamento de mérito do feito (fl. 695 - v.). Vieram-me os autos conclusos para sentença. É o relatório. Decido. II – FUNDAMENTAÇÃO: Trata-se de Ação Civil Pública promovida pelo Ministério Público Federal contra o Município de Schroeder que tem como objetivos adequar a disposição dos resíduos sólidos gerados no território dessa municipalidade, proteger o meio ambiente por meio da recuperação da área denominada de "lixão", bem como buscar o ressarcimento em dinheiro dos danos ambientais irreversíveis. Devo ressaltar, de início, que no tocante ao pedido constante no item 'b' da inicial (fls. 43-44), ou seja, no que diz respeito à adequada disposição final dos resíduos sólidos domiciliares gerados no âmbito do território do réu, comprovadamente foram tomadas as devidas providências para a solução do problema, tudo no estrito cumprimento do acordado em audiência realizada na data de 27.06.2002 (item 'c' daquele termo - fls. 358-359), haja vista que o serviço de transporte e transbordo desses resíduos não mais se dá na área denominada de "lixão", o qual foi totalmente desativado na data de 02.01.2003 (fls. 396-397 e 405), conforme, inclusive, constatado pelas posteriores vistorias realizadas no local, pelos órgãos ambientais no decorrer do processo. Quanto aos itens 'd'; 'f'; e 'g', constantes do termo de audiência de fls. 358-359, verifico que também foram cumpridos pelo Município de Schroeder, consoante se denota das informações de fls. 362-364, bem como dos respectivos documentos (fls. 365-381), uma vez que foram tomadas as seguintes providências: isolamento da área do aterro (portão com cadeado), impedindo o acesso de veículos, pessoas e/ou animais, tendo sido afixadas placas que informam a interdição determinada nesse processo (fls. 396-397). Diante da efetiva e incontroversa suspensão da atividade nociva perpetrada pelo réu, bem como do parcial cumprimento do acordo celebrado entre as partes, foi realizada nova audiência com o fito de serem ajustadas as providências ainda faltantes, atinentes a possibilitar a futura recuperação da área atingida, sendo que no ato em questão o Município de Schroeder se comprometeu a apresentar à Fundação do Meio Ambiente - FATMA, no prazo de 45 dias, um Projeto de Recuperação de Área Degradada - PRAD relativo ao antigo "lixão", bem como a tomar

as providências emergenciais com o escopo de impedir a expansão dos efeitos advindos da má disposição de seus resíduos. Examinados os termos do acordado na segunda audiência (fls. 396-397), vejo que o réu efetivamente cumpriu com parte de suas obrigações, tendo em vista que levou a cabo as medidas emergenciais protetivas ao meio ambiente, no local onde funcionou o antigo "lixão", já que quanto ao lixo hospitalar está sendo destinado a local adequado e, relativamente aos resíduos industriais, a obrigação de adequada disposição recaiu sobre as próprias empresas. Assim, da análise das providências elencadas acima, é de se reiterar que no tocante às medidas emergenciais ajustadas, o autor efetivamente cumpriu com a sua obrigação de minimizar os danos causados ao meio ambiente, fato que, inclusive, restou referendado pela vistoria realizada pelo órgão ambiental estadual (fls. 434-435). Por outro lado, no que toca ao Projeto de Recuperação de Área Degradada - PRAD, constata-se pelos documentos adunados que os órgãos ambientais, bem como o titular da ação coletiva, em princípio não o admitiram como adequado, uma vez que tidas por insuficientes as medidas de recuperação planejadas pelo réu, cabendo assim analisar o histórico de todas as melhorias solicitadas pela Fundação do Meio Ambiente - FATMA e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, de modo a solver a questão em caráter definitivo. O réu apresentou o projeto do "PLANO DE RECUPERAÇÃO DA ÁREA DEGRADADA POR DEPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS", às fls. 448-450. Diante da informação da Fundação do Meio Ambiente - FATMA (fls. 458-459), no sentido de que o "Projeto" necessitava de complementação, o Município de Schroeder veio aos autos para apresentar o memorial descritivo da área degradada, o projeto e o ART, respectivo (fls. 467-472). Entretanto, a Fundação do Meio Ambiente - FATMA, por meio do relatório de fl. 482 atestou, em consequência da complementação acima, que o sistema de drenagem das águas pluviais foi implantado e, ainda, a ausência do sistema de captação dos gases e de captação do líquido percolado. Devidamente instado das pendências apontadas pelo órgão ambiental Estadual, o réu à fl. 485, afirmou ter implantado os sistemas de captação de gases e de fluidos percolados, juntando os documentos de fls. 486-490, sobre os quais a Fundação do Meio Ambiente - FATMA apresentou o relatório de fls. 497-498, indicando: a ausência de sistema de drenagem pluvial; ausência de tratamento de efluentes (chorume); ausência de sistema de coleta de gases e ausência de isolamento do terreno. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, por sua vez, apresentou o relatório de fls. 504-505, do qual se destaca a necessidade do plantio de espécies arbóreas por toda a extensão da área do antigo "lixão", bem como seja esclarecido onde está sendo depositado o resultado da drenagem das águas provenientes da área, bem como a sua qualidade. Para o fim de ser esclarecida a divergência apontada pelo Ministério Público Federal nos relatórios da FATMA, acerca da existência ou não do sistema de drenagem pluvial, o IBAMA apresentou o Parecer Técnico de fls. 511-513, o qual após vistoria no local do antigo lixão concluiu pela necessidade de monitoramento de qualidade das águas, implantação de sistema de coleta de gases, bem como implantação de cerca para a restrição de acesso à área. O Município de Schroeder informou às fls. 623-624 que estaria adotando as medidas necessárias para a recuperação da área. Juntou os documentos de fls. 625-634, e adiante informou que já comprou as mudas para a plantação de espécies nativas no local (fls. 636-637). O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA apresentou o Parecer Técnico da vistoria realizada em 01.08.2007 (fls. 646-647), à qual concluiu pela necessidade do programa de monitoramento de qualidade das águas e a adequada implantação de sistema de coleta de gases, além da manutenção da área e a remoção ou cobertura do lixo que ainda se encontra descoberto. Na sequência, após vistoria realizada no local do antigo "lixão", os órgãos ambientais apresentaram os relatórios de fls. 671-672 (FATMA) e 678-681 (IBAMA), os quais concluíram pelo seguinte: "(...) o aspecto a ser resolvido

relacionado ao atendimento ambiental de recuperação, corresponde na manutenção da vegetação sobre os controles ambientais (tubo de captação de gases e calhas de drenagem superficial) e análise de um ponto para verificar o grau de degradabilidade do líquido lixiviado da massa de resíduos sólidos (verificando a fase de degradação do 'lixo'), contendo os parâmetros já analisados, acrescentando Nitrogênio e Fósforo." - (PARECER TÉCNICO - CODAM/JLLE Nº 186/08 - FATMA - fls. 671-672). "(...) A última análise do IBAMA apontou algumas pendências relativas à adequação da antiga área que abrigava o lixão de Schroeder (apresentação de plano de monitoramento, instalação de drenagem de gases e remoção de lixo descoberto). Após vistoria e análise da documentação apresentada pela Prefeitura, é possível afirmar que parte das pendências foram solucionadas. Durante a vistoria não foram observados resíduos na área e, de acordo com as fotos, é possível notar que as instalações para drenagem de gases foram, de fato, implantadas. Contudo, aparentemente, a área não vem recebendo manutenção, pois os dispositivos de drenagem de gases e pluvial vem sendo invadidos pela vegetação, o que impede seu correto funcionamento. Assim sugere-se que os dispositivos sejam conservados. Em relação à análise da água apresentada, é necessário informar que ela tem sua representatividade reduzida. Primeiramente, porque apenas uma análise não consegue mostrar o quadro definitivo de possível contaminação. Além disso, não há indicação do local da amostra e os parâmetros não abrangem toda gama de indicadores de contaminantes do lixão. Portanto, como solicitado na manifestação anterior, reitera-se a necessidade de apresentação de plano de monitoramento. Sugere-se aqui que este indique, no mínimo, a frequência (ao menos semestral), o ponto de amostragem (em coordenadas UTM) e os parâmetros (ao menos: DBO, DQO, OD e pH, Nitrogênio Amoniacal, Coliformes totais e fecais e alguns elementos metálicos representativos). Por derradeiro, tendo em vista a competência para o licenciamento desse tipo de atividade, sugere-se que a FATMA seja chamada a se manifestar tecnicamente no processo." - (PARECER TÉCNICO Nº 016/08 - IBAMA - fls. 678-679) O Município de Schroeder juntou documentos e fotos (em mídia eletrônica - CD-R, anexado aos autos), a fim de demonstrar o atual estágio de recuperação da área às fls. 689-695, os quais, entendo que não são suficientes para demonstrar o total cumprimento das medidas apontadas acima, pois a implantação do plano de monitoramento da água e a manutenção da vegetação que cresceu sobre os tubos de captação de gases e calhas de drenagem superficial, não podem ser feitos à revelia de orientação da FATMA e do IBAMA, mas sim por meio de apresentação de projeto nesse sentido, com posterior aprovação e vistoria no local, principalmente no que toca ao monitoramento das águas, que por se tratar de medida bastante complexa somente pode ser atestada se efetivada com o acompanhamento dos órgãos ambientais. Ora, diante de todas as informações técnicas prestadas no decorrer da instrução processual, bem como das medidas admitidas como necessárias pelo próprio réu, o qual em nenhum momento negou-se a cumprir com suas obrigações, pelo contrário implantou a maioria das medidas solicitadas durante o curso da lide, concluo pelo acolhimento das medidas faltantes solicitadas pelos órgãos ambientais nas duas últimas vistorias realizadas no local do antigo "lixão" - PARECER TÉCNICO - CODAM/JLLE Nº 186/08 - FATMA - fls. 671-672 e PARECER TÉCNICO - ESREG/JLLE Nº 016/08 - IBAMA - fls. 678-679, os quais são indispensáveis à recuperação da área atingida. Além do mais, considerando a primazia com que o meio ambiente merece ser tratado, outro não pode ser o entendimento deste Juízo se não o de condenar o réu a implantar o plano de monitoramento das águas, na devida forma como sugerido pelos órgãos ambientais e, a fazer a manutenção da vegetação sobre os controles ambientais (tubos de captação de gases e calhas de drenagem superficial), o que deve ser feito por meio da complementação de seu "PLANO DE RECUPERAÇÃO DA ÁREA DEGRADADA POR DEPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS", o qual também deve ser submetido à aprovação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos

Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e da Fundação do Meio Ambiente - FATMA. É que o direito ao meio ambiente equilibrado está intrinsecamente ligado ao direito fundamental à vida, pois para que existam condições mínimas de sobrevivência, mister a sua preservação, motivo pelo qual a Constituição Federal de 1988, influenciada por um forte clamor ambientalista, descartou as visões meramente antropocêntricas, e consagrou inúmeros princípios, dentre os quais o da prevenção, o da precaução e o do poluidor-pagador. Vale ressaltar que o princípio do poluidor-pagador foi acolhido pelos arts. 4º, VII e 14, § 1º, da Lei nº. 6.938/1981, e recepcionado pela Constituição Federal de 1988 (art. 225, § 3º), consistindo na obrigação do empreendedor em suportar os custos decorrentes da implantação de mecanismos tendentes a afastar os efeitos maléficos ao meio ambiente, derivados do desenvolvimento regular de suas atividades econômicas, sendo que a eficácia da norma também depende de medidas de caráter preventivo, pois se assim não fosse restaria desvirtuada a própria essência das regras de proteção ambiental, já que se estaria admitindo no ordenamento jurídico a aquisição pelo poluidor do direito de poluir, via mero pagamento em dinheiro. Sendo assim, considerando a autonomia jurídica do meio ambiente, justificável se mostra a tutela jurisdicional deduzida nos autos, a fim de condenar o réu a recuperar a área denominada de antigo "lixão" por meio das medidas, ainda faltantes, destacadas acima. Em relação à reparação em espécie, prevista de forma alternada no artigo 3º da Lei nº. 7.347, de 24.07.1985, e que fora objeto de pedido pelo autor no item 'd' da inicial (fl. 44), tenho que só deve ser utilizada em último caso, ou seja, quando não existirem outras alternativas para compensar ou recuperar o meio ambiente lesado, o que não é o caso dos autos. Nesse sentido, aliás, é a orientação doutrinária de Édís Milaré: "Conforme já mencionamos, há duas formas principais de reparação do dano ambiental: a) o retorno ao status quo ante e b) a indenização em dinheiro. Não estão elas hierarquicamente em pé de igualdade. A modalidade ideal - e a primeira que deve ser tentada, mesmo que mais onerosa - de reparação do dano ambiental é a reconstituição ou recuperação do meio ambiente lesado, cessando-se a atividade lesiva e revertendo-se a degradação ambiental. É, pois, imperioso que o aplicador da lei atente para esta constatação, já que não são poucas as hipóteses em que 'não basta indenizar, mas fazer cessar a causa do mal, pois um carrinho de dinheiro não substitui o sono recuperador, a saúde dos brônquios, ou a boa formação do feto'. Esta opção, verdadeira execução específica, vem claramente defendida no Direito brasileiro, inclusive em sede constitucional. A regra, pois, é buscar-se, por todos os meios razoáveis, ir além da ressarcibilidade (indenização) em sequência ao dano, garantindo-se, ao contrário, a fruição do bem ambiental. Aquela, como já alertamos, não consegue recompor o dano ambiental. O valor econômico não tem o condão - sequer por aproximação ou ficção - de substituir a existência e fruição do meio ambiente ecologicamente equilibrado. O trabalho do legislador, por conseguinte, visa garantir essa possibilidade de fruição e, só excepcionalmente, o ressarcimento monetário da lesão." ("Ação Civil Pública", RT-SP, 1995, p. 208) No caso em exame, a via da recuperação do local atingido é a mais recomendável, por maiores que sejam as dificuldades, seja por viabilizar a recomposição (mesmo que parcial) de um ecossistema em benefício da comunidade, seja pelo caráter educativo da medida junto ao réu (pessoa jurídica de direito público interno) e perante a sociedade, ou seja, até mesmo por facilitar a própria execução da sentença, pois caso se faça necessário quantificar, via perícia judicial na fase de liquidação de sentença, o montante em espécie dos prejuízos ambientais tidos por irreversíveis, por certo se estaria prejudicando ainda mais o meio ambiente já lesado. Outro aspecto a ser enfatizado, em defesa da reparação in natura do meio ambiente, é a aplicação dos princípios da reparação integral e o da prioridade da restauração natural, razão pela qual a indenização para o Fundo de Bens Lesados (art. 13 da Lei nº. 7.347/1985) deve ser sempre a última alternativa, uma vez que jamais conseguirá compensar a perda do equilíbrio e da qua-

lidade ambiental para as presentes e futuras gerações, como determina a Constituição Federal de 1988.

III- DISPOSITIVO Ante o exposto, confirmo/mantenho os efeitos da tutela antecipada deferida nos autos, e atento aos limites do postulado na inicial, JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO, para o fim de condenar: o Município de Schroeder a recuperar a área denominada de antigo "lixão", mediante a apresentação de um novo e complementar Plano de Recuperação de Área Degradada - PRAD, contemplando também a implantação do plano de monitoramento das águas, na devida forma como sugerido pelos órgãos ambientais, e a manutenção da vegetação sobre os controles ambientais (tubos de captação de gases e calhas de drenagem superficial), que obrigatoriamente será submetido à aprovação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, e da Fundação do Meio Ambiente - FATMA., e extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil. O Município de Schroeder deverá promover, após o trânsito em julgado, a divulgação da presente sentença em jornal de circulação regional. As obrigações deverão ser cumpridas pelo réu no prazo de 60 (sessenta) dias, diante do fato de que os procedimentos para tal já se encontram bem encaminhados, sob pena de multa diária, no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), nos termos do art. 11 da Lei nº. 7.347/1985. Descabe a condenação em honorários advocatícios no caso concreto, porquanto é vedado ao autor recebê-los (Nesse sentido: AC nº. 0401015060-2/PR - 2ª Turma TRF 4ª Região, Relator Juiz Élcio Pinheiro de Castro, in DJ 10/05/2000 - pág: 533). Deixo de condenar o réu em custas, diante da ausência de obrigação de reembolso, bem como pelo teor do disposto no art. 4º, I, da Lei nº. 9.289/1996. Dispensado o reexame necessário, tendo em vista não se tratar de condenação em valor certo. No caso de interposição de apelação voluntária pelas partes, a Secretaria receberá o recurso em seu efeito devolutivo, nos termos do artigo 520, inciso VII, do Código de Processo Civil. P.R.I. Jaraguá do Sul, 06 de fevereiro de 2009. Diógenes Tarcísio Marcelino Teixeira. Juiz Federal Substituto

Tunápolis

Prefeitura Municipal

Dispensa de Licitação N° 02/2009

Dispensa de Licitação nº 02/2009

Estado Santa Catarina

Município de Tunápolis, através do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

Processo de Licitação nº 21/2009

Dispensa de Licitação nº 02/2009

Objeto A presente dispensa de Licitação tem por objeto o conserto com o respectivo fornecimento das peças do Veículo Ducato MHW 2690, do Fundo Municipal da Saúde

Contratado: Auto Mecânica Griebeler Ltda ME

Valor:R\$ 1.710,07 (Um mil setecentos e dez reais e sete centavos)

Tunápolis, SC, 23 de Setembro de 2009.

ELISE GRETZLER TRENHAGO

Gestora do Fundo

Contrato N° 141/2009

Prefeitura Municipal de Tunápolis

Extrato de Contrato nº 141/2009

PARTES:Prefeitura Municipal de Tunápolis,
e Industria & Comercio de Móveis Eidt

Objeto: O objeto do presente contrato consiste na aquisição de Móveis, para mobiliar a Escola de Ensino Fundamental Helga

Follmann

Origem: Processo de Licitação nº 64/2009,

Pregão Presencial 23/2009.

Vigência: 08/09/2009 a 31/12/2009.

Valor:R\$ 1.850,00 (Um mil, oitocentos e cinquenta reais)

Tunápolis, SC, aos 08 de Setembro de 2009.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Contrato N° 143/2009

Prefeitura Municipal de Tunápolis

Extrato de Contrato nº 143/2009

PARTES:Prefeitura Municipal de Tunápolis,
e WE Equipamentos Comercio de Peças e Serv Ltda.

Objeto: O objeto do presente contrato consiste na aquisição de peças para conserto e manutenção corretiva dos veículos e máquinas pertencentes ao Setor de Obras e Urbanismo

Origem: Processo de Licitação nº 66/2009

Pregão Presencial 24/2009.

Vigência: 22/09/2009 a 31/12/2009.

Valor:R\$ 7.948,84 (Sete mil novecentos e quarenta oito reais e Oitenta e quatro centavos)

Tunápolis, SC, aos 22 de Setembro de 2009.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Contrato N° 144/2009

Prefeitura Municipal de Tunápolis

Extrato de Contrato nº 144/2009

PARTES:Prefeitura Municipal de Tunápolis,
e Mecânica Capeleto Ltda

Objeto: O objeto do presente contrato consiste na aquisição de peças para conserto e manutenção corretiva dos veículos e máquinas pertencentes ao Setor de Obras e Urbanismo

Origem: Processo de Licitação nº 66/2009

Pregão Presencial 24/2009.

Vigência: 22/09/2009 a 31/12/2009.

Valor:R\$ 4.950,00 (Quatro mil novecentos e cinquenta reais)

Tunápolis, SC, aos 22 de Setembro de 2009.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Contrato N° 145/2009

Prefeitura Municipal de Tunápolis

Extrato de Contrato nº 145/2009

PARTES:Prefeitura Municipal de Tunápolis,
e Hélio Auto Peças Ltda

Objeto: O objeto do presente contrato consiste na aquisição de peças para conserto e manutenção corretiva dos veículos e máquinas pertencentes ao Setor de Obras e Urbanismo

Origem: Processo de Licitação nº 66/2009

Pregão Presencial 24/2009.

Vigência: 22/09/2009 a 31/12/2009.

Valor:R\$ 1.967,30 (Um mil novecentos e sessenta sete reais e trinta centavos)

Tunápolis, SC, aos 22 de Setembro de 2009.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Turvo

Prefeitura Municipal

Decreto 76/2009

DECRETO Nº 076/09, DE 30 DE SETEMBRO DE 2009.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, ÁREA DE TERRA LOCALIZADA NA LOCALIDADE DE SECO, NESTE MUNICÍPIO, DE PROPRIEDADE DE EVELINE MARCON FRANCISCO DAGOSTIN.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e conforme disposto no art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e considerando o disposto no art. 5º, inciso XXIV, da constituição Federal, combinado com a legislação pertinente,

DECRETA

Art. 1º. Fica decretado de utilidade pública, o imóvel de propriedade de Eveline Marcon Francisco Dagostin e seu esposo, para fins de desapropriação por utilidade pública, amigável ou judicial, em caráter de urgência, objetivando o interesse social, uma área de terra situada na Localidade de Seco, neste Município de Turvo, Comarca do mesmo nome, Estado de Santa Catarina, com área de 225,00 m2 (duzentos e vinte e cinco metros quadrados), distando de 189,00 metros da esquina com a Estrada Municipal TVO 362, tendo 15,00 metros de frente por 15,00 metros de frente a fundos, confrontando: frente ao Leste com a Rua José Roberto Trichês; ao Oeste com Eveline Marcon Francisco Dagostin e Associação dos Criadores de Pássaros do Vale do Araranguá-AVA; ao Norte com Horst Silvestre Ristau e ao Sul com Eveline Marcon Francisco Dagostin e Associação dos Criadores de Pássaros do Vale do Araranguá-AVA, conforme registro a folha 1, livro 2, da matrícula 4.590, lavrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Turvo, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. A área referida no artigo anterior destina-se a Perfuração de Poço Artesiano, bem como, a Construção da Casa de Química com a finalidade de fornecimento de água tratada a população, dentro dos critérios apresentados pela CASAN - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento.

Parágrafo Único. Poderá o Poder Público Municipal, em função do caráter de urgência da Desapropriação, requerer judicialmente a imissão provisória na posse do bem, mediante depósito prévio efetuado pela Empresa Interessada (Casan).

Art. 3º. Fica a CASAN – Companhia Catarinense de Águas e Saneamento autorizada a tomar as providências decorrentes das ações administrativas e judiciais, para fazer valer a execução deste decreto, correndo às suas expensas todas as despesas decorrentes das medidas que se fizerem necessárias para a aquisição da referida área, bem como, do valor do referido bem.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigência na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Turvo(SC), 30 de setembro de 2009.

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.
NESTOR RECO
Secretário de Adm. e Finanças – designado.

Decreto 77/2009

DECRETO Nº 077/09, DE 30 DE SETEMBRO DE 2009.

DISPOE SOBRE A NOMEAÇÃO DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo(SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal no 1.159/95, de 18 de dezembro de 1995, e suas alterações,

DECRETA

Art. 1º. Fica nomeado o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, constituída pelos seguintes membros:

I - Secretária Municipal de Saúde e Ação Social:
Cleonice Lima Silvano

II - Secretário Municipal de Administração e Finanças:
Nestor Reco

III - Representantes da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos:
Titular: Aristides Spilere
Suplente: Everton Marcon

IV - Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turvo:
Titular: Davide Tomazi Tomaz
Suplente: Gabriel Arcângelo Minatto

V - Representantes da ACIVA:
Titular: José Luiz Bez Batti
Suplente: Luiz Fernando Bendo

VI - Representantes da CDL:
Titular: Gisele Tonetto
Suplente: Sérgio Marcon

VII - Representantes da Associação de Clube de Mães de Turvo
Titular: Marta E. Ribeiro Ávila
Suplente: Fabiana Bianchini Roch

VIII - Representantes da Associação de Moradores de Rio Aparecida:
Titular: Albenor Giusti
Suplente: Emerson Daros

Art. 2º. A duração do mandato deste conselho será pelo prazo de 02 (dois) anos, sendo permitida uma recondução.

Art. 3º. O exercício da função de conselheiro não será remunerado, considerando-se como serviço público relevante.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Turvo(SC), 30 de setembro de 2009.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.
NESTOR RECO
Secretário de Adm. e Finanças – designado.

Videira

Prefeitura Municipal

TP 10/2009 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 10/2009

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que se encontra aberta Tomada de Preços para Contratação de empresa para pavimentação com pedras irregulares na Avenida Joaquim Amarante, com área total de 2.150 m², e nas Ruas Treze Tílias, Catanduvas e Água Doce no Loteamento Santa Catarina, Bairro Rio das Pedras, com área total de 3.735 m², incluindo material e mão-de-obra, conforme especificações e quantitativos constantes no memorial descritivo, em convênio com o Ministério das Cidades através da Caixa Econômica Federal, conforme Contratos de Repasse nº 257809-99/2008 e 268532-82/2008. Informações na Avenida Manoel Roque, 188, fones (49) 3566-9012/3566-9034. As propostas e documentos serão recebidos até às 09:00h do dia 23 de Outubro de 2009. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos ao custo de R\$ 30,00 (trinta reais) no endereço supra mencionado.

Videira, 05 de Outubro de 2009

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

PR 128/2009 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 128/2009

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 128/2009.

1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE CALÇADOS DE SEGURANÇA PARA OS SERVIDORES QUE ATUAM NAS SECRETARIAS DE AGRICULTURA E INFRAESTRUTURA.

2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO.

3. CREDENCIAMENTO: a partir das 09:00 horas do dia 21 de Outubro de 2009, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC.

4. ABERTURA: às 09:15 horas do mesmo dia.

5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45.

6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 05 de Outubro de 2009.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

PR 129/2009 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 129/2009

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 129/2009.

1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS FOTOGRÁFICAS DIGITAIS E COMPUTADORES PARA SEREM UTILIZADOS PELO FUNREBOM-CORPO DE BOMBEIROS E POLÍCIA MILITAR DE VIDEIRA.

2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO.

3. CREDENCIAMENTO: a partir das 14:00 horas do dia 21 de

Outubro de 2009, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC.

4. ABERTURA: às 14:15 horas do mesmo dia.

5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45.

6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 06 de Outubro de 2009

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Edital de Convocação Nº 020/2009

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 020/09

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocado o servidor abaixo relacionado para, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do presente Edital, comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de tomar posse no cargo para o qual foi nomeado, em razão de aprovação no Concurso Público nº 001/2008:

Servidor	Cargo	Portaria Nomeação
1. JUCIARA RAMOS CORDEIRO	ASSISTENTE SOCIAL	0988/09, DE 02/10/09

O convocado deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- Carteira de Trabalho;
- PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Comprovante de Residência;
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- Certidão de Antecedentes da 1ª e 2ª Varas (Fórum);
- Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso);
- Avaliação Cardiológica;
- Avaliação Neurológica;
- RX Tórax;
- RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- Hemograma;
- VDRL;
- ABO RH;
- Glicemia;
- Ex. Quant. Urina;
- EPF;
- Avaliação Audiométrica.

Obs: Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência.

O não atendimento, à presente convocação, importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 6 de outubro de 2009.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Consórcios

CITMAR

Edital de Licitação - Carta Convite Nº 01/2009

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA VERDE & MAR - CITMAR

EDITAL CARTA CONVITE Nº. 001/2009

Objeto: Produção de Vídeo Turístico Institucional da Região Turística Costa Verde & Mar – CITMAR, visando a Promoção Integrada e Regionalizada frente aos mercados emissores de turistas nacionais e estrangeiros, gravado e processado em high definition 100mbps (cem mega bites por segundo).

Total de Itens Licitados: 00001.

Fundamento Legal: Artigo 23, inciso II, "a" e §8º da Lei Federal nº. 8.666/93.

ENTREGA DOS ENVELOPES E SESSÃO DE ABERTURA: Às 10 h do dia 23/10/2009, junto ao Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar – CITMAR, na Rua Luiz Lopes Gonzaga, nº. 1655, sala nº. 02, Bairro São Vicente, em Itajaí – SC.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e o Convite para participar do certame poderão ser obtidos diretamente na sede do Consórcio, no endereço acima descrito no seguinte horário: das 8h e 30 min. às 12h, fone: (47) 3404-8000, ou pelo sítio eletrônico do CITMAR, em www.amfri.org.br, link CITMAR/Downloads+Publicações/Publicações Diversas.

Itajaí/SC, 06 de outubro de 2009.

CÉLIO JOSÉ BERNARDINO

Diretor Executivo - CITMAR

